



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Reitor

Carlos Roberto Juliano Longo

Pró-Reitora Acadêmica

Adriana Pelizzari

Pró-Reitor Administrativo

Wesley Rodrigues Sepúlveda

Coordenadora Acadêmica de Graduação Presencial

Camilla Sara Gonçalves Cunha

Equipe - Coordenação Acadêmica de Graduação Presencial

Adriana Cardoso Furtado

Angélica Bussolo Rodrigues

Degvânia Fernandes Pereira

Gidalti Guedes da Silva

Mariane Chinelato Boente do Nascimento

Nilza Maria do Valle Pires Martinovic

Patrícia Targino Melo

Samuel Estevam Vidal

Sheila da Silva Borges

Tatyane Souza Nunes Rodrigues

Valéria Maria Gonzaga dos Santos

Procuradora Institucional

Naiara Nunes da Silva

Coordenador(a) do Curso de Ciências Contábeis

Ana Cristina Coelho Barroso Fernandes

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Contábeis

Ana Cristina Coelho Barroso Fernandes

Antônio Maria Henri Beyle de Araújo

Idalberto José das Neves Júnior

Matheus Silva de Paiva

Wellington Alves de Oliveira

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	
2	INFORMAÇÕES GERAIS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO	
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO, DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO	
2.2	CONTEXTO EDUCACIONAL, ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL – CARACTERÍSTICA LOCAIS E REGIONAIS	
2.3	CONTEXTO INSTITUCIONAL	
2.3.1	Mantenedora - União Brasileira de Educação Católica	
2.3.2	Universidade Católica de Brasília	
2.3.2.1	Missão	
2.3.2.2	Princípios institucionais	
2.3.2.3	Valores institucionais	
2.3.2.4	Coordenação de pastoralidade	
2.3.2.5	Visão de futuro	
3	CONTEXTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	
4.1	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
4.2	POLÍTICAS DE ENSINO	
4.3	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	
4.4	POLÍTICAS DE PESQUISA E/OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
4.5	RESPONSABILIDADE SOCIAL DA FORMAÇÃO INTEGRAL	
5	COERÊNCIA ENTRE O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO	
5.1	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	
6.1	DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SEGUNDO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	
7	ESTRUTURA CURRICULARES E COMPONENTES CURRICULARES	
7.1	PROGRAMA PROPÓSITO DE VIDA	
7.1.1	O ser ético	
7.1.2	O ser histórico	
7.1.3	O ser solidário	
7.2	CONTEÚDOS PERTINENTES ÀS POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO BILÍNGUE E ECOLOGIA INTEGRAL ...	
7.3	FLEXIBILIDADE CURRICULAR	
7.4	INTERDISCIPLINARIDADE	
7.5	ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	
7.6	CONTEÚDOS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO	
7.7	MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	
7.8	MATRIZ, EMENTAS E REFERÊNCIAS	
7.9	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
7.9.1	Premissas das atividades complementares	
7.10	ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	
7.11	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
7.12	METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
7.13	PROGRAMA DE MONITORIA	
7.14	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)	
7.15	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
8	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO CURSO: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DO CURSO E AVALIAÇÕES EXTERNAS	

9	CORPO DISCENTE	
9.1	FORMAS DE INGRESSO	
9.2	REGISTRO ACADÊMICO	
9.3	APOIO E ATENÇÃO AO DISCENTE	
9.4	OUVIDORIA	
9.5	POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	
10	GESTÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
10.1	PERFIL DA COORDENAÇÃO DE CURSO	
10.2	PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	
11	CORPO DOCENTE	
11.1	COLEGIADO DO CURSO E PERFIL DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	
11.2	PERFIL DO CORPO DOCENTE	
11.3	FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE	
11.3.1	Objetivo geral	
11.3.2	Objetivos específicos	
12	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	
13	POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO CORPO DOCENTE E AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	
13.1	POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO E DISPENSA DOS COLABORADORES	
13.2	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA	
13.3	POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	
13.4	POLÍTICA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO	
13.5	POLÍTICAS DE ATENÇÃO	
14	INFRAESTRUTURA	
14.1	INSTALAÇÕES GERAIS	
14.2	RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA	
14.3	ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CURSO	
14.4	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E AMBIENTES DE FORMAÇÃO BÁSICA E ESPECÍFICA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
14.5	BIBLIOTECA	
	REFERÊNCIAS	

1 APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um instrumento norteador do curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília (UCB), integrando as políticas acadêmicas institucionais, contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigência 2023/2027, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Resolução RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004.

2 INFORMAÇÕES GERAIS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO, DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO

O surgimento da Universidade Católica de Brasília (UCB) está atrelado à história de Brasília, de maneira especial. Inserida no contexto regional do Planalto Central, a UCB vem contribuindo de forma significativa para a consolidação da região. Brasília é uma cidade que nasce com a vocação para a administração pública federal. Assim, foi preciso considerar esta questão, bem como as contradições do sistema político e econômico específicos dessa realidade no projeto de criação da instituição que buscou, de maneira consistente e comprometida, atender à demanda por uma formação acadêmico-profissional de qualidade, e que também valorizasse uma atuação humanista e ética.

Em 12 de março de 1985, foi inaugurado o campus das então Faculdades Integradas Católica de Brasília (FICB), em Taguatinga, com o primeiro conjunto de edificações, ofertando os cursos de Administração de Empresas, Economia e Pedagogia. A expansão das FICB era inquestionável, confirmando as possibilidades de trabalhos cujos objetivos, diretrizes de ação e metas visavam à elaboração do Projeto para o reconhecimento das FICB em UCB.

A cidade de Taguatinga se tornara um local estratégico. Localizada a 25 km do Plano Piloto, Taguatinga cresceu e se tornou um importante polo econômico, com avenidas, altos edifícios. Neste sentido, pode-se afirmar que a UCB e sua expansão liga-se à própria condição de Brasília, importante espaço geopolítico que atrai pessoas de todo país.

O espaço geográfico do campus em Taguatinga, desde sua inauguração, não só valorizou a área, mas se transformou num ponto de convergência populacional que traz para si pessoas do Plano Piloto, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Guará, Gama, Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Riacho Fundo, além de Taguatinga e outras regiões do Distrito Federal e entorno. Os vários cursos oferecidos, desta forma, buscam responder às demandas sociais, ofertando à população uma formação acadêmica de qualidade que promova o crescimento e a qualificação pessoal e

profissional dos seus estudantes, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional.

No final da década de 90 a UCB, depois de consolidar-se por 29 anos na Educação Superior e por seis anos como Universidade, já havia estabelecido sua área de saúde, com os cursos de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Enfermagem, Farmácia e Biologia.

Com a infraestrutura já instalada e ciente da relevância social deste curso para a região, a UCB propôs a abertura do curso de Ciências Contábeis no Campus Taguatinga, partindo de princípios legais, institucionais, filosóficos e socioculturais perfeitamente identificados com o perfil pedagógico de sua Mantenedora, a União Brasileira de Educação Católica (UBEC), e com os anseios da comunidade na qual estava inserida.

Assim, a partir da Resolução do Conselho Universitário de nº1 de 21/01/1996, o curso de Ciências Contábeis iniciou suas atividades no dia 17/02/1997, no Campus da UCB.

Releva notar que em 2019 foi inaugurado o campus em Ceilândia, com uma estrutura de 15.000m² de área total, funciona onde antes era o Centro Salesiano do Aprendiz (CESAM), da Inspetoria São João Bosco, uma das províncias fundadoras da UBEC. No local são ofertados os cursos de graduação presencial de Direito, Psicologia, Pedagogia, Letras, Ciências e Matemática.

Nesse sentido, a UCB se coloca no mercado como uma instituição confessional-filantrópica (comunitária) que prima pela formação de qualidade, desenvolvendo suas atividades de forma indissociável entre Pesquisa, Ensino e Extensão, considerando a necessidade da região por profissionais altamente qualificados na administração pública e na iniciativa privada.

2.2 CONTEXTO EDUCACIONAL, ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL – CARACTERÍSTICA LOCAIS E REGIONAIS

A UCB tem estudantes matriculados em cursos de Graduação e Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, nas modalidades presencial e a distância. Dispõe de mais de 600 mil m² de área e conta com infraestrutura que privilegia o atendimento às demandas dos cursos/programas por ela oferecidos, e que vão desde

salas de aula equipadas com acesso à internet, a recursos multimídia e laboratórios de ponta.

O avanço da modalidade de Educação a Distância veio atender às novas exigências sociais de formação. A UCB dispõe de Polos de Educação a Distância (PEAD), distribuídos em vários locais do território nacional e no exterior – EUA (Boston e Orlando) e Japão (Tóquio e Nagoya) – que contam com toda a infraestrutura necessária para o suporte à aprendizagem dos estudantes e à realização dos encontros e atividades presenciais. Os polos são viabilizados por uma aliança estratégica entre instituições parceiras e a UCB, caracterizando-se como uma grande rede de Educação a Distância e como uma ação com vistas à democratização do acesso ao Ensino Superior.

Nos últimos anos, o mundo tem sofrido profundas transformações, principalmente nos campos tecnológico e econômico, com impactos significativos no mundo do trabalho. A velocidade das mudanças traz novos desafios, exigindo capacidades de aprender e desenvolver novas competências (metacognição) para assimilar e se adaptar a novos contextos, avaliar novas e diferentes situações, lidar com o inesperado, e propor mudanças que tragam impactos positivos para a sociedade em permanente transformação. A mundialização do mercado, dos investimentos, da indústria, da informação e da produção do conhecimento sobre os processos locais, regionais e nacionais caracterizou a globalização. A nova economia sustenta-se, dentre outros aspectos, na utilização eficiente do conhecimento e na capacidade de inovar

O desenvolvimento tecnológico, neste sentido, é aspecto importante a ser considerado, pois tem demandado da sociedade (tanto das organizações quanto das pessoas), cada vez mais, a capacidade de gerar, lidar, produzir, gerir e armazenar, com segurança e de forma ética, dados e informações. O conhecimento, sua produção, gestão e disseminação, ganha novos contornos. Tais transformações resultaram, e ainda resultam, na mudança de valores e na reorganização da política mundial, com reflexo na Educação.

Este contexto é ainda marcado por profundas desigualdades sociais que nos desafiam a construir alternativas criativas para os problemas da nossa época, em especial aos problemas da Educação. Soma-se a isso a pandemia de Covid-19 que, desde 2020 obrigou os cursos a adaptarem suas formas de aprender e ensinar, bem

como adaptar as suas atividades práticas e assistenciais. Os desafios que se colocam na atualidade para o educador parecem que se multiplicam diariamente.

Logo após decretada a Pandemia de Covid-19 pela OMS (12/03/2020), o curso de XXX da UCB traçou um planejamento estratégico para minimizar o impacto nas atividades práticas dos estudantes, com algumas ações a saber:

- monitoramento dos casos de Covid-19 para os estudantes com identificação de sinais e sintomas e preenchimento de formulário específico
- construção de um protocolo de segurança Institucional, referente ao SARS Cov-2
- transferência das atividades teóricas para a modalidade síncrona e, após autorização por órgãos competentes, retomada gradativa das atividades práticas com redução do número de estudantes nos cenários.
- retorno do estudante do estágio ou atividades correspondentes (cursos de saúde previstos em orientações legais), que já estava inserido nos cenários, para as atividades práticas interrompidas por curto período, colaborando no atendimento dos pacientes com Covid-19.

As mudanças que ocorrem em nossa sociedade são caracterizadas tanto pela sua expansão como pelo ritmo acelerado em que elas ocorrem. Compreender a evolução da sociedade e da Educação como fatores interligados, nos leva a apontar que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade de sua Educação. Por meio dela, existem diferentes possibilidades a serem trabalhadas, desde a socialização e a preparação para o trabalho, até a construção de conhecimentos especializados que permitam novas soluções e promovam a inovação.

O Distrito Federal está localizado na Região Centro-Oeste, no centro-leste do estado de Goiás. Limita-se a leste como os municípios de Cabeceira Grande, estado de Minas Gerais, e Formosa, estado de Goiás; a oeste limita-se com Santo Antônio Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas; ao norte com Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa e ao sul com Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama, todos estes municípios pertencentes ao estado de Goiás (SES/DF, 2019).

FIGURA 1 – Composição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno), Região Metropolitana e Municípios



Fonte: Nota Técnica CODEPLAN/DF (2018)

A configuração territorial do complexo territorial produzido pela transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília tem raízes fortes nessa história. O processo de ocupação do território do Planalto Central é datado do período pós-colonial, no início do séc. XVIII, com a vinda dos bandeirantes à procura de minérios, ampliações das áreas de pastagens e escravização dos índios nativos. Os fluxos populacionais de bandeirantes e africanos escravizados foram atraídos em virtude da atividade mineira e esvaziados após o declínio desta atividade. Entretanto, no início do século XX, o território do Planalto Central que inclui os Estados de Tocantins e Rondônia, permanecia pouco habitado, estando à margem dos movimentos migratórios. Para promover uma maior ocupação demográfica do território, o governo federal deu início a ações de interiorização da ocupação populacional e das atividades produtivas do Brasil, destacando-se duas delas: o lançamento do programa “Marcha para o Oeste”, proclamado por Vargas na década de 1940 e, posteriormente, a transferência da Capital para a região, com Juscelino Kubistchek (CODEPLAN, 2018).

A proposta de transferência da Capital Federal para o interior do país está registrada na Constituição de 1891, mas somente foi efetivada na segunda metade do Século XX, culminando com a construção de Brasília e a transferência da Capital. A região do Planalto Central escolhida para a construção do Distrito Federal era ocupada com latifúndios voltados para a produção agrícola de subsistência e para a pecuária extensiva. Com as transformações estruturais da economia brasileira nas

décadas de 1940 e 1950, a população da Região, que era de 370 mil habitantes, passou para 3,0 milhões, inicialmente associada à expansão da atividade agropecuária e, depois, com a urbanização de Brasília. Com a inauguração de Brasília, o adensamento populacional passou a ocorrer inicialmente no interior do Distrito Federal e nas cidades a ele adjacentes, processo que se intensificou no início da década de 1970 com a consolidação da transferência da Capital. A expansão dessa área ocorreu de forma polinucleada e esparsa no território no Distrito Federal, ultrapassando posteriormente seus limites político-administrativos e abrangendo um espaço de influência direta em municípios do Estado de Goiás, formando o aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília (CODEPLAN, 2018; SES/DF, 2019). Veja-se que há uma interface grande entre a implantação de Brasília, uma cidade planejada urbanisticamente, e os movimentos muito rápidos de expansão populacional e da economia da região, gerando um efeito muito diverso nos diferentes recortes territoriais.

A Tabela 1, apresenta uma caracterização da RIDE DF e Entorno, considerando os municípios e estados que a compõem, o instrumento formal de inclusão e características demográficas e socioeconômicas da região.

Os dados da tabela permitem compreender a relação de dependência das diferentes organizações políticas territoriais entre si e, sobretudo, com a Capital Federal e o Distrito Federal como um todo. A dinâmica regional envolve diferentes funcionalidades de ocupação dos territórios, desde a polarização econômica até fluxos diários da população para o trabalho, deslocamentos para compras ou obtenção de serviços, acesso a meios de comunicação etc. Como se verificou acima, no centro do território ocupado pela RIDE está a área mais densa, composta pelo Distrito Federal, detentor de 66% da população, e uma grande área conurbada na direção sul, acompanhando a BR-040, incluindo-se nessa região os municípios de Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Luziânia. Outros municípios bastante populosos são Águas Lindas de Goiás (margens da BR-070), Formosa (margens da BR-020), Planaltina (BR-010) e Santo Antônio do Descoberto (BR-060). Esses municípios com o Distrito Federal somam uma população de aproximadamente 4,6 milhões de pessoas. Como se registrou, além da população adscrita no Distrito Federal, para fins de análise do funcionamento da infraestrutura do território, é importante considerar a população residente nos municípios de Goiás e Minas Gerais que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

(RIDE), que foi criada com a Lei Complementar nº 94 de 19/02/1998, regulamentada pelo Decreto nº 7.469 de 04/05/2011, e teve a composição alterada pela Lei Complementar nº 163/2018. São de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos Municípios que a integram devendo para tanto articular-se administrativamente com a União, Distrito Federal e com os Estados de Goiás e de Minas Gerais que a compõem. Atualmente a RIDE é composta por 29 municípios do Estado de Goiás e 4 municípios do Estado de Minas Gerais, além do DF (SES/DF, 2019).

TABELA 1 – Caracterização da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno), 2020

Nº	UF	Nome	Legislação	Área (km ²)	População Estimada 2020	IDH (2010)	PIB (em R\$ mil) (2015)	Densidade Demográfica (hab/Km ²)
1	DF	Distrito Federal	LC 94/1998	5.779,997	3.055.149	0,834	215 613 025	528,57
2	GO	Abadiânia	LC 94/1998	1.045,127	20.461	0,689	289 099	19,58
3	GO	Água Fria de Goiás	LC 94/1998	2.029,416	5.793	0,671	201 809	2,85
4	GO	Águas Lindas de Goiás	LC 94/1998	188,385	217.698	0,686	1 542 997	1.155,60
5	GO	Alexânia	LC 94/1998	847,893	28.010	0,682	730 529	33,03
6	GO	Alto Paraíso de Goiás	LC 163/2018	2.593,905	7.688	0,713	138 658	2,96
7	GO	Alvorada do Norte	LC 163/2018	1.259,366	8.705	0,660	108 906	6,91
8	GO	Barro Alto	LC 163/2018	1.093,248	11.408	0,742	605 006	10,43
9	GO	Cabeceiras	LC 94/1998	1.126,912	8.046	0,668	218 672	7,14
10	GO	Cavalcante	LC 163/2018	6.953,666	9.725	0,584	249 871	1,40
11	GO	Cidade Ocidental	LC 94/1998	389,985	72.890	0,717	642 343	186,90
12	GO	Cocalzinho de Goiás	LC 94/1998	1.789,039	20.504	0,657	285 878	11,46
13	GO	Corumbá de Goiás	LC 94/1998	1.061,955	11.169	0,680	145 059	10,52
14	GO	Cristalina	LC 94/1998	6.162,089	60.210	0,699	1 944 492	9,77
15	GO	Flores de Goiás	LC 163/2018	3.709,427	17.005	0,597	130 968	4,58
16	GO	Formosa	LC 94/1998	5.811,788	123.684	0,744	1 934 488	21,28
17	GO	Goianésia	LC 163/2018	1.547,274	71.075	0,727	1 098 113	45,94
18	GO	Luziânia	LC 94/1998	3.961,100	211.508	0,701	3 353 547	53,40
19	GO	Mimoso de Goiás	LC 94/1998	1.386,915	2.583	0,665	37 431	1,86
20	GO	Niquelândia	LC 163/2018	9.843,247	46.730	0,715	1 199 152	4,75
21	GO	Novo Gama	LC 94/1998	194,992	11.703	0,684	799 207	603,63
22	GO	Padre Bernardo	LC 94/1998	3.139,175	34.430	0,651	479 875	10,97
23	GO	Pirenópolis	LC 94/1998	2.205,010	25.064	0,693	373 758	11,37
24	GO	Pianaltina	LC 94/1998	2.543,677	90.640	0,669	917 297	35,63
25	GO	Santo Antônio do Descoberto	LC 94/1998	944,145	75.829	0,665	572 101	80,31
26	GO	São João d'Alcântara	LC 163/2018	3.327,379	14.085	0,685	229 562	4,23
27	GO	Simolândia	LC 163/2018	347,976	6.879	0,645	86 138	19,77
28	GO	Valparaíso de Goiás	LC 94/1998	61,450	172.135	0,746	2 155 089	2.801,22
29	GO	Vila Boa	LC 94/1998	1.060,172	6.312	0,647	104 363	5,95
30	GO	Vila Propício	LC 163/2018	2.181,583	5.882	0,634	199 087	2,70
31	MG	Arinos	LC 163/2018	5.279,419	17.862	0,656	197 938	3,38
32	MG	Buritiz	LC 94/1998	5.225,186	25.013	0,672	601 789	4,79
33	MG	Cabeceira Grande	LC 163/2018	1.031,409	6.988	0,648	203 236	6,78
34	MG	Unai	LC 94/1998	8.448,082	84.930	0,736	2 439 492	10,05
TOTAL				94.570,389	4.693.793	0,782	239 828 975	49,63

Fonte: Plano Distrital de Saúde (SES/DF, 2019); dados populacionais recuperados de estimativas do TABNET/Ministério da Saúde para 2020; IDH recuperado do IBGE Cidades (cor azul = IDH Muito Alto, verde = Alto; amarelo = Médio; alaranjado = Baixo).

A distribuição da população e dos indicadores sociais e econômicos no DF dá destaque à alta densidade demográfica nas áreas de ocupação mais recentes de expansão da urbanização. Existem “bolsões” de densidade muito acima da média, que se refletem em outros indicadores sociais e econômicos.

TABELA 2 – Distribuição da população por Regiões de Saúde e Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2018

Região de Saúde	Região Administrativa (RA)	População 2018	%
CENTRAL	RA1 - Brasília (Asa Norte)	145.311	4,89%
	RA1 - Brasília (Asa Sul)	104.817	3,53%
	RA11 - Cruzeiro	41.457	1,39%
	RA16 - Lago Sul	36.673	1,23%
	RA18 - Lago Norte	39.152	1,32%
	RA 22 - Sudoeste/Octogonal	59.117	1,99%
	RA 23 - Varjão	10.385	0,35%
	Total da Região Central	436.912	14,70%
CENTRO-SUL	RA8 - N. Bandeirante	28.698	0,97%
	RA10 - Guarã	126.829	4,27%
	RA17 - R. Fundo I	41.347	1,39%
	RA19 - Candangolândia	18.444	0,62%
	RA 21 - R. Fundo II	40.694	1,37%
	RA 24 - Park Way	23.064	0,78%
	RA 25 - SCIA (Estrut.)*	33.494	1,13%
	RA 29 - S.I.A*	2.772	0,09%
	Total da Região Centro-Sul	315.342	10,61%
NORTE	RA5 - Sobradinho I	89.935	3,03%
	RA 6 - Planaltina	195.027	6,56%
	RA 26 - Sobradinho II	83.713	2,82%
	RA 31 - Fercal	10.054	0,34%
	Total da Região Norte	378.729	12,74%
SUL	RA2 - Gama	156.321	5,26%
	RA13 - Santa Maria	133.905	4,51%
	Total da Região Sul	290.226	9,76%
LESTE	RA7 - Paranoá	62.510	2,10%
	RA14 - São Sebastião	95.199	3,20%
	RA 27- Jd. Botânico	23.385	0,79%
	RA 28 - Itapoã	50.073	1,68%
	Total da Região Leste	231.167	7,78%
OESTE	RA4 - Brazlândia	65.814	2,21%
	RA9 - Ceilândia (**)	461.057	15,51%
	Total da Região Oeste	526.871	17,73%
SUDOESTE	RA3 - Taguatinga	239.315	8,05%
	RA12 - Samambaia	226.355	7,62%
	RA15 - Recanto das Emas	141.218	4,75%
	RA 20 - Águas Claras (†)	117.834	3,96%
	RA 30 - Vicente Pires	68.240	2,30%
	Total da Região Sudoeste	792.962	26,68%
TOTAL		2.972.209	100%

Fonte: Plano de Saúde do DF (2019).

O Distrito Federal tem um Índice de Desenvolvimento Humano que se mantém na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano nos últimos anos, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD). Calculado a partir dos dados da Pesquisa Nacional da Amostra de Domicílios, o IDHM do Distrito Federal era 0,854, em 2016 e em 2017 era de 0,850. Esse desempenho coloca do Distrito Federal em primeiro lugar entre as 27 Unidades da Federação. Entretanto, esse indicador tem variações por sexo, por cor e por situação do domicílio, conforme se verá. A tendência do IDH no Distrito Federal é de crescimento, conforme demonstra a figura abaixo, calculada com dados dos censos populacionais.

FIGURA 2 – Variação do IDHM no Distrito Federal, 1991 a 2010



Fonte: IBGE Cidades.

A desagregação do indicador por sexo também é relevante para analisar o contexto do Distrito Federal. Em 2010, o valor para as mulheres no Distrito Federal era 0,851 e, para os homens, de 0,797, o que coloca ambos os grupos na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,054. O IDHM da população feminina em 2017 era 0,875, e da população masculina neste mesmo ano era de 0,823, o que coloca os dois grupos na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Analisando as informações por cor, segundo o Censo Demográfico, o IDHM da população negra do Distrito Federal era de 0,788, o que a situava na faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população branca nesse mesmo ano, era de 0,867, correspondente à faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,079. O IDHM da população negra em 2017 era 0,810, posicionado na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. O IDHM da população branca neste mesmo ano era de 0,890, o que a situava na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Quando os dados são desagregados por situação de domicílio, segundo o Censo Demográfico de 2010, o IDHM da população residente na área urbana do Distrito Federal era 0,829 em 2010, o que a situava na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população residente na área rural nesse mesmo ano, era de 0,702, correspondente à faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,127.

Os dados do IDHM também podem ser analisados de acordo com as dimensões que o compõe. O IDHM do Distrito Federal apresentou aumento entre os

anos de 2000 e 2010, segundo informações do Censo Demográfico. Neste período, a evolução do índice foi de 13,66%. Ao considerar as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2000 e 2010, verifica-se que o IDHM Longevidade apresentou alteração de 7,25%, o IDHM Educação apresentou alteração de 27,49% e o IDHM Renda apresentou alteração de 7,20%. Em 2016, era 0,854 e em 2017, 0,850, e, neste período, a evolução do índice foi de -0,47%. Na figura abaixo, vemos que, para as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2016 e 2017, o IDHM Longevidade apresentou alteração de 0,56%, o IDHM Educação apresentou alteração de -2,43% e o IDHM Renda apresentou alteração de 0,70%.

FIGURA 3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) segundo as variações das dimensões que o compõe, Distrito Federal, 2000/2010 e 2016/2017



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano /PNUD.

O IDHM Educação é composto por cinco indicadores, quatro referentes ao fluxo escolar de crianças e jovens, buscando medir até que ponto estão frequentando a escola na série adequada à sua idade. O quinto indicador refere-se à escolaridade da população adulta. A dimensão Educação, além de ser uma das três dimensões do IDHM, faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade. Segundo dados do último Censo Demográfico, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 92,46%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 88,32%; a de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 66,32%; e a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 53,48%. Utilizando dados da PNAD Contínua, é possível identificar que, em 2017, a proporção

de crianças de 5 a 6 anos na escola neste ano era de 93,50%. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 95,50%, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 66,75%; e, por fim, a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 69,12%. Ainda com base nas informações da PNAD Contínua, em 2012, 84,31% da população de 6 a 17 anos do Distrito Federal estava cursando o ensino básico regular com menos de dois anos de defasagem idade-série. Em 2017, esse percentual era de 87,31% da população. A taxa de Distorção Idade-Série no ensino médio era de 26,70%, em 2013, e passou para 24,60%, em 2017. Por sua vez, a taxa de evasão no fundamental foi de 2,00%, em 2013 para 2,40%, em 2014. A taxa de evasão no ensino médio foi de 9,90%, em 2013 e em 2014, de 9,80%. Por sua vez, o indicador Expectativa de anos de estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica a média de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Em 2012, segundo informações da PNAD Contínua, essa média era de 9,90 anos e em 2017, foi de 10,33 anos. Outro indicador que compõe o IDHM Educação e mede a escolaridade da população adulta é o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, que é afetado pela menor escolaridade das gerações mais antigas. Com base nos dados do Censo Demográfico, entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 59,48% para 72,32%. Utilizando as informações da PNAD Contínua, nos anos de 2012 e 2017, esse percentual foi de 76,14% e 78,72%. Em 2017, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade do Distrito Federal, 3,74% eram analfabetos, 76,06% tinham o ensino fundamental completo, 66,42% possuíam o ensino médio completo e 30,59%, o superior completo.

Sobre a dimensão Renda do IDHM, que representa o segundo componente de maior relevância na composição final do Índice em 2010, os dados também são favoráveis. Segundo informações do Censo Demográfico, a renda per capita mensal no Distrito Federal era de R\$ 1.199,44, em 2000 e R\$ 1.715,11, em 2010, a preços de agosto de 2010. Nesse período observa-se que houve crescimento desse valor a uma taxa média anual de 42,99%. As informações da PNAD Contínua mostram que houve crescimento da renda per capita mensal entre os anos de 2016 e 2017, passando de R\$ 1.614,34 para R\$ 1.681,05 (a preços de agosto de 2010), o que equivale a uma variação de 4,13% no período, em termos reais. Entretanto, os indicadores de pobreza

não são tão positivos e demonstram que a renda aumentou, concentrando-se nos segmentos populacionais mais abastados. A proporção de pessoas extremamente pobres, ou seja, com renda per capita inferior a R\$70,00 (a preços correntes de agosto de 2010), passou de 1,77%, em 2016, para 2,76%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, a preços de agosto de 2010) era de 4,34%, em 2016 e 4,96%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a R\$255,00, a preços de agosto de 2010), era 11,780%, em 2016 e 11,780%, em 2017. Em 2017, as proporções de extremamente pobres, de pobres e de vulneráveis à pobreza na população feminina eram de 2,94%, de 5,21% e de 12,23%, respectivamente. Já na população masculina, essas mesmas proporções eram de 2,56%, de 4,69% e de 11,28%. Considerando a desagregação da população por cor, nesse mesmo ano, 3,67% dos negros eram extremamente pobres, 6,33% eram pobres e 14,79% eram vulneráveis à pobreza. Na população branca, essas proporções eram de 1,33%, 2,87% e 7,06%, respectivamente. A desigualdade da renda pode ser descrita pelo Índice de Gini. No Distrito Federal, esse índice era de 0,630 em 2000 e de 0,630, em 2010, segundo dados do Censo Demográfico. Mais recentemente, segundo dados da PNAD Contínua, situou-se em 0,570, em 2016 e em 0,591, em 2017.

Entre 2000 e 2010, período entre os dois últimos Censos Demográficos, no Distrito Federal a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente, passou de 72,99% para 74,34%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 15,93% para 7,58%. O grau de formalização da população ocupada de 18 anos ou mais de idade era de 71,62 em 2010, sendo maior entre a população masculina e de brancos; dessa população ocupada, a porcentagem com rendimento mensal de até 1 salário-mínimo era de 8,46% em 2010, sendo maior entre a população feminina e de negros.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do IDHM e faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde e Bem-estar. A esperança de vida ao nascer da população do Distrito Federal, de acordo com os dados do Censo Demográfico, se alterou em 3,49 anos entre 2000 e 2010. Analisando as informações por situação de domicílio, a esperança de vida ao nascer da população residente na área urbana foi 77,53, já na área rural

foi de 73,81, ambas para 2010. Em 2017, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a esperança de vida ao nascer era de 78,37 anos. Por sua vez, a mortalidade infantil, definida como a mortalidade de crianças com menos de um ano de idade, passou de 20,71 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,01 por mil nascidos vivos, em 2010, de acordo com os dados do Censo Demográfico. Nas informações por situação de domicílio, em 2010, a mortalidade infantil na área urbana foi 13,64 e na área rural 22,17. Em 2017, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a mortalidade infantil era de 10,32 por mil nascidos vivos. Em 2013, esse valor era de 11,22 por mil nascidos vivos.

Na Figura 4 se pode verificar uma oscilação importante do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal, com uma tendência de redução significativa no período de 2013 a 2016, com um pico de crescimento nos dois últimos anos da série. Como se verá adiante, esse pico recente está associado à redução da cobertura populacional por atenção básica.

FIGURA 4 – Série histórica do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal, 2006 - 2017

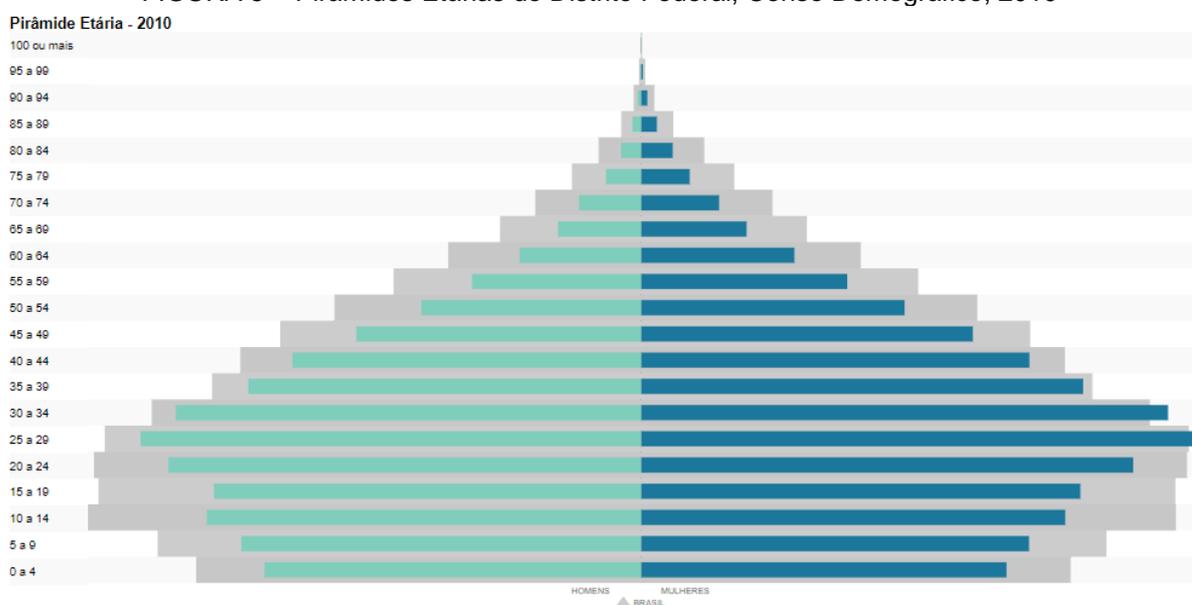


Fonte: IBGE Cidades.

O indicador Razão de Dependência é a proporção de população com menos de 15 anos ou com mais de 65 anos de idade (população economicamente dependente) em relação à população de 15 a 64 anos de idade (população potencialmente ativa). Segundo as informações do Censo Demográfico, a razão de dependência no Distrito Federal era de 46,49%, em 2000 e 40,14% em 2010. Para os mesmos anos, a taxa de envelhecimento registrou 3,29% e 4,97% respectivamente. Ao observar os resultados para 2017, segundo a PNAD Contínua, a razão de dependência atingiu 37,49% e, por sua vez, a taxa de envelhecimento alcançou 8,09%. Taxa de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Na Figura 5 pode ser verificado que a estrutura etária da população do Distrito Federal é muito diversa daquela do Brasil como um todo. O formato da pirâmide revela uma transição demográfica mais avançada no município e no estado em comparação com o Brasil como um todo, com a maior concentração de população nas faixas de 25 a 34 anos, tanto para o sexo masculino quanto feminino. O desenho da pirâmide populacional indica uma redução de natalidade e da tendência da mortalidade infantil nos últimos anos. Esse desenho também está associado a uma transição epidemiológica, com o aumento das doenças crônicas e aquelas prevalentes na população adulta e idosa.

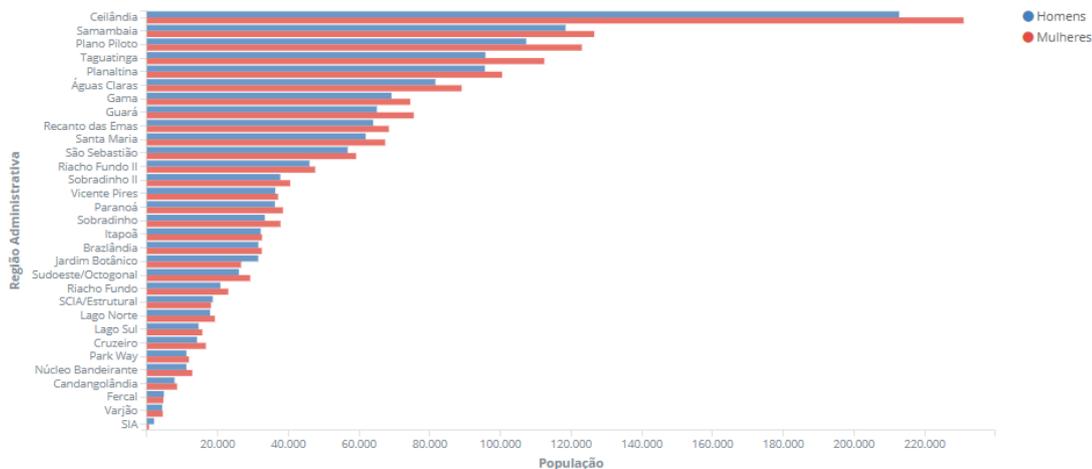
FIGURA 5 – Pirâmides Etárias do Distrito Federal, Censo Demográfico, 2010



Fonte: IBGE Cidades.

Conforme se verificou na Tabela 2, a população do Distrito Federal não se distribui uniformemente pelo território. A figura abaixo detalha a composição da população, por sexo, nas Regiões Administrativas do DF apontando, igualmente, uma distribuição populacional bem desigual no território (Figura 6).

FIGURA 6 – Distribuição da população pelas Regiões Administrativas, Distrito Federal, 2020
População por Região Administrativa - Sexo



Fonte: InfoSaúde/Secretaria da Saúde do Distrito Federal.

Nesse cenário, a preocupação da Educação deve se voltar para a formação de cidadãos críticos, conscientes e profissionalmente competentes, que sejam capazes de interagir com as diferentes áreas do conhecimento, respeitando o outro, a si mesmo e a natureza, ao mesmo tempo em que precisam acompanhar o constante avanço tecnológico.

TABELA 3 – Distribuição da População do Distrito Federal por grupos de características especiais, 2020

Distrito	Total	Homens	Mulheres	Mulheres em idade fértil (10 a 49 anos)	Faixa etária (pessoas)			
					0 a 4 anos	5 a 19 anos	60 anos e mais	30 a 69 anos
Região Central	426.912	202.909	224.003	138.009	28.964	46.499	75.495	213.977
...Brasília	250.128	114.300	135.828	78.761	9.974	26.211	45.821	145.378
...Área Norte	145.311	67.629	77.682	47.829	6.081	15.407	21.455	85.523
...Área Sul	104.817	46.471	58.346	30.941	3.893	10.804	24.366	99.855
...Cruzeiro	41.457	19.125	22.332	14.023	1.896	5.531	5.829	23.125
...Lago Norte	39.152	19.003	20.149	11.044	1.398	3.717	7.790	23.041
...Lago Sul	36.673	17.383	19.090	9.889	1.264	3.681	9.311	21.542
...Sudoeste/Oct	59.117	27.982	31.135	20.586	3.305	5.378	6.276	36.601
...Varjão do Torno	10.385	5.116	5.269	3.712	987	1.981	480	4.290
Região Centro - Sul	315.342	149.657	165.685	106.554	20.158	46.736	35.782	161.734
...Candangolândia	18.444	8.816	9.628	6.204	1.147	2.728	1.987	9.216
...Guará	126.828	57.381	69.446	41.904	6.636	15.749	29.629	89.345
...Núcleo Bandeirante	28.698	13.336	15.362	9.903	1.661	4.085	3.561	14.888
...Park Way	23.064	11.354	11.711	7.227	1.300	3.030	3.339	13.203
...Riacho Fundo I	41.347	19.845	21.502	14.624	2.629	6.108	3.544	21.393
...Riacho Fundo II	40.694	19.879	20.815	14.629	3.259	7.612	2.328	38.987
...SCIA (Estrutural)	33.494	17.089	16.405	11.487	3.381	7.162	1.256	13.322
...SIA	2.772	1.957	815	576	134	299	139	1.380
Região Leste	231.167	117.534	113.634	79.448	29.646	40.183	12.952	104.837
...Itapoá	50.073	25.336	24.737	17.701	5.395	9.794	1.496	20.723
...Jardim Botânico	23.385	11.387	11.998	7.726	1.457	3.022	2.526	13.327
...Paranoá	62.510	30.496	32.014	21.435	5.063	10.560	4.875	28.566
...São Sebastião	95.199	50.315	44.884	32.567	7.530	16.808	4.055	42.221
Região Norte	378.729	183.461	195.267	128.711	28.723	64.483	34.762	182.007
...Fercal	10.054	5.290	4.864	3.225	1.008	1.930	684	4.340
...Planaltina	295.027	145.444	149.583	99.583	66.721	15.861	35.896	15.873
...Sobradinho	89.935	42.560	47.375	29.948	5.669	12.991	11.342	46.792
...Sobradinho II	83.713	40.267	43.446	28.817	6.286	13.667	6.863	41.424
Região Oeste	526.871	254.763	272.109	177.511	41.301	85.603	52.264	253.840
...Brasília	65.814	32.628	33.186	21.533	5.245	11.998	6.373	30.301
...Celilândia	461.057	222.134	238.923	155.978	35.857	73.610	45.891	223.540
Região Sudoeste	792.962	380.176	412.786	274.076	56.743	124.280	71.232	396.439
...Águas Claras	117.834	57.054	60.780	41.796	9.375	14.438	9.167	64.476
...Recanto das Emas	141.238	68.924	72.294	50.732	11.529	28.144	7.734	68.486
...Samambaia	226.335	109.781	116.554	78.746	18.293	39.097	15.088	105.129
...Taguatinga	239.315	110.382	128.933	79.443	13.122	32.467	33.583	126.806
...Vicente Pires	68.240	34.034	34.206	23.339	4.424	10.134	5.660	36.543
Região Sul	290.226	138.959	151.267	99.640	20.159	50.092	28.546	140.068
...Gama	156.321	74.124	82.197	52.628	9.671	25.445	20.361	78.802
...Santa Maria	133.905	64.836	69.039	47.011	10.488	24.648	8.585	61.267
DF	2.972.209	1.427.459	1.544.750	1.003.949	205.494	457.878	311.433	1.492.902

Fonte: InfoSaúde - SES/DF.

Assim, no contexto das transformações, a Universidade precisa refletir sobre as suas estruturas organizacionais e os objetivos traçados para o fazer pedagógico. O desafio de preparar uma geração para a vida, requer não só o conhecimento da realidade em que se está inserido, mas também a participação no enfrentamento dos problemas sociais de sua comunidade na construção de um futuro mais justo, equânime, saudável e sustentável.

2.3 CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.3.1 Mantenedora - União Brasileira de Educação Católica

A União Brasileira de Educação Católica (UBEC) é uma associação civil, confessional, de direito privado, de caráter assistencial, educacional e filantrópico e sem fins econômicos, comunitária e reconhecida como de utilidade pública. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.331.801/0001-30, fundada em 08 de agosto de 1972, na Cidade de Brasília-DF, registrada no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, sob nº de ordem 1.132, no Livro A-6, datado de 12 de agosto de 1972, com sede à Avenida Dom Bosco, nº 2.139, Silvânia-GO e, com Escritório Executivo na QS 01 Rua 210 sala 1105 e 1106, Lote 40 – Areal/Águas Claras-DF.

QUADRO 01 – Dados da UBEC

Mantenedora:	União Brasileira de Educação Católica - UBEC						
End.:	QS 1 Rua 210 salas 1105 e 1106					n.:	Lote 40
Bairro:	Areal	Cidade:	Brasília	CEP:	71950-770	UF:	DF
Fone:	(61) 3383-9000			Fax:	(61) 3383-9030		
Site:	http://www.catolica.edu.br/ubec/						

Fonte: UBEC

Constituída como Associação Civil, religiosa de direito privado e de caráter assistencial, educacional e filantrópica, a UBEC é formada pela união de cinco Províncias Religiosas e uma Diocese: a Província Lassalista de Porto Alegre – Irmãos Lassalistas; a Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso

Senhor Jesus Cristo – Padres e Irmãos Estigmatinos; a Província Marista do Centro Norte do Brasil – Irmãos Maristas; a Inspeção São João Bosco – Salesianos de Dom Bosco; a Inspeção Madre Mazzarello – Irmãs Salesianas; a Diocese de Itabira/Coronel Fabriciano.

A diretoria da UBEC adota o modelo de Governança Corporativa (aprovado pela Assembleia Geral nº 84, de 17/18 de novembro de 2009), na intenção de aumentar a eficiência e eficácia no trato das ações desenvolvidas em todas as instâncias da UBEC.

Atualmente, além da UCB, a UBEC mantém: o Centro Educacional Católica de Brasília (CECB), o Centro Educacional Católica do Leste de Minas Gerais (CECMG), o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE), o Colégio Padre de Man (CPM), em Minas Gerais, a Faculdade Católica do Tocantins (FACTO) e a Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FCR), além de cinco instituições de Educação Básica em Brasília, Coronel Fabriciano, Timóteo, Joinville e Curitiba.

FIGURA 7 - Unidades de missões mantidas pela UBEC

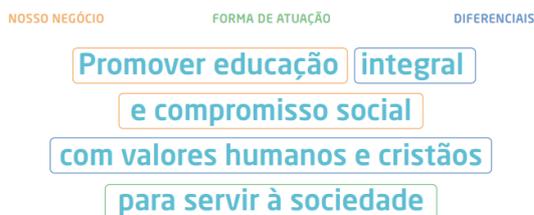


Fonte: UBEC

Ao longo de meio século de existência, muitas vidas foram e estão sendo transformadas por meio de ações educacionais e sociais desenvolvidas. Atualmente, mais de 27 mil estudantes fazem parte do Grupo e mais de 3,5 mil são atendidos pelo programa de filantropia.

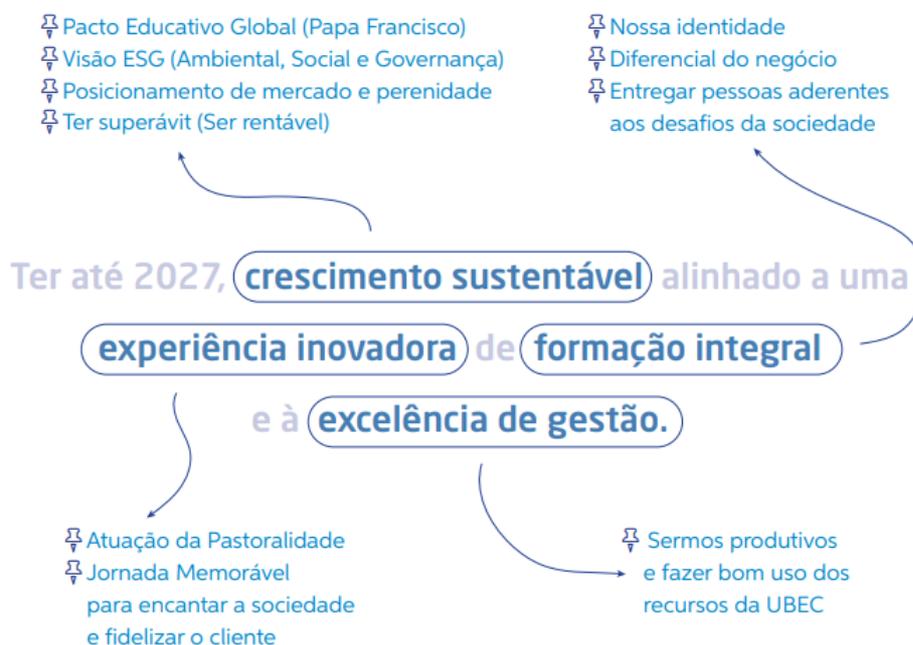
O Plano Estratégico da UBEC (2023-2027) assume como valores institucionais: o humanismo solidário, a gestão compartilhada, a inovação com performance, a ética, a ecologia integral e a espiritualidade. Estes valores demonstram o compromisso do Grupo com sua missão.

FIGURA 8 – Missão do Grupo UBEC
 A Missão do Grupo UBEC é



Fonte: UBEC

FIGURA 9 – Visão do Grupo UBEC
 A Visão do Grupo UBEC é



Fonte: UBEC

São direcionadores da Visão da UBEC, definidos em seu Planejamento Estratégico:

- a) Crescimento Sustentável: entendido como o potencial de crescer nos mercados em que atua e, também, em novos mercados, seja por novos negócios ou negócios já existentes. A perspectiva de conhecimento está

- alinhada à missão Institucional, pois pressupõe o crescimento como uma organização que prima por uma governança social e ambientalmente comprometida. Deve promover, desta forma, o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, buscando a perenidade do Grupo UBEC ao mesmo tempo que garante nosso compromisso com a sociedade;
- b) **Experiência Inovadora:** a experiência inovadora traz uma atuação na jornada do estudante de modo que ele obtenha o máximo de aproveitamento e reconhecimento quanto ao crescimento pessoal e ao sucesso por ter percorrido sua jornada formativa. Neste sentido, o ecossistema educativo do Grupo, que impacta diretamente na experiência do estudante, é composto por vários atributos, dentre eles a formação integral, pensando na completude do ser, e a pastoralidade como um elemento de espiritualização e evangelização;
- c) **Formação Integral:** a formação integral é entendida como um conjunto de ações educativas que promovem o desenvolvimento da pessoa (criança, jovem e adulto) em todas as suas dimensões, envolvendo os aspectos emocional, espiritual, cultural, físico, intelectual, psíquico e social. Requer a compreensão de que a Educação deve promover o crescimento para além da dimensão intelectual, proporcionando o aperfeiçoamento de toda a pessoa e de todas as pessoas. Por esse motivo, na Educação integral defendida e oferecida pelas instituições educacionais do Grupo UBEC, a aprendizagem não se dá apenas na sala de aula e nem só com a presença direta do professor/educador. Ela acontece nos diversos e múltiplos espaços e situações em que os estudantes/educandos vivenciam, por meio de experiências, formas e várias linguagens;
- d) **Excelência em Gestão:** elemento que envolve diversas práticas e resultados associados à produtividade, qualidade educacional, assegurado pelo uso eficiente dos recursos do Grupo.

2.3.2 Universidade Católica de Brasília

A Universidade Católica de Brasília (UCB), mantida pela União Brasileira de Educação Católica (UBEC), é regida pela legislação pertinente em vigor, pelos

Estatutos da Mantenedora, no que couber, por seu Estatuto, pelo Regimento Geral e por atos normativos internos.

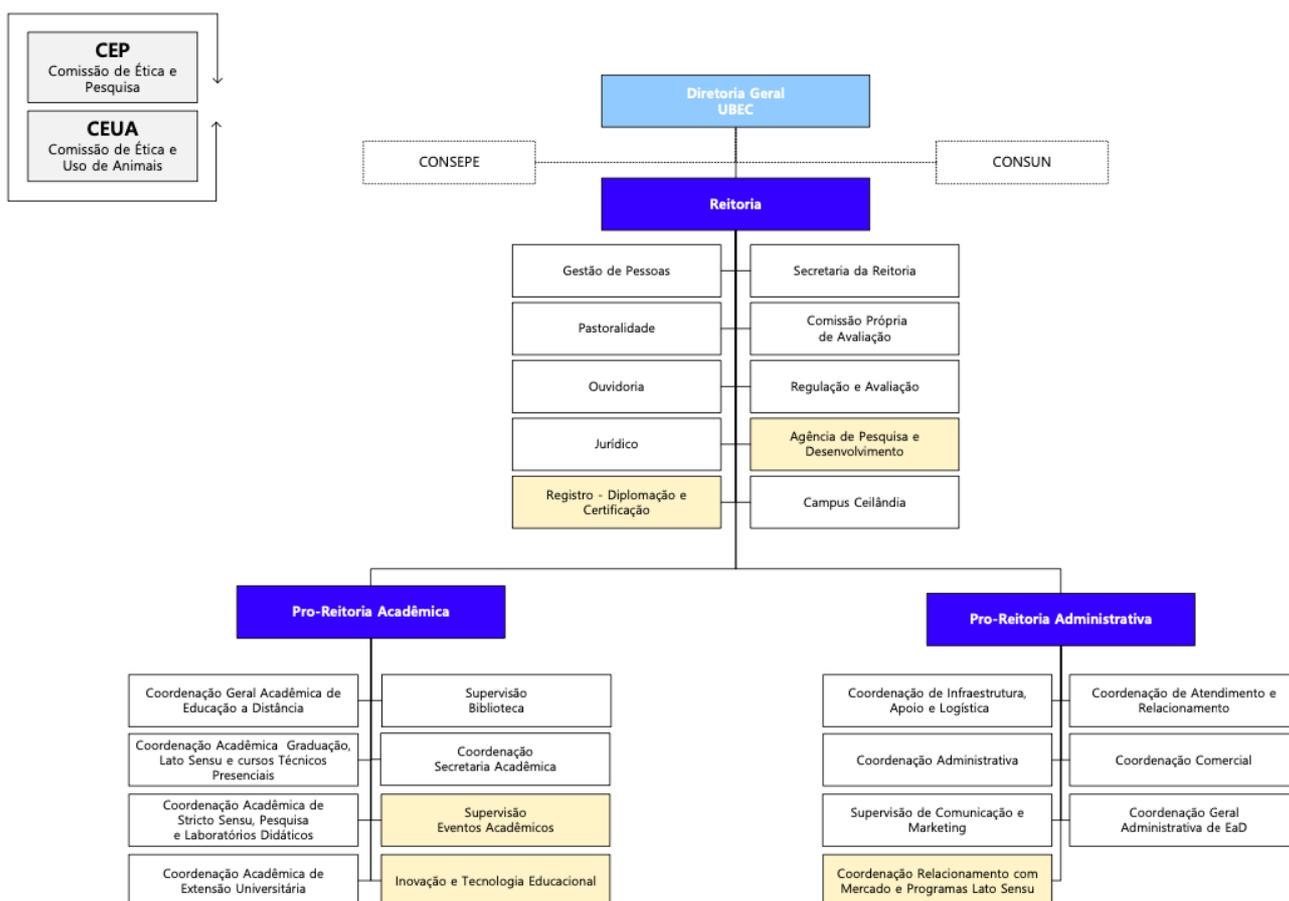
QUADRO 02 – Dados da UCB

Mantida:	Universidade Católica de Brasília – UCB						
End.:	QS 07 – Lote 1 – EPCT						
Bairro:	Águas Claras	Cidade:	Taguatinga	CEP:	71966-700	UF:	DF
Fone:	(61)3356 9000						
Site:	http://www.UCb.br						

Fonte: UBEC

A UCB goza de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, dentro dos limites fixados pela legislação federal e por seu Estatuto, adotando o seguinte modelo organizacional:

ORGANOGRAMA 01 – Estrutura UCB



Fonte: UBEC

Toda a gestão da UCB, conforme apresentada no organograma acima, orienta-se pelos princípios cristãos e pauta sua atuação no respeito aos direitos

fundamentais da pessoa humana, tendo como finalidades: formar cidadãos e profissionais conscientes e competentes; promover a Educação cristã pelo diálogo entre razão e fé, integrando os diversos ramos do saber, tendo como compromisso a busca da verdade; incentivar o exercício da justiça, o fortalecimento da sociedade humana, a compreensão e promoção dos direitos e deveres da pessoa; promover a evangelização da cultura; desenvolver ensino de qualidade; promover a pesquisa científica, tecnológica, filosófica, teológica e cultural em geral, bem como as atividades de Educação continuada; desenvolver atividades de extensão, colocando à disposição da comunidade os resultados das atividades de ensino e pesquisa, mediante cursos e serviços especiais; colaborar com entidades públicas e privadas na busca de um modelo integrado de desenvolvimento, fundado no respeito e na assimilação dos valores culturais, sem perder de vista a formação da consciência crítica para o exercício da cidadania, bem como o caráter universal do saber.

A história da UCB está ligada à própria organização da UBEC, em 1972, graças à iniciativa de diretores de Colégios Religiosos de Brasília, sob a liderança do Padre José Teixeira da Costa Nazareth. Em um primeiro momento, foi criada a instituição responsável por manter a futura Universidade Católica de Brasília, a União Brasileira de Educação Católica. Logo em seguida, foi criada a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FUCH), em 1974, como primeira unidade de ensino.

O registro em cartório da Ata da Assembleia, Estatuto e Posse da 1ª Diretoria, realizado no dia 12 de agosto de 1972, oficializou o grupo de Diretores de Escolas Católicas de Brasília na fundação da UBEC - sociedade civil de direito privado e objetivos educacionais, assistenciais, filantrópicos e sem fins IUCrativos -, cujo principal objetivo foi criar, na cidade de Brasília, uma Universidade Católica. Eram cerca de dez congregações, todas com mais de 100 anos de experiência internacional em Educação.

Daquelas instituições iniciais, permaneceram seis associadas à frente da UBEC. A primeira unidade, a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FUCH), foi sediada provisoriamente no Plano Piloto de Brasília, tendo início em 12 de março de 1974, com os cursos de Economia e Administração de Empresas, que funcionaram no Colégio Sagrado Coração de Maria, e com o curso de Pedagogia, cujas aulas ocorreram no Colégio Marista, na região administrativa de Taguatinga. Nos anos de 1980, duas outras Faculdades: a Faculdade Católica de Tecnologia e a Faculdade de Educação reuniram-se à FUCH. Nessa época, alteraram-se Estatutos e Regimentos,

em razão da nova realidade conjuntural, permitindo uma estrutura de ensino coerente e adequada à sua própria expansão, sendo então instaladas as Faculdades Integradas da Católica de Brasília (FICB).

Os cursos na área de Educação, de capacitação dos docentes da Secretaria de Educação do DF e a Graduação na área de Ciência e Tecnologia foram priorizados, levando-se em conta o conhecimento, experiências históricas e proposições das FICB nessa área. A criação da Faculdade Católica de Tecnologia, reunindo os cursos de Ciências (Matemática, Física, Química e Biologia) e o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, mostrava a expansão gradativa e segura da Católica. Em março de 1985, o *campus*, posteriormente denominado *campus I*, em Taguatinga, foi inaugurado com o primeiro prédio, hoje denominado São João Batista de La Salle. Em 1987, a Instituição oferecia cursos de Graduação tais como o de Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Filosofia, Física, Letras, Matemática e Química, com opções em licenciatura e bacharelado, além de cursos de Pós-Graduação.

O desenvolvimento das FICB confirmava as possibilidades dos trabalhos acadêmicos consolidando os objetivos, as diretrizes de ação e as metas na elaboração do projeto para o reconhecimento das FICB como Universidade. Uma das ações necessárias para isso foi a implantação do Curso de Mestrado em Educação, cujas atividades começaram em 1994.

De acordo com a Portaria nº 1.827, de 28 de dezembro de 1994, a Católica foi reconhecida pelo Ministério da Educação e do Desporto como Universidade Católica de Brasília (UCB) e, no dia 23 de março de 1995, foi oficialmente instalada em seu *campus I*, em Taguatinga. Na ocasião, o Chanceler, Irmão Gentil Paganotto, teve a atribuição de nomear o Reitor, Padre Décio Batista Teixeira e entregar a Universidade à comunidade. Durante a gestão do Padre Décio, a UCB contava com 377 professores, 6.990 estudantes e 488 funcionários administrativos. Esse considerável corpo acadêmico ajudou o Reitor a superar as inúmeras dificuldades no processo de organização da Universidade.

Esse momento marca o início das edificações que hoje totalizam 112.460 m² de área construída nos *campi* da UCB, com prédios modernos e funcionais. De março de 1995 até 1998 existiam na UCB 20 cursos de Graduação e 24 cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (destes, 04 cursos na modalidade a distância), além de 03 cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*. Acompanhando esta linha de planejamentos bem estruturados, consolidou-se a Pós-Graduação *stricto sensu*, acompanhada da

implantação de outros cursos de mestrado, como: Economia (1998), Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (1998), Psicologia (1999), Educação Física (1999), Planejamento e Gestão Ambiental (2000), Ciências Genômicas e Biotecnologia (2000), Direito (2003), Gerontologia (2005). A expansão do *stricto sensu* se fortaleceu com a criação dos cursos de doutorado em Educação, Psicologia, Educação Física, Gerontologia, Ciências Genômicas e Biotecnologia.

2.3.2.1 Missão

A Universidade Católica de Brasília tem como missão promover Educação integral e compromisso social com valores humanos e cristãos para servir à sociedade.

2.3.2.2 Princípios institucionais

A Universidade Católica de Brasília faz parte da rede brasileira e mundial de Instituições de Educação Católica e traz em si a marca do compromisso em promover processos educativos que contribuam para a construção da dignidade da vida. Nesse sentido, professa e se compromete, diante da comunidade humana, a seguir os seguintes princípios fundantes:

- a) o sentido cristão da existência humana, a valorização da vida em todas as suas formas, o respeito à dignidade da pessoa humana e à liberdade pessoal, a busca da verdade e do transcendente e o relacionamento da pessoa humana consigo mesma, com os outros, com o mundo e com Deus;
- b) o confronto, no diálogo entre a fé e a cultura, de critérios e itinerários culturais e religiosos diferentes;
- c) a competência no Ensino, em todos os seus níveis e modalidades;
- d) a construção da comunidade, pelo testemunho solidário do convívio fraterno e da corresponsabilidade;
- e) a formação da consciência e do agir cristãos no âmbito social, para a consolidação da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna;

- f) a busca constante da eficiência e da eficácia na gestão acadêmica, administrativa e financeira, de acordo com o modelo de Governança Corporativa, assumido pela UBEC;
- g) a formação da consciência em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;
- h) gestão pautada na transparência, equidade e conformidade;
- i) unidade de patrimônio e de administração;
- j) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- k) racionalidade de organização para a utilização máxima dos meios disponíveis, vedada a duplicação de recursos para a realização de objetivos idênticos ou equivalentes;
- l) corresponsabilidade de todos os envolvidos na busca da realização dos objetivos da Universidade;
- m) flexibilidade de métodos e critérios com vistas às diferenças individuais dos estudantes, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa e de extensão;
- n) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, estudadas em si mesmas ou em razão de ulteriores aplicações em áreas técnico- profissionais.

São princípios que acompanham todo o fazer educativo da UCB, a saber:

- a) **Pastoralidade:** A UCB é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, conforme a natureza de uma Universidade, mas é também uma comunidade educativa confessional. Assim, tem sua referência numa experiência de fé, por meio da qual busca ser fermento evangélico no mundo social. Daí a importância de compreender a pastoralidade como o primeiro princípio estruturante da instituição;
- b) **Extensionalidade:** O princípio da extensionalidade, sob essa ótica, é valor epistemológico, ético e político buscado pela Instituição no seu processo educativo. Esse valor perpassa, transversalmente, as atividades de ensino-aprendizagem, visando oferecer condições para a geração de competências científicas, profissionais e humanas no mundo do trabalho e em todos os espaços onde a vida pode acontecer;

- c) Sustentabilidade: Entre os diversos segmentos que compõem a sociedade estão as instituições de Educação superior, colaboradoras importantes por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na construção de um conhecimento compatível com a sustentabilidade do desenvolvimento, bem como com a equidade, o equilíbrio e a conservação do planeta e da humanidade. A sustentabilidade pode tornar-se um princípio da instituição à medida que pautar o seu processo de ensino e de aprendizagem, considerando, dentre outros, o aspecto ecológico, econômico, ecumênico, educacional e ético;
- d) Indissociabilidade: As atividades do ensino, da pesquisa e da extensão são tempos, espaços e processos de aprendizagem, em vista da formação do educando e da transformação social. Para tanto, a Universidade precisa constituir-se, cada vez mais, numa comunidade de aprendizes onde se desenvolvem os talentos, as competências e as habilidades necessárias para a formação pessoal, profissional e social. A atitude aprendente é, portanto, o elemento integrador das diversas formas de produção e comunicação do conhecimento. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é, acima de tudo, um princípio pedagógico e político que permeia todas as ações que são realizadas na Universidade. Assim, em cada ação realizada, devem estar presentes: o princípio do ensino como processo de autonomia na aprendizagem; o princípio da pesquisa como processo de autonomia da investigação científica; o princípio da extensão como autonomia na ética e na relevância social do conhecimento.

2.3.2.3 Valores institucionais

Os valores e os princípios norteadores da existência da UCB estão em consonância com a proposta da sua fundação, com os pilares básicos ideológicos defendidos por sua Mantenedora e com o papel social de uma Universidade.

Valores:

- Humanismo solidário;
- Espiritualidade;
- Ecologia integral;

- Gestão compartilhada;
- Ética;
- Inovação com percepção.

Para o cumprimento dos valores institucionais a UCB empenha suas forças com foco em valores indispensáveis e necessários à sociedade, alinhados à visibilidade pública da Igreja Católica, quais sejam:

- a) Ser testemunho da Igreja na sociedade;
- b) Ser espaço dinâmico de encontro e tensão entre experiência de fé e saber científico, em contínua busca de sentido;
- c) Cumprir sua responsabilidade sociopolítica conforme as orientações da Igreja;
- d) Pronunciar-se com competência sobre questões político-econômico-sociais, tendo presentes princípios ético-religiosos;
- e) Prestar serviços à Igreja e à Sociedade;
- f) Como comunidade educativa católica:
 - atender a todos os estudantes, sejam quais forem suas convicções;
 - ser, para todos, lugar de experiência religiosa; de estímulo à busca do transcendente; de apresentação da proposta cristã sem proselitismo;
 - proporcionar aos estudantes um ambiente favorável para o cultivo de sua identidade e a formação de lideranças cristãs, sendo um lugar de síntese entre fé e razão, sempre em espírito ecumênico, no sentido mais amplo do termo.
 - Como Universidade:
 - testemunhar e construir comunhão e fraternidade na comunidade acadêmica e estendê-las à comunidade local;
 - ter presentes, em suas opções, as necessidades das classes populares;
 - respeitar a diferença e propiciar o crescimento dos integrantes da comunidade acadêmica;
 - oferecer, à sociedade e à Igreja, profissionais com fundamentada formação ética, cultural, tecnológica e científica.

2.3.2.4 Coordenação de pastoralidade

A Universidade Católica de Brasília (UCB), como um espaço de acolhida, evangelização e Educação na fé, dedica atenção especial aos universitários, docentes e colaboradores, disponibilizando momentos para celebração da vida, reflexão pastoral, vivência dos valores do Reino, ação evangelizadora no meio acadêmico e comunidade externa. E como instrumento para viabilizar essa missão, concretizando os valores e os princípios institucionais, o setor de Coordenação de Pastoralidade dispõe de espaços para a comunidade educativa desenvolver e valorizar a dimensão mística e espiritual em nossas vidas.

A pastoralidade tem seu fundamento no cuidado e no serviço das pessoas, como espiritualidade que inspira, permeia e norteia todas as ações e decisões institucionais, sendo uma dimensão que abarca a totalidade da Instituição, o complexo das suas atividades e o conjunto das pessoas que a compõem. Neste sentido, toda a comunidade acadêmica é convidada a: fazer parte dessa ação que se realiza no cotidiano da vida universitária para construir espaços e momentos celebrativos, reflexivos, meditativos e orantes; ajudar no planejamento de ações pastorais; dar sugestões para aperfeiçoar as já existentes e a criação de novas atividades de vivência da espiritualidade; e promover o diálogo entre fé, cultura, ciência, sustentabilidade ambiental nos processos educativos em que está inserido e assim contribuir para a efetividade do Reino de Deus em nossas vidas.

Assim, a pastoralidade é o DNA que irrigará toda a vida universitária em todas as suas dimensões, sejam elas pedagógicas, administrativas, financeira, educacional, pastoral e as relações humanas. Tendo esse norte, a UCB apresenta a Coordenação de Pastoralidade como o setor responsável por animar, promover e provocar as ações pastorais no ensino, pesquisa e extensão, extrapolando os muros do Câmpus e irradiando energias de um novo Sol para toda a sociedade.

2.3.2.5 Visão de futuro

Universidade Católica de Brasília será uma instituição de referência na excelência acadêmica e na geração do desenvolvimento sustentável. A visão

Institucional é ter até 2027, crescimento sustentável alinhado a uma experiência inovadora de formação integral e à excelência em gestão.

Para a consecução dessa visão de futuro a UCB desenhou objetivos estratégicos com base nas perspectivas de crescimento e na consolidação desta Universidade como referencial de qualidade no Ensino Superior, dentro do cenário local, regional e nacional, bem como pelas diretrizes de sua mantenedora.

A UCB estabeleceu também alguns projetos como balizadores e prioritários para o seu desenvolvimento, bem como a sua correlação entre futuras metas e ações. Esse processo contará com uma avaliação permanente e ajustável, em função de um conjunto de fatores internos e externos inter-relacionados.

Os projetos têm por finalidade apresentar os principais elementos que compõem o processo de revitalização do modelo de gestão da Universidade Católica de Brasília e estabelecer os pilares do planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento do Projeto de Universidade.

3 CONTEXTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUADRO 03 – Dados do curso de Ciências Contábeis

Denominação do Curso:	Ciências Contábeis		
Modalidade:	Presencial		
Regime de matrícula:	Seriado		
Tempo de integralização	4 anos (8 semestres)		
Carga Horária Total	3.000 horas		
Vagas autorizadas	50 vagas anuais (Portaria Nº 210 de 25/06/2020)		
Situação Legal do Curso	Autorização	Reconhecimento	Renovação
Documento	Portaria Nº 11	Portaria Nº 857	Portaria Nº 210
Data Documento	21/01/1996	22/03/2002	25/06/2020
Data da Publicação D.O.U.	21/01/1996	27/03/2002	07/07/2020

Fonte: UCB

A abertura do curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília foi autorizada pelo Conselho Universitário por meio da Resolução CONSUN nº 04/96, de 21/06/1996. Por ocasião do reconhecimento da Universidade Católica de Brasília, elaborou-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que, incorporado aos documentos necessários ao processo de reconhecimento, obteve a aprovação do Ministério da Educação e do Desporto, tendo sido, então, implementado.

Conforme o cronograma de expansão do ensino de graduação da Universidade, o Curso de Ciências Contábeis Presencial iniciou-se no primeiro semestre de 1997, em consonância com a proposição do PDI aprovado. Em 10 de setembro de 1996, por meio do Parecer nº 13/96, a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento da Universidade Católica de Brasília, artigo 15, inciso V, e nos termos do artigo 11 do Estatuto da Universidade, apresentou ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) a proposta curricular do curso de Ciências Contábeis.

Em 2013, por meio da Portaria 706 de 18 de dezembro de 2013, o curso obteve a renovação do reconhecimento de curso superior, mantendo, portanto, todas as recomendações e qualidades educacionais exigidas pelas normas educacionais.

No início de 2016, o curso começou um processo de renovação educacional em sua grade curricular e em seu projeto pedagógico, em 2021 houve outra renovação da grade curricular e do projeto pedagógico e agora em 2023, uma nova rodada deste processo de renovação foi realizada. O objetivo da reestruturação é fornecer à sociedade um currículo mais adaptado ao mercado que vive uma nova fase

extremamente influenciada pela integração global pelas redes sociais e demais mecanismos de sociabilidade negocial propiciado pela internet.

Nesse sentido, este projeto pedagógico é uma inovação e está voltado ao aperfeiçoamento profissional e a moldagem do discente para as novas práticas negociais. Assim, a intenção da Universidade Católica de Brasília sempre foi a de formar profissionais de Ciências Contábeis competentes, habilitados ao eficiente desempenho de suas funções, com sentido de responsabilidade e solidariedade, com uma visão geral da área de conhecimento abrangida pela profissão de contador.

Trata-se, portanto, de um projeto construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo de ensino-aprendizagem, buscando a formação integral e adequada do aluno por intermédio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sua materialização depende, fundamentalmente, do compromisso de todos os segmentos envolvidos no processo educativo desta Universidade, quais sejam: Reitoria, Pró-Reitorias, Coordenação, Assessoria Pedagógica, Corpo Docente, Corpo Técnico-Administrativo e Corpo Discente do curso de Ciências Contábeis.

Por fim, o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis é um documento dinâmico que permite atualizações, cuja periodicidade de revisão variará conforme a ocorrência de avanços na legislação aplicada e nas necessidades manifestadas pela sociedade. Evidentemente, eventuais falhas e lacunas desta versão poderão ser percebidas ao longo do tempo e, por esta razão, são aqueles diretamente envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem das Ciências Contábeis, nesta Universidade, seu público-alvo, os verdadeiros mensageiros para seu constante aperfeiçoamento.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ÂMBITO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A UCB, atenta ao Art. 207 da Constituição (1988), atua com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A organização didático-pedagógica do curso de Ciências Contábeis UCB é estabelecida e atualizada a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2023-2027), levando em consideração os aspectos regulatórios, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais, no caso do curso, a RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004. A implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão tem foco na promoção do desenvolvimento integral da pessoa, da competência para o exercício profissional comprometido com a ética e com a aprendizagem contínua e do exercício da cidadania responsável, engajada e comprometida com os valores humanos e cristãos, visando à transformação da sociedade. As estratégias adotadas pela Universidade trazem a inovação como característica principal, sendo oferecida à comunidade acadêmica opções estratégicas do modelo acadêmico-pedagógico, a saber:

- a adoção da Educação híbrida como forma de estímulo à autonomia intelectual, ao protagonismo, à autoria, ao trabalho colaborativo e ao desenvolvimento de competências relacionadas ao uso qualificado de recursos tecnológicos e informacionais;
- a atenção ao desenvolvimento de conhecimentos de forma inter, multi e transdisciplinar.
- a inserção de 03 componentes curriculares relacionadas ao Programa Propósito de Vida (PPV) possibilitando, dentre outros aspectos, a reflexão necessária acerca do projeto de vida individual e de seu impacto pessoal, profissional e social;
- o cuidado com formação integral e humanística, revelado nos componentes curriculares do PPV, em componentes curriculares específicos, e em atividades e eventos acadêmicos diversos, realizados pela Universidade;

- o destaque às atividades de inserção social a partir de componentes curriculares dedicadas à realização e atuação em projetos de extensão;
- a diversificação curricular promovida pela carga horária destinada às atividades complementares, nas disciplinas optativas e, ainda, pela possibilidade de cursar componentes curriculares de forma eletiva;
- a atenção e o zelo pela formação profissional qualificada que podem ser observados no alinhamento das componentes curriculares específicas às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, às macro tendências e demandas sociais e ao perfil de egresso definido;
- o compromisso com a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, que marca todas as práticas educativas promovidas na e pela Universidade.

Em destaque, a opção Institucional pela inovação se dá pelo uso de tecnologias e metodologias de aprendizagem ativas que possibilitam o desenvolvimento da criatividade, do protagonismo, da autonomia e da experiência colaborativa, revelando nas práticas educativas a centralidade do estudante e de sua aprendizagem, visando a formação integral que privilegia o autodesenvolvimento e o desenvolvimento da sociedade, comprometido com o respeito ao meio ambiente e com o transcendente.

A organização didático-pedagógica do curso de Ciências Contábeis da UCB contempla as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Isso está explícito nos componentes curriculares escolhidos para compor a grade curricular do curso, e implícito nos Planos de Ensino desses componentes curriculares. As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, atualmente em vigor na UCB, estão implementadas no curso de Ciências Contábeis.

A estrutura curricular proposta atende aos aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total, com a previsão de horários protegidos para o estudo e ampla articulação da teoria com a prática.

Os conteúdos curriculares, além de possibilitarem de maneira excelente o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, são coerentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), com os objetivos do curso, e com as necessidades sociais. Os estudantes têm acesso de maneira transversal, em grande número de disciplinas, a conteúdos pertinentes às políticas de Educação ambiental, de Educação

em direitos humanos, Educação bilíngue (Libras – Português) e de Educação para as relações étnico-raciais.

Considerando que a Universidade visa o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica em uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, o curso busca implementar tais aspectos procurando possibilitar ao acadêmico o desenvolvimento de uma visão profunda e global sobre o ser humano, combinando os conhecimentos específicos das áreas técnicas com a abordagem de temas diversos. Portanto, o encadeamento dos componentes curriculares permite um arranjo em espiral e de complexidade crescente dos raciocínios utilizados para trabalhar os diversos componentes que compõem a matriz curricular. Assim, a reflexão advinda preliminarmente serve de base à consolidação da matriz, constituindo uma totalidade de inteligibilidade, estruturalmente harmônica, formando uma unidade aos participantes do processo de ensino-aprendizagem.

Englobando tudo isso, este PPC contribui com a missão da instituição, de promover a Educação integral e o compromisso social com valores humanos e cristãos para servir à sociedade. As grandes funções da Universidade são permanentemente enriquecidas e complementadas por uma vasta ação educativa, que envolve os diversos seguimentos da Instituição, propiciando, ao lado do desenvolvimento profissional, o crescimento da pessoa em todas as suas dimensões: social, ética, cultural, afetiva e humanitária. Baseando-se em princípios que assumem eixos transversais, sendo eles: pastoralidade, extensibilidade, sustentabilidade e indissociabilidade. Tais princípios estão instituídos no projeto pedagógico por meio das unidades curriculares, projetos de extensão, horas complementares, atividades práticas supervisionadas obrigatórias, entre outros.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a integração entre ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável é fundamentada no fazer acadêmico e conduz a mudanças no processo pedagógico por posicionar estudantes e professores como sujeitos ao ato de aprender, ao mesmo tempo em que possibilita uma democratização do saber acadêmico capaz de contribuir na transformação social.

Neste sentido, os elementos que formam a base do projeto pedagógico do curso estão em consonância com o PDI e com o PPI da UCB.

4.2 POLÍTICAS D ENSINO

Da maneira como descrito no PDI 2023-2027, a concepção de ensino adotada pela UCB define este um processo de mediação entre o conhecimento científico elaborado e o contexto social, desenvolvido entre docentes e discentes. Levando em consideração a RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, o curso de Ciências Contábeis, orienta as diferentes estratégias adotadas para o ensino focadas na formação integral do discente, tanto no aspecto intelectual (técnico e profissional) quanto moral e ético, respeitando-se a liberdade do ser humano.

A fim de atender as Diretrizes Pedagógicas da Mantenedora, bem como aos aspectos legais e reguladores pertinentes ao curso, os seguintes elementos são considerados fundamentais: a abordagem curricular por competências, a partir de currículos construídos em torno de uma perspectiva integradora; a flexibilidade curricular, possibilitando a escolha do estudante na composição da sua própria formação; a inovação, elemento de expansão estratégia integrando ensino e pesquisas de ponta desenvolvidas no âmbito da universidade; a acessibilidade integral, garantindo para docentes, discentes e tutores o máximo de aproveitamento educacional de todas as estratégias adotadas, além dos demais pontos trazidos pela defesa de uma Educação emancipatória.

A aprendizagem híbrida também é adotada no curso de Ciências Contábeis, como uma modalidade de aprendizagem baseada na utilização de tecnologias para complementar o modelo presencial, pois utiliza-se de recursos online e digitais para apresentar diferentes formas de aprendizado ao aluno, engajando-o nos temas, exercícios e problemas apresentados.

Além disso, cabe destacar aqui a estrutura diferenciada da biblioteca virtual da instituição. A “Minha Biblioteca” da UCB é uma plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por 16 grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais, estudantes e professores têm acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos, que atendem à bibliografia básica e complementar do curso.

A concepção pedagógica do curso de Ciências Contábeis fundamenta-se: no espírito crítico; na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras; na

inovação; na inserção do estudante na realidade local e no seu papel como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem, que se dará em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais e práticas metodológicas inovadoras.

A integração dos saberes, a centralidade na aprendizagem, a pesquisa como eixo da estruturação curricular, a extensão como partícipe do processo de construção do conhecimento e do compromisso social e a avaliação como reflexão do ensinar e do aprender são os pontos norteadores da concepção didático-pedagógica da UCB, que se assenta no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Os fundamentos das Metodologias de Aprendizagem Ativa são elementos importantes da filosofia educacional da UCB e figuram há muito tempo em seus documentos institucionais. Tais fundamentos consideram o estudante protagonista no processo de aprendizagem, no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco simultâneo no “conteúdo do sujeito” e no “conteúdo da matéria”. Propõe-se, assim, uma prática educativa calcada na cooperação, interatividade, olhar crítico, reflexivo e criativo, comprometido com a pesquisa orientada para o desenvolvimento sustentável.

4.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A extensão é definida como um processo educativo interdisciplinar de caráter científico, cultural e social cujo objetivo é promover a interação entre a Universidade e a sociedade com a participação da comunidade acadêmica. Tem como foco aumentar o protagonismo estudantil e a dimensão acadêmica que impacte na formação do estudante.

As atividades extensionistas na UCB possuem diferentes modalidades:

- a) Projetos: conjunto de ações de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, com objetivo bem definido e prazo determinado. O prazo é definido de acordo com o tempo necessário para alcançar os objetivos da proposta. Tem característica multidisciplinar, ajustados às linhas de pesquisa institucionais. O Programa Ser+ reúne os projetos institucionais e coordena as ações junto às comunidades, organizações e entidades parceiras;

- b) Prestação de serviços: está relacionada à realização das práticas obrigatórias dos cursos ou programas. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico e científico, sendo encarada como um trabalho social. Configura-se como tarefa profissional fundamentada em habilidades e competências inerentes a cada profissão, tais como: atendimento jurídico, à saúde humana, ao público nas áreas de Educação, ciências e tecnologia ou ainda para exames e laudos técnicos, além de prestação de serviços eventuais como assessorias, consultorias e curadoria;
- c) Eventos: ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária de 4 a 180 horas. São organizadas na forma de apresentação pública, livre ou para clientela específica, objetivando a difusão de conhecimento. Tais atividades podem ocorrer com a participação dos cursos. Podem ser: palestras, cursos, workshops, seminários, congressos, exposições, espetáculos, festivais, dentre outros;
- d) Ligas acadêmicas: associações civis e científicas livres, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, que visam complementar a formação acadêmica em uma área específica, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nelas, são desenvolvidas atividades extraclasse com ações voltadas para a promoção da saúde, da Educação e da pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico e o aprimoramento do futuro profissional;
- e) Componentes curriculares extensionistas: componentes curriculares desenvolvidos no âmbito do curso, envolvendo a prática e a vivência comunitária discente.

As atividades extensionistas estão sustentadas nas seguintes linhas de atuação:

- Sustentabilidade ambiental: consiste em ações que objetivam a manutenção das funções e dos componentes dos ecossistemas para assegurar que continuem factíveis, capazes de se autorreproduzir e adaptarem-se às alterações, mantendo assim a variedade biológica;
- Sustentabilidade econômica: ações que pretendem realizar práticas econômicas, financeiras e administrativas que visam ao desenvolvimento

- econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações;
- Justiça social e direitos humanos: ações que visam à manutenção do direito à vida, privacidade, igualdade, liberdade, além de outros conhecidos como direitos fundamentais, que podem ser divididos entre direitos individuais, coletivos, difusos e de grupos. Seu foco está na construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva;
 - Humanização da saúde: ações integradas que visavam mudar substancialmente o padrão de assistência à saúde, com o objetivo de provocar mudanças progressivas, sólidas e permanentes na cultura de atendimento à saúde, em benefício tanto dos usuários-clientes quanto dos profissionais;
 - Educação e tecnologia: ações que visam causar mudanças no processo de ensino e aprendizagem, buscando novas soluções para tornar o aprendizado mais significativo, prático, fácil, interativo e até mesmo divertido para as pessoas.

4.4 POLÍTICAS DE PESQUISA E/OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A Universidade considera a iniciação científica como fundamento da formação do estudante desde o início da Graduação. Essa preocupação se concretiza na oferta de componentes curriculares que o estudante tem contato com as principais questões referentes à fundamentação conceitual da ciência e da prática de pesquisa científica. Contribui ainda para a elaboração de trabalhos acadêmicos, utilizando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), salientando a relevância da pesquisa científica para a formação acadêmica e profissional.

É importante ressaltar que estreitar o contato do estudante da Graduação com a pesquisa passa pelo hábito da leitura, por meio da qual aprofunda os conhecimentos adquiridos, familiarizando-se com o vocabulário técnico das obras especializadas. O contato com os textos científicos contribui ainda para o desenvolvimento das competências comunicativas e para o princípio do compartilhamento de conhecimentos. Para tanto, a UCB realiza diferentes ações para orientar os

estudantes sobre a pesquisa acadêmica, promovendo diferentes atividades na Trilha de Pesquisa do PPV.

Para além das atividades de iniciação à pesquisa integradas às atividades de ensino, realizadas a partir de pesquisas exploratórias, trabalhos de conclusão de curso, pesquisas de campo e bibliográficas, a UCB também apoia o surgimento de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, por meio de programas de iniciação científica. O fomento à pesquisa se dá por meio de editais internos; editais externos e apoio à participação de pesquisadores em eventos científicos na Graduação e Pós-Graduação.

Dentre os objetivos institucionais para a oferta dessas atividades está o de contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, incentivando a participação discente ativa em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada e continuada.

Na Graduação, a inserção dos estudantes em atividades de pesquisa e inovação se faz por meio de atividades voluntárias e, também, de bolsas de Iniciação Científica (IC), bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (ITI) e por meio da vinculação dos projetos de conclusão de curso aos projetos de pesquisa institucionais.

O Programa de Iniciação Científica concede bolsas em três modalidades:

- Programa Interno (PIC/UCB): utiliza recursos financeiros próprios e engloba estudantes voluntários. Nesse caso, as bolsas são distribuídas em forma de cotas e seguem critérios estabelecidos em editais específicos;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq/UCB): com fomento do Governo Federal, as bolsas institucionais do PIBIC são distribuídas anualmente sob a forma de cotas, a partir dos critérios estabelecidos em editais anuais, que consideram os méritos técnicos e científicos da proposta;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq/UCB): voltado à formação e ao engajamento de estudantes de Graduação em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

A UCB tem em seu corpo docente pesquisadores aptos a atender a editais externos de financiamento à Ciência e Tecnologia, com reconhecimento local, regional, nacional e internacional. A instituição viabiliza as pesquisas por meio de sua infraestrutura laboratorial, alocação de horas para as atividades, bem como recursos

para custeio e investimento. O apoio é oferecido tanto para projetos aprovados por agências de fomento (CNPq, FINEP, CAPES, Fundações de Amparo à Pesquisa, organismos internacionais e outros) como para atividades inovadoras ou projetos desenvolvidos em conjunto com empresas privadas. Possui também um programa próprio de apoio à participação de seus pesquisadores em eventos científicos que contribuam para a divulgação dos resultados de projetos de pesquisa.

A UCB participa da organização e da realização dos Congressos de Iniciação Científica do Distrito Federal disponibilizando logística, infraestrutura e o apoio técnico de seu núcleo de eventos, em um esforço conjunto com as outras instituições do DF que possuem Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Durante estes eventos, pesquisadores de instituições externas ao DF avaliam os trabalhos dos estudantes como parte do processo de avaliação do Programa PIBIC. Desde 2009, os melhores trabalhos de cada sessão são premiados com a concessão de certificados aos estudantes e seus orientadores. Além dos Congressos anuais de IC do DF, cuja participação é obrigatória, os trabalhos desenvolvidos por estudantes da UCB são encaminhados e aceitos para apresentação em congressos locais, nacionais e internacionais.

A UCB conta com diversos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que oferecem oportunidades de pesquisa para os estudantes.

4.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA FORMAÇÃO INTEGRAL

A temática Responsabilidade Social (RS) na Universidade Católica de Brasília encontra-se fundamentada e descrita no PDI como um de seus princípios norteadores. Ciente de seu papel na formação integral de cidadãos competentes para atuação como agentes de transformação social, na defesa do meio ambiente e com o empreendedorismo social.

A missão da UCB deve se refletir em todos os eixos que perpassam o trabalho da Universidade, devendo, portanto, estar evidenciada também nas atividades de extensão. E para que a extensão cumpra seu papel, necessita desenvolver ações com o objetivo de atender a sociedade nos aspectos culturais, científicos, tecnológicos e na prestação de serviços, como resultado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Concebida como instrumento articulador do ensino e da pesquisa entre

si, e da Universidade com a comunidade em que atua, a extensão cumpre papel relevante como instrumento de emancipação.

A Universidade atribui à extensão um escopo amplo e diversificado, que se desdobra em ações voltadas às comunidades interna e externa da Instituição e à comunidade relacionada aos campi da Universidade.

Além disso, a extensão precisa estar alinhada aos objetivos de responsabilidade social da Universidade, neste sentido, a UCB oferece serviços que têm como objetivo servir à comunidade. São clínicas (de odontologia, fisioterapia, nutrição, veterinária, farmácia, psicologia, entre outras). Estrutura para prática esportiva, atendimento jurídico e outros que estreitam os laços da população interna da universidade e externa a ela, e propiciam uma formação não só técnica, mas também embasada em valores humanos.

Assim, visa-se à promoção de um desenvolvimento sustentável para a região e à produção e à disseminação de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse contexto, a articulação entre o Curso de Graduação e a Política de RS fundamenta-se nos propósitos da UCB, previstos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no PDI, trazendo para as ações pedagógicas a perspectiva tríade referente à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a inter-relação entre teoria e prática. Ainda, garante-se atenção especial aos princípios e diretrizes para o ensino, destacando o compromisso com a missão, os valores, os princípios e os objetivos da UCB, a formação integral, a autonomia intelectual, a flexibilidade, a inter, multi e transdisciplinaridade, a pluralidade, a atualização e a excelência acadêmica.

A Política de Responsabilidade Social, que está presente desde a concepção inicial do Curso, integra, conseqüentemente, os percursos formativos dos estudantes, mobilizando a comunidade acadêmica e geral ao permitir que os sujeitos envolvidos possam construir conhecimentos, procedimentos, comportamentos e atitudes, materializando as questões epistemológicas que permeiam o propósito Institucional e que conferem valor às três dimensões do desenvolvimento sustentável - econômico, social e ambiental. Dessa maneira, componentes e atividades do currículo buscam contribuir com a formação dos estudantes, sendo previstas habilidades e competências voltadas à temática da RS. Dito isso, entende-se a RS como dimensão transversal, encontrada de diferentes maneiras, em diferentes tempos e espaços do Curso, perspectivada pelas atividades de ensino, pesquisa e

extensão. Ainda, à RS se atribui valor formativo, pois ela permite criar oportunidades de estudo, de ensino e de aprendizagem, promovendo diálogos com as necessidades sociais das comunidades do entorno da Universidade Católica de Brasília, levando os estudantes à proposição de alternativas para as demandas das sociedades contemporâneas, tornando-os agentes de mudanças, de transformação e de consciência cidadã.

Por fim, a concretização da Política de RS apresenta-se e organiza-se de formas múltiplas, desde a integração de objetos de conhecimento específicos nos componentes curriculares da matriz do Curso, que estabelecem relações com este campo, até a execução de trabalhos, ações, atividades e programas que efetivam conexões dialógicas entre estudantes, professores e comunidades. Em relação a este conjunto, as parcerias públicas e privadas de interesse e de impacto coletivo, colaboram com a inclusão, a justiça social, o desenvolvimento econômico e sustentável, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura local e a inovação social.

5 COERÊNCIA ENTRE O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

5.1 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília, Bacharelado, teve sua estrutura e seu currículo pleno elaborado de acordo com as orientações e definições emanadas pelo Ministério da Educação, nomeadamente as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES 776, de 03/12/97, CNE/CES 583, de 04/4/2001, CNE/CES 67, de 11/03/2003, Parecer CNE/CES 289, de 6/11/2003, alterado pelo Parecer CNE/CES 269, de 16/09/2004, bem como o Parecer CNE/CES 184, de 07/07/2006, todos homologados pelo Ministro da Educação, e a Resolução nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado.

Nesse escopo normativo, o objetivo geral do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília é oferecer ao estudante uma sólida formação básica, visando à preparação do futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho, e das condições do exercício profissional da Contabilidade, possibilitando o desenvolvimento de sua criatividade, análise crítica, bem como o domínio das formas de produção e disseminação do conhecimento, pautado pelas dimensões éticas e humanísticas de forma a permitir o desenvolvimento de atitudes e valores orientados para a cidadania.

Além disso, o Curso tem por objetivo específico a formação de bacharéis em Ciências Contábeis, com as competências e as habilidades indispensáveis ao exercício profissional pleno, assegurado pela legislação e exigidos pelo mercado de trabalho, em todos os setores do campo de atuação do contador, com elevado senso ético e cioso de suas responsabilidades sociais, preservando a formação humanista e cristã.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A Universidade Católica de Brasília objetiva formar um profissional capaz de organizar e dirigir o conjunto de atividades relativo à Contabilidade de quaisquer tipos de entidades, ou seja, privadas, governamentais ou não governamentais. Para tanto, o perfil profissional almejado contempla conhecimentos, interdisciplinares, multidisciplinares, transdisciplinares, e vivência das rotinas do mercado local, regional, nacional e internacional.

O egresso deve ser capaz de planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as funções contábeis, orientando suas ações segundo as exigências legais e éticas. Deve estar familiarizado com as modernas práticas contábeis relacionadas com o mercado de trabalho, atuando na função de gerenciador de sistemas de suporte ao processo de tomada de decisão dos usuários, sejam internos ou externos à organização. Para tanto, será necessário possuir o domínio da tecnologia de informação aplicada à área contábil.

Deverá ser capaz de fornecer informações de natureza econômica, financeira, patrimonial, física e de produtividade, e participar do processo de gestão das entidades, públicas ou privadas, avaliando e comparando os resultados reais com os planejados, de forma a possibilitar a correção de erros, distorções ou desvios, por meio do estudo, registro, análise e controle do patrimônio e suas variações, e do acompanhamento das execuções operacionais.

Para atender a esses requisitos básicos, o Curso de Ciências Contábeis apresenta uma estrutura curricular que objetiva garantir um atualizado e eficiente embasamento teórico, científico e prático, aliado à utilização de tecnologias avançadas e ao desenvolvimento de metodologias inovadoras para dotar o profissional de uma visão sistêmica empresarial e de conhecimento sobre os principais enfoques necessários para uma atuação eficiente e eficaz das organizações.

O egresso poderá atuar como profissional liberal nas áreas de consultoria gerencial e tributária, execução contábil, auditoria e planejamento financeiro, perícia contábil, para organizações privadas ou públicas. Poderá exercer cargos afetos a área de contabilidade em organizações públicas, tais como, contador público, fiscal de rendas estadual ou federal, auditor fiscal federal. Também, poderá lecionar em instituições que requeiram o domínio e experiência na área.

Verifica-se, pois, que a Contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades de atuação profissional para o egresso. O estudante de Contabilidade, ao se formar, terá inúmeras alternativas, entre as quais podemos citar, resumidamente, as seguintes:

a) Na empresa:

- Planejador Tributário: orientador dos processos tributários/ICMS/IR e outros, bem como o especialista nas fusões, incorporações e cisões.
- Analista: de crédito, desempenho, mercado de capitais, investimentos, custos.

- Contador Geral: poderá especializar-se em Contabilidade Rural, de Hospitais, Fiscal, Imobiliária, Hoteleira, Industrial, Securitária, de Condomínio, Comercia, de Empresas Transportadoras, Bancária, Pública, de Entidades sem Fins Lucrativos, de Empresas de Turismo, de Empresas Mineradoras, de Cooperativas.
- Cargos Administrativos: área financeira, comércio exterior, CIO (Chief Information Officer), executivo, logística.
- Auditoria de Sistema, Auditoria de Gestão, Controle Interno.
- Contador de Custo: custos de empresas prestadoras de serviços, custos industriais, análise de custos, orçamentos, custos do serviço público.
- Contador Gerencial: Controladoria, Contabilidade Internacional, Contabilidade Ambiental, Contabilidade Estratégica, Controladoria Estratégica, Balanço Social, Accountability.
- Atuário: Contador que se especializa em Previdência Privada, Pública e de Seguros.
- b) Independente (autônomo):
 - Auditor Independente: Especialização em Sistemas, Tributos e Custos.
 - Consultor: Expert em avaliação de empresas, tributos, comércio exterior, informática, sistemas de custos, controladoria, qualidade total, planejamento estratégico, orçamento.
 - Escritório de contabilidade, serviços fiscais, departamento pessoal, centro de treinamento.
 - Perito Contábil: perícia contábil, judicial, fiscal e extrajudicial.
 - Investigador de Fraude: detectar fraudes em empresas privadas.
- c) No ensino:
 - Professor: cursos técnicos, cursos especiais *in company*, concursos públicos, carreira acadêmica (mestre e doutor).
 - Pesquisador: pesquisa autônoma (recursos FAPESP, CNPq, empresas), Fundações de Pesquisa (FAPESP, FIA, FIPE), pesquisa para sindicatos, instituições de ensino, órgãos de classe.
 - Escritor: há revistas, boletins que remuneram os escassos escritores contábeis, livros didáticos e técnicos, articulista contábil, financeiro, tributário para jornais, revisão de livros;
 - Parecerista: docente e pesquisador com currículo notável. Parecer sobre laudo pericial, causa judicial envolvendo empresas, avaliação de empresas, questões contábeis de diversas ordens.
 - Conferencista: palestra em instituições de ensino superior ou não, empresas, convenções, seminários e congressos.
- d) Órgão Público:
 - Contador Público: gerenciar as finanças dos órgãos públicos.
 - Agente Fiscal de Rendas: Agente Fiscal de Municípios, Estado e União.
 - Diversos Concursos de Contabilidade: Controlador de Arrecadação, Contador do Ministério Público da União, Fiscal do Ministério do Trabalho, INSS, Banco Central, Analista de Finanças e Controle (carreira de orçamento), Perito da Polícia Federal.
 - Tribunais de Contas (Federal e Estaduais): Controladoria, Fiscalização, Parecerista, Analista Contábil, Auditoria Pública, Contabilidade Orçamentária;

- Oficial Contador: Policial Militar, Oficial das Forças Armadas (Contador e Auditor com patente de Oficial).

Deve possuir qualidades necessárias para saber lidar com pessoas, ter poder de síntese, habilidade gerencial, senso de observação, visão filosófica e estratégica da organização, superando os desafios e adquirindo competências para o exercício profissional, aplicando os conhecimentos específicos.

O egresso deverá ser prático, conciso, dinâmico, inovador, criativo, informante, crítico, aberto para a aprendizagem contínua, inter e multidisciplinar, agindo em consonância com os processos de transformações pelos quais passam as organizações sociais modernas.

Finalmente, atualizar-se continuamente de forma a acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas, de forma a poder prever, planejar, executar, controlar e oferecer a resposta adequada a cada nova situação.

O Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília, por ter o seu eixo epistemológico definido como generalista, evidentemente, não prepara o estudante para atuar em cada uma das possibilidades elencadas em linhas volvidas. Aliás, nenhum curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do país tem condições para isso. Porém, o curso é conduzido de maneira conscientizar o aluno sobre a necessidade de aprender autonomamente, para que possa adaptar-se às necessidades que se apresentarem em sua vida. A percepção do conhecimento que perpassa o eixo epistemológico do curso é a de que a autonomia do estudante advém de sua habilidade de pesquisa. A preparação do estudante para a pesquisa é um forte componente metodológico presente no curso, desde o primeiro semestre.

6.1 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SEGUNDO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

O percurso formativo do estudante do curso de Ciências Contábeis da UCB foi construído para proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à atuação do futuro profissional, e leva em consideração premissas institucionais e regulamentares.

A preocupação da Educação deve se voltar para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes e que saibam lidar com a enorme gama de conhecimento disponível, interagindo com ele por meio das possibilidades advindas do constante avanço tecnológico, sem se descuidar de valores imprescindíveis como criatividade, coerência, comprometimento, empatia e transparência, os quais devem

fazer parte do comportamento de todos aqueles que compõem a comunidade acadêmica da UCB.

Dessa forma, todo o processo de aprendizagem se dá por meio do relacionamento dos diversos atores sociais que se manifesta nas bases de uma Educação voltada para: o desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais, de comunicação, interação, colaboração e boa relação interpessoal; a solução de problemas; a aprendizagem significativa; o autodesenvolvimento e a autonomia; a agilidade mental e a reflexão, os quais perpassam as competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso.

Os cursos de graduação da UCB têm como perspectiva:

- a) Desenvolver a integralidade, espiritualidade, respeito, empatia, cooperação, ética, solidariedade, sociabilidade, predileção pelos vulneráveis, culturas do diálogo com o diferente e para a paz;
- b) Promover o autoconhecimento, autonomia, autocuidado, autoconfiança, autocrítica, protagonismo, senso de equidade, determinação, responsabilidade, resiliência e adaptabilidade;
- c) Estimular o pensamento crítico-reflexivo, cidadania, criatividade, inovação e curiosidade intelectual;
- d) Identificar problemas, formular hipóteses e propor/criar soluções;
- e) Desenvolver competência leitora na enunciação e recepção de discursos;
- f) Oferecer novas experiências estéticas, culturais e intelectuais, possibilitando a superação da discriminação, aceitação da diversidade e do pluralismo cultural, bem como novos pensamentos e conhecimentos para o exercício da tolerância e da inclusão;
- g) Assumir compromisso e responsabilidade socioambiental;
- h) Dominar e utilizar tecnologias de informação e comunicação, por meio da consolidação da cultura digital no ambiente acadêmico;
- i) Instrumentalizar para a tomada de decisão pautada em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários das especificidades de cada curso.

Dentro desse contexto, as competências, habilidades e atitudes que deverão caracterizar os egressos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília são as relacionadas a seguir:

- Dominar e utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis, considerando os múltiplos significados das informações.
- Demonstrar visão sistêmica, possuindo uma visão global do conhecimento, numa abordagem interdisciplinar da atividade contábil.
- Elaborar pareceres e relatórios, à luz da ciência e da boa técnica contábil, que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais.
- Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis.
- Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido e adequado nível de precisão.
- Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania.
- Planejar, desenvolver, analisar, implementar, operar e gerenciar sistemas de informações contábeis, sejam de informações societárias ou gerenciais, revelando capacidade crítica analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação.
- Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.
- Planejar o sistema de registro e de operações de todos os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle patrimonial e financeiro da empresa.
- Realizar auditorias internas ou externas, perícias e verificações judiciais ou extrajudiciais, podendo atuar como assistente técnico.
- Realizar consultorias nas diversas subáreas que compõem as Ciências Contábeis.
- Realizar planejamento tributário.
- Estudar, analisar e interpretar as demonstrações contábeis de qualquer entidade, de maneira a poder elaborar pareceres e informações sobre a situação econômica, financeira e patrimonial, visando atender os diversos usuários interessados.

- Aplicar os métodos quantitativos ou estatísticos na contabilidade.
- Assumir atitude científica, tornando-se pesquisador, de maneira a compreender conteúdos e construir conhecimento de maneira autônoma.
- Atuar na área administrativa, social, operacional, financeira, econômica, jurídica, tributária e política.
- Ser capaz de ler e compreender textos, relatórios e documentos contábeis.
- Ser capaz de interpretar e de aplicar o conhecimento contábil integrado a uma visão holística e interdisciplinar, buscando cooperar no atendimento às aspirações sociais.
- Ser capaz de raciocinar de forma lógica e crítico-analítica na solução de conflitos de interesses, e oferecer soluções aos problemas demandados pelas esferas públicas e/ou privadas.
- Ser capaz de elaborar relatórios que contenham informações úteis a quaisquer usuários, sejam internos ou externos à entidade, de forma a contribuir para que possam tomar decisões racionais.
- Ser capaz de julgar e de tomar decisões, tendo sempre por princípio basilar a moral e a ética.
- Planejar todo o trabalho de forma participativa.
- Manter uma atitude de constante busca, investigação e reflexão contínua, aperfeiçoando-se continuamente por meio da aquisição de novos conhecimentos.
- Interagir de forma crítica com a realidade das entidades, demonstrando consciência de sua função social como um dos elementos desencadeadores de transformação.
- Refletir sobre suas ações, estabelecendo vínculos entre a prática e a teoria, num processo de consciência que se efetiva na medida em que seu trabalho vai se desenvolvendo.
- Respeitar os diferentes saberes que são articulados no dia a dia das pessoas.
- Contribuir para a formação do pensamento crítico e da responsabilidade pessoal e social.
- Orientar grupos de trabalho para a realização de tarefas inerentes às atividades contábeis.
- Ser capaz de participar ativamente do processo de planejamento estratégico da empresa.
- Ser capaz de dominar a tecnologia da informação aplicada à Contabilidade.

- Melhorar constantemente seus conhecimentos, se mantendo atualizado em relação ao desenvolvimento de sua área atuação, bem como em relação ao desenvolvimento das áreas correlatas.
- Ser capaz de avaliar a empresa, monitorando o desempenho, avaliando os processos internos e trabalhando com os diversos níveis hierárquicos da administração, de forma a contribuir para que a empresa continue competitiva.
- Conferir minuciosamente registros contábeis, a fim de constatar a fidedignidade das demonstrações e, conseqüentemente, da situação econômico-financeira da empresa.
- Apresentar os resultados da situação patrimonial, econômica e financeira das entidades.
- Acompanhar as alterações de toda a legislação afeta a área de Contabilidade, tais como, normas brasileiras de Contabilidade, pronunciamentos técnicos de entidades de classe e similares.

6.2 MONITORAMENTO DO PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

No Curso de Ciências Contábeis da UCB tem mecanismos de revisão sistemática do perfil do formando, por meio do NDE, do Colegiado de Curso, da Avaliação Institucional e da percepção da coordenação.

O NDE, por sua atribuição inata, fará acompanhamento de todo curso para garantir que:

- a) Os objetivos do curso continuem alinhados ao perfil profissional do egresso e à estrutura curricular e que seus conteúdos estejam atualizados e na medida necessária de carga horária; que respondam às demandas do contexto educacional, às características locais e regionais e apontem para as práticas atuais no campo da Ciências Contábeis;
- b) As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, previstas no curso, promovam oportunidades de aprendizagem coerentes com o perfil que se quer formar;
- c) A acessibilidade metodológica esteja adequada e sempre respondendo às demandas discente.

O Colegiado de Curso, pelo PDI, define o perfil do egresso e poderá propor mudanças curriculares para garantir a sua consecução.

O Colegiado de Curso e o NDE, subsidiados pelo Relatório da CPA, farão reflexões e tomarão decisões de mudanças de rumo, se necessário for, para garantir o desenvolvimento das competências constituintes do perfil, visando que o profissional, egresso da UCB tenha um perfil, o mais atualizado possível, com o desenvolvimento científico da área e com a expectativa da sociedade.

O coordenador de curso também tem importante contribuição na revisão constante do perfil do egresso, na medida em que acompanhará o desenvolvimento do curso cotidianamente. Testemunhará se, o que foi idealizado para a construção do perfil está se concretizando, o que precisa de intervenção imediata, que se resolve com diálogo e orientação ao professor, ou mesmo, o que deve ser levado ao NDE e Colegiado de Curso para os devidos encaminhamentos e alinhamento. Ele deverá acompanhar o desempenho dos discentes, comparar resultados do desenvolvimento de habilidades de cada período, levantar hipótese e inventariar as situações para o corpo docente, discentes e colegiados. O perfil precisa ser revisitado sempre. Todas as atividades e práticas, como também, todos os atores desse processo formativo, devem cooperar para o desenvolvimento e revisão do perfil em formação.

7 ESTRUTURA CURRICULARES E COMPONENTES CURRICULARES

O currículo do curso de Ciências Contábeis leva em consideração a RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004 e foi concebido em uma abordagem curricular que privilegia o desenvolvimento de competências, estratégia inovadora adotada para implementação das disposições do PDI UCB 2023-2027. Para a consecução dos princípios e das perspectivas que orientam o modelo acadêmico-pedagógico adotado pela UCB, a estrutura curricular da matriz é organizada considerando os seguintes componentes:

- atividades de extensão universitária a partir da inserção em Projetos de Extensão e atividades de atendimento à comunidade;
- atividades complementares, visando propiciar ao estudante experiências diversificadas, inerentes e indispensáveis à formação do estudante enquanto cidadão e profissional;
- estágio curricular supervisionado obrigatório, quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- trabalho de conclusão de curso, quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- componentes curriculares optativas;
- componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística do Grupo UBEC, comuns a todos os cursos e Unidades de Missão, com o objetivo de promover a prática pedagógica interdisciplinar, com vistas à superação da estrutura fragmentada do conhecimento e à promoção de conectividade, integração, diálogo, reciprocidade, integralização de saberes para a significação das aprendizagens e, de modo especial, para o desenvolvimento do Projeto de Vida do estudante;
- componentes curriculares do Núcleo Comum das Áreas de Conhecimento dos cursos;
- componentes curriculares de formação específica de cada curso, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

7.1 PROGRAMA PRÓPÓSITO DE VIDA

A Universidade Católica de Brasília (UCB), como um espaço de acolhida, evangelização e Educação na fé, dedica atenção especial aos universitários, docentes e colaboradores, disponibilizando momentos para celebração da vida, reflexão pastoral, vivência dos valores do Reino, ação evangelizadora no meio acadêmico e comunidade externa. E como instrumento para viabilizar essa missão, concretizando os valores e os princípios institucionais, o setor de Coordenação de Pastoralidade dispõe de espaços para a comunidade educativa desenvolver e valorizar a dimensão mística e espiritual em nossas vidas.

A pastoralidade tem seu fundamento no cuidado e no serviço das pessoas, como espiritualidade que inspira, permeia e norteia todas as ações e decisões institucionais, sendo uma dimensão que abarca a totalidade da Instituição, o complexo das suas atividades e o conjunto das pessoas que a compõem. Neste sentido, toda a comunidade acadêmica é convidada a: fazer parte dessa ação que se realiza no cotidiano da vida universitária para construir espaços e momentos celebrativos, reflexivos, meditativos e orantes; ajudar no planejamento de ações pastorais; dar sugestões para aperfeiçoar as já existentes e a criação de novas atividades de vivência da espiritualidade; e promover o diálogo entre fé, cultura, ciência, sustentabilidade ambiental nos processos educativos em que está inserido e assim contribuir para a efetividade do Reino de Deus em nossas vidas.

Assim, a pastoralidade é o DNA que irrigará toda a vida universitária em todas as suas dimensões, sejam elas pedagógicas, administrativas, financeira, educacional, pastoral e as relações humanas. Tendo esse norte, a UCB apresenta a Coordenação de Pastoralidade como o setor responsável por animar, promover e provocar as ações pastorais no ensino, pesquisa e extensão, extrapolando os muros do Câmpus e irradiando energias de um novo Sol para toda a sociedade.

Programa Propósito de Vida:

Em todos os países, as Universidades constituem a sede primeira da investigação científica para o avanço dos conhecimentos e da sociedade, desempenhando um papel determinante no desenvolvimento econômico, social e cultural, sobretudo em um tempo, como o nosso, marcado por rápidas, constantes e visíveis mudanças no campo das ciências e das tecnologias. (PAPA FRANCISCO, 2018, p. 25)

O Programa Propósito de Vida (PPV) objetiva o protagonismo de cada estudante e de cada educador com vistas à formação acadêmica-profissional inspirado em valores fundantes distintos daqueles sustentados pela lógica mercantilista. Tais valores devem considerar as múltiplas maneiras a partir das quais e com as quais as relações do eu-com-o-outro e com-o-mundo se efetivam com vistas a possibilitar amplos e diversos significados da vida universitária. Esses significados devem ultrapassar os meros modelos fixos de compreensão já tão propalados e sustentados por uma concepção de Educação mecanicista, objetivista e instrumental.

No limiar das duas primeiras décadas do Século XXI já temos mostras do esgotamento desse modelo, pois ele não abre espaço para o protagonismo estudantil e muito menos promove uma formação humanizante e inspiradora que considere as múltiplas e infinitas maneiras de atuar ética e solidariamente visando um mundo mais justo e fraternal.

Nesse sentido, o PPV objetiva contribuir para a formação gradativa/processual do estudante promovendo, ao longo da sua jornada acadêmica, experiências significativas que ampliem seus horizontes de modo a aprimorar o ser ético, o ser histórico e o ser solidário. Todas estas três dimensões se sustentam no agir solidário porque são pautadas na busca de sentidos que revelem originalidade e autenticidade das suas ações. Assim, todo o processo educativo deve se direcionar para a busca da felicidade, pois essa contribuirá para a consolidação de novos sentidos da formação profissional sempre atrelada a princípios humanísticos. Trata-se assim de favorecer o florescimento de cada uma dessas dimensões.

Em se tratando da busca por uma formação humanística com vistas a ampliar os sentidos do que significa ser graduado pela Universidade Católica de Brasília, o PPV tem como finalidade favorecer o florescimento de cada uma dessas dimensões. A oferta das três componentes curriculares que compõem o Núcleo de Formação Geral e Humanística deve promover um complemento valoroso à formação técnica, científica e profissional.

7.1.1 O ser ético

Trata-se de considerar então o ser ético que se instaura no mundo e procura realizações significativas a partir de si mesmo. Será ele capaz de perceber que pode e deve agir solidariamente e para isso reconhecerá o outro como dimensão fundamental para a realização dos seus projetos existenciais.

A dimensão ética a ser fomentada não se constitui numa mera questão de discussão acadêmica ou de caráter formal. Busca-se acentuar a ética atrelada à própria condição humana, ou seja, refere-se ao ser de possibilidades porque revela o seu inacabamento, sua indeterminação e sua pluralidade. O estudante deve, portanto, construir e desconstruir seu próprio ser, pois sua condição primeira e fundamental é a de seguir fazendo-se pessoa a partir das experiências reveladoras de si mesmo.

Considerando que as exigências e os desafios para a formação profissional têm se tornado cada vez mais complexos, torna-se imperioso o agir ético de modo a proporcionar uma convivência respeitosa e feliz porque pautada em princípios humanísticos.

7.1.2 O ser histórico

A outra dimensão relevante que o PPV busca promover na formação do estudante é a sua condição de ser histórico. Tal condição deve ser fomentada nas experiências plurais a serem realizadas ao longo da sua vida acadêmica. Cabe salientar então que os fundamentos autenticamente históricos do ser se revelam a partir do momento em que este se faz como protagonista da história e da sua própria história. Dada a sua natureza inacabada, o estudante deve rearticular constantemente os sentidos do arcabouço teórico-conceitual da sua área com as vivências significativas a serem adquiridas ao longo de todo o processo formativo. Assim, perceberá a relevância de pautar suas ações em valores humanísticos, favorecendo a ampliação dos significados da sua própria história de vida.

A proposta das componentes curriculares do PPV é contribuir para que o estudante perceba os sentidos de pertencimento. Esses se efetivam não só porque o ser está num determinado tempo histórico, mas antes de tudo, porque ele se faz como ser histórico a partir daquilo que realiza no mundo com o outro. Assim, ele pertence à história porque dela é protagonista cada vez mais engajado, pois visa a construção permanente do seu ser.

Desse modo, a proposta do PPV procura promover no estudante a compreensão de que o ser não é temporal por estar na história, mas existe historicamente por ser temporal. Fundada na temporalidade, a historicidade do ser enquanto capacidade de construir uma história é um modo que ele tem de assumir o seu próprio futuro.

7.1.3 O ser solidário

Uma terceira dimensão promovida pela proposta do PPV é a da pastoralidade como valor agregador de toda e qualquer área de formação e atuação profissional. A condição concreta da existência humana exige que olhemos o outro como resposta ao apelo fundamental à solidariedade.

Num mundo em que a dinâmica social é marcadamente definida por interesses materiais e individualistas, onde as mudanças ocorrem de maneira acelerada e essas por sua vez resultam numa situação de constantes crises sociais, emocionais, culturais e identitárias, torna-se cada vez mais urgente a reelaboração de sentidos sobre a formação acadêmica e profissional.

Trata-se então de redefinir constantemente os papéis do educador e do educando, pois fazem-se necessárias ações que promovam a solidariedade e o olhar constante para o outro assim como o bom pastor olha para suas ovelhas. Constitui-se tarefa inadiável o compromisso por uma Educação superior que promova mudanças radicais de paradigma e a proposta do PPV se dispõe a ser contribuição significativa para isso.

Neste sentido, cabe destacar que os objetivos do PPV serão consolidados por meio de diferentes estratégias e abordagens acadêmicas. A primeira delas é caracterizada pela oferta das três componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística. São elas:

- a) Relação: Princípios e Valores;
- b) Profissão: Competências e Habilidades;
- c) Cooperação: Humanismo Solidário, Redes e Comunidades.

Além da oferta das componentes curriculares acima destacadas, com o intuito de abarcar as diversas áreas de formação que compõem os cursos de graduação, o PPV contempla também a realização de 6 (seis) trilhas de desenvolvimento

relacionadas à consecução das atividades complementares, componente curricular obrigatório nos cursos. São elas: (1) Liderança, (2) Pesquisa, (3) Esporte, (4) Cultura, (5) Espiritualidade e (6) Empreendedorismo. As trilhas apresentam, ainda, estreita relação com a atuação discente nos projetos de extensão, em especial os que atuam no atendimento às comunidades e instituições parceiras por meio do Programa Ser+.

O Programa Propósito de Vida objetiva, desta forma, uma resignificação dos sentidos da formação acadêmica em consonância com os princípios norteadores do Grupo UBEC. Sua finalidade maior se exprime na identificação dos interesses dos estudantes pela busca de projetos significativos e inspiradores que possam nortear sua vida pessoal, acadêmica e profissional e seus projetos futuros. Nesse sentido, o PPV espera contribuir para que, ao longo da formação acadêmica, se efetivem vivências pautadas em princípios éticos e solidários que marcam a identidade do Grupo UBEC. Trata-se, portanto, de manter e reforçar o espírito fundante e a razão de ser de uma Educação solidária, ética, evangelizadora e, por isso, promotora de espírito humanizador.

7.2 CONTEÚDOS PERTINENTES ÀS POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO BILÍNGUE E ECOLOGIA INTEGRAL

A Resolução CNE/MEC nº 1, de 17 de junho de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH).

As observações, recomendações e definições presentes nessas Resoluções, bem como no Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004 devem orientar as definições curriculares e as políticas institucionais no que tange à Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como as políticas para a Educação dos Direitos Humanos. Neste sentido, institui a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relacionados ao tratamento destas questões, tendo como meta promover a Educação de cidadãos atuantes e conscientes na sociedade brasileira, marcadamente multicultural e pluriétnica,

buscando relações étnico-sociais positivas para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

A Educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/MEC nº 1/2004 (art. 2º, §1), tem por objetivo “a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira”. Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo “o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (Resolução CNE/MEC nº01/2004, art. 2º §2º).

E é pela Educação para o atendimento aos Direitos Humanos que alcançaremos uma sociedade melhor e mais justa. A própria Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que “a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades.”. Reafirma ainda que tal Educação “poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos.”. Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na Educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.

Cabe ressaltar que os princípios que orientam a Resolução CNE/CP nº 02/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental) e a Resolução CNE/CP nº 01/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos) são princípios norteadores da Educação preconizada pela UCB, assumidos em sua missão. Dessa forma, as questões relacionadas à formação de uma consciência cidadã, marcada pelo respeito à diversidade, pela defesa dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, econômicos e culturais, na construção de uma sociedade justa e equânime, representam o projeto de formação desta Universidade, encontrando-se presentes em suas políticas institucionais.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, em componentes curriculares de formação humanística geral, como “Relação: princípios e valores”, “Profissão: competências e habilidades”, “Cooperação: Humanismo solidário, redes e comunidades”.

O Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação) e a Resolução CNE/CP nº02, de 15 de junho de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), compõe o marco legal específico que orienta a atuação da UCB em relação à Educação Ambiental.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº02/2012, art. 3º), a Educação Ambiental “visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º).

Da mesma forma que a Universidade aborda as questões da Educação das Relações Étnico-Raciais, do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação em Direitos Humanos, as questões e conteúdos relacionados à Educação Ambiental também são tratados de forma transversal e nos componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística, citados anteriormente. Por fim, cabe destacar que a Educação Ambiental, em especial seu aspecto de sustentabilidade, é contemplada na missão da UCB, orientando a gestão da Universidade e sua atuação por meio dos programas e projetos de pesquisa e extensão, considerando de forma especial a perspectiva da ecologia integral, preconizada pelo Papa Francisco na carta encíclica Laudato Si’. Neste sentido, defende-se o estudo e a promoção das relações entre os organismos vivos e o meio ambiente, em defesa das condições de vida e de sobrevivência, questionando os modelos de desenvolvimento, consumo e produção em favor da vida e do planeta.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, em componentes curriculares de formação humanística geral, quanto em componentes curriculares específicas, além de orientar a atuação discente em suas práticas extensionistas e na realização das Trilhas formativas do PPV. Ademais, esses conteúdos são também contemplados de maneira transversal por meio da oferta de palestras, mesas-redondas, encontros e eventos culturais ao longo dos semestres.

7.3 FLEXIBILIDADE CURRICULAR

Flexibilidade curricular dos cursos de graduação se constitui a adoção de estratégias acadêmicas e de atividades didáticas, que despertem no estudante a necessidade de interação com outras áreas do saber e, de modo especial, com o mundo do trabalho e da cultura, desde o início do curso. Assim, se faz necessário que se articule, no processo de formação do aluno, maior comunicação e permeabilidade entre diferentes cursos, buscando eixos comuns e disciplinas que permitam a formação ampla dos universitários, com mobilidade entre cursos. A integração entre cursos por meio de eixos temáticos comuns é uma prática que estimula a mobilidade do aluno na Educação superior e favorece sua formação interdisciplinar.

Nesse sentido, a UCB busca ampliar a flexibilidade curricular como prática pedagógica que favorece o desenvolvimento da autonomia do aluno e a sua formação interdisciplinar e integral. Essa flexibilização implica rever as disciplinas, buscando aspectos integradores e organizações curriculares que favoreçam a interdisciplinaridade.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024 estabelece que as Instituições de Ensino superior deverão buscar a flexibilização de seus currículos, ofertando, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária do curso em programas de extensão.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a Educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Assim, na UCB a Flexibilização curricular é identificada:

- na busca de articulação entre teoria e prática desde os momentos mais precoces do curso;
- nas Atividades Complementares, que integram obrigatoriamente o currículo desse curso. Com base no princípio de que o aluno é o agente da aprendizagem, ele é estimulado a aprender a aprender e a ter

responsabilidade e compromisso com sua Educação, sendo estas atividades um dos mecanismos que proporcionarão a participação do aluno na construção do saber com experiências inovadoras. A proposta também permite ao discente a participação na formação do seu currículo, atendendo à necessidade de diversificação do conhecimento;

- na implantação de disciplinas optativas no Curso que são decorrentes das escolhas do sujeito que constrói o próprio conhecimento e percurso formador;
- nas metodologias ativas e problematizadoras, que possibilita ao aluno vivenciar a práxis educativa, construindo e fundamentando as decisões para a solução de problemas, o que favorece a interdisciplinaridade e a percepção da realidade;
- na extensão, cumprindo o que preconiza a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que foi alterada pelo CNE, pelo Parecer CNE/CES Nº 498/2020;
- na pesquisa, que trazem diferencial à formação, e, se concretiza quando se transforma em trajetórias autônomas e particulares, nos currículos de cada discente, enriquecidos de conhecimentos diversificados.

Na “sociedade do conhecimento”, uma das habilidades exigidas é a de trabalhar em grupo, pensar coletivamente, com pessoas com pontos de vistas e conhecimentos diferenciados. Acreditamos que favorecer a convivência entre estudantes de diferentes áreas do saber por meio de Componentes curriculares que tenham um eixo comum é uma forma de desenvolver essa habilidade. Ampliar o desenvolvimento de atividades relacionadas a empreendedorismo, incluindo no currículo projetos e/ou Componentes curriculares que estimulem o empreendedorismo é também uma exigência que se faz na inserção social dos cidadãos.

Nessa perspectiva, também se busca ampliar a integração entre a graduação e a pós-graduação. Esta deverá ocorrer não apenas por intermédio de docentes que lecionem em ambos os níveis de ensino, mas também pela participação de estudantes em grupos de pesquisa da pós-graduação e até na possibilidade de o aluno frequentar aulas de determinadas disciplinas da pós-graduação, conforme cada curso reger.

7.4 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade não está ligada apenas à organização dos conteúdos em si, mas também à ação do professor e do processo de ensino que ele utiliza para que o aluno aprenda, bem como à organização que a instituição propõe para que o aluno se movimente entre as várias áreas de conhecimento e disciplinas acadêmicas.

Tanto a interdisciplinaridade, quanto a transdisciplinaridade ocorrem no sujeito, no professor e no aluno e surgirão a partir das possibilidades concebidas no âmbito dos processos de ensino e de aprendizagem. Quanto ao professor, que domina a disciplina, que entende profundamente as hierarquias conceituais nela presentes e que adota processos de ensino planejados e intencionais, cabe atravessar fronteiras das áreas do conhecimento e encarar a complexidade da realidade do pensamento pontual. Aos estudantes cabe o desafio de romperem, invadirem e mesclarem essas fronteiras na busca de solução às questões postas pelos problemas do cotidiano e das áreas de saberes diversos.

Objetiva-se, assim, que os projetos pedagógicos dos cursos da UCB garantam a possibilidade de o aluno movimentar-se entre as várias áreas dos saberes, buscando as interlocuções e as complementações de sua formação. Assim, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) têm a liberdade para inovarem e usarem a criatividade na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

Alguns procedimentos são importantes para que se possa ser bem-sucedido no desenvolvimento de uma organização curricular inovadora e do protagonismo estudantil. Uma das orientações para isso é a ênfase que as próprias DCNs colocam na redução do tempo que o aluno passa dentro de uma sala de aula.

Consequentemente, as atividades complementares são consideradas de fundamental importância no desenvolvimento do currículo e exigem, da parte do aluno e da IES, sistematização e organização para seu cumprimento.

As atividades de síntese e integração de conhecimentos são também oportunidades tanto para o desenvolvimento do protagonismo estudantil como para o estímulo à interdisciplinaridade.

Essa mobilidade e flexibilidade na construção do currículo do aluno possibilita uma formação profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes, sem renunciar à fundamentação técnica e teórica de sua área de formação.

Oferecer sentido ao trabalho acadêmico é o grande desafio da Educação. A visão interdisciplinar dos problemas ligados ao fazer profissional não apenas oferece sentido como multiplica as possibilidades de solução de problemas. Ao oferecer a perspectiva de busca de solução de problemas - não de respostas a perguntas - muda inteiramente a perspectiva do ensino profissional, tornando-o útil, real e efetivo.

Para se atingir os objetivos de sua atuação na área de ensino, pesquisa e extensão, a UCB declara, em acordo com os aspectos gerais da maioria das Diretrizes Curriculares Nacionais que objetiva formar profissionais com:

- Formação generalista, humanista e reflexiva;
- Visão do seu contexto socioeconômico e cultural;
- Preocupação ambiental;
- Visão crítica, criativa e empreendedora;
- Competências e habilidades, explicitadas no PPC, requeridas para o exercício profissional;
- Atitudes com ênfase nos princípios e valores.

As DCNs apresentam uma clara e explícita articulação entre os elementos de competências, habilidades e atitudes, as estratégias de ensino e aprendizagem e os esquemas de avaliação. Diante do exposto a UCB entende que o modo como o professor desenvolve o processo de ensino e aprendizagem permitirá o desenvolvimento do aluno. Professor, conteúdo e aluno desempenham papéis fundamentais e complementares.

Diante do exposto, é possível definir que a coerência entre as atividades de ensino dos níveis da graduação e pós-graduação acontece quanto as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da IES estão articuladas com a proposta pedagógica e aplicadas nesses dois níveis, mantendo um correto alinhamento entre políticas, objetivos e metas.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a Educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

7.5 ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

No Curso da Universidade Católica de Brasília, a articulação teoria-prática baseia-se na tese segundo a qual o conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Trata-se de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

As metodologias ativas contribuem com esta articulação, ao estimular no curso a aplicação de metodologias dinâmicas do processo ensino-aprendizagem como instrumentos de desenvolvimento do discente, disseminando também a cultura da pesquisa, da discussão, do debate, do levantamento de situações-problema para análise crítica.

7.6 CONTEÚDOS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Os conteúdos curriculares, previstos no PPC, possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de Educação ambiental, de Educação em direitos humanos e de Educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

Para alcançar o perfil profissional delineado e atender às políticas de ensino, os conteúdos serão selecionados para favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes. Os conteúdos serão tratados metodologicamente para que o aluno se aproprie ativamente dos conceitos e desenvolvam as competências necessárias para atuar como médicos. A seleção dos conteúdos passa pelo direcionamento das DCNs e das entidades profissionais e pesquisadores das várias áreas de conhecimento.

As estratégias de ensino foram escolhidas a partir do tipo de conteúdo, para garantir a consecução do perfil de egresso desejado. Nesse sentido, as Diretrizes

Curriculares Nacionais de todos os cursos têm apontado para um currículo que possibilita uma formação de perfil profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes. Conseqüentemente a UCB orienta os professores para que desenvolvam um trabalho de articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas de forma a favorecer ao aluno o desenvolvimento de competências para:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão, com fundamentação ética e responsável;
- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e/ou gerenciamento;
- Desenvolver raciocínio crítico e analítico para operar com valores nas relações formais e causais entre fenômenos característicos de sua área de atuação, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos e sistemas, revelando-se profissional versátil;
- Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;
- Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;

- Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;
- Atuar em equipe multiprofissional;
- Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional;
- Manter-se atualizado com a evolução do conhecimento e das práticas profissionais em seu campo de atuação, através do envolvimento com a formação continuada;
- Dentro de sua área profissional de formação, ampliar a preocupação com o desenvolvimento de ações sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.

7.7 MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

O princípio estabelecido no PPI da UCB de que “[...] para alcançar o perfil profissional delineado e atender às políticas de ensino, devem ser selecionados conteúdos que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades nos estudantes [...]”, será respeitado no âmbito do Curso de Ciências Contábeis, mas, com suas especificidades. Cada semestre corresponde a 1 (um) conjunto de 20 (vinte) semanas, constituído de 5 e 2 componentes curriculares, sendo os 6 primeiros semestres com 5 componentes curriculares e os últimos 2 semestres com 2 componentes curriculares.

Cada Componente curricular (CC) corresponde a um conjunto de conteúdos integrados reunindo conhecimentos básicos e clínicos. A componente curricular integra várias áreas do conhecimento, articulando-as, indo muito além da justaposição de conteúdo.

O currículo do Curso Ciências Contábeis da UCB propicia formação dos estudantes para atuarem com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana.

Cabe enfatizar que o desenho desta proposta inovadora intra e interdisciplinar e transversal propicia uma conjugação de saberes, o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica, primando por uma formação na área humanística e de

conhecimento técnico, com espírito científico, empreendedor e consciente da ética profissional.

O currículo do Curso de Ciências Contábeis da UCB está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso da mantenedora com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a tornar os futuros profissionais aliados para o desenvolvimento regional. A visão crítica, empreendedora e humanística da realidade social, trabalhada ao longo de todo o curso, insere no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática das disciplinas e das atividades acadêmicas previstas para o curso.

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso conta com atividades complementares, abordando as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

A matriz curricular dá visibilidade ao percurso que o aluno deve fazer para integralização curricular, indicando, para cada período as disciplinas e atividades complementares sugeridas, assim como as respectivas cargas horárias teóricas e práticas.

7.8 MATRIZ, EMENTAS E REFERÊNCIAS

7.8.1 Matriz curricular

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS				
Nº	NOME DA DISCIPLINA	PERÍODO (SEMESTRE)	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	TOTAL CARGA HORÁRIA
1	ESTRUTURA E PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	01º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
2	INSTITUIÇÕES DO DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	01º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
3	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	01º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
4	FUNDAMENTOS DE ECONOMIA	01º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
5	NFG - Ciência, Comunicação e Sustentabilidade	01º Período	EXTENSÃO	120
6	FINANÇAS CORPORATIVAS I	02º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
7	MÉTODOS QUANTITATIVOS BÁSICOS	02º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
8	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	02º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
9	CONTABILIDADE BÁSICA	02º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
10	Relação: Princípios e Valores	02º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO GERAL E HUMANÍSTICA	80
11	FINANÇAS CORPORATIVAS II	03º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
12	CONTABILIDADE COMERCIAL	03º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
13	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E COMERCIAL	03º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
14	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO	03º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
15	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	03º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
16	FINANÇAS CORPORATIVAS III	04º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
17	Optativa I	04º Período	OPTATIVA	80
18	CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA	04º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
19	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA GOVERNAMENTAL	04º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
20	Profissão: Competências e Habilidades	04º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO GERAL E HUMANÍSTICA	80
21	ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE PROJETOS	05º Período	COMUNALIDADE ENTRE CURSOS	80
22	CONTABILIDADE AVANÇADA	05º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
23	CONTABILIDADE APLICADA ÀS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR	05º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
24	CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	05º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
25	NOÇÕES DE ATUARIAS E PREVIDENCIÁRIA	05º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
26	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	06º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
27	CONTABILIDADE GERENCIAL E DE CUSTOS	06º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
28	CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	06º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
29	CONTROLADORIA	06º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
30	Cooperação: Humanismo solidário, redes e comunidades	06º Período	EXTENSÃO	120
31	PROJETO DE EXTENSÃO - Práticas Contábeis, Fiscais e Periciais	07º Período	EXTENSÃO	120
32	AUDITORIA CONTÁBIL	07º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
33	TEORIAS E NORMAS DA CONTABILIDADE	08º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
34	PERÍCIA CONTÁBIL, ARBITRAGEM E AVALIAÇÃO	08º Período	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	80
OP	GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA		80
OP	ESTUDOS DE FUTURO E GESTÃO DA TECNOLOGIA	OPTATIVA		80
OP	CONSULTORIA ORGANIZACIONAL	OPTATIVA		80
OP	CIÊNCIAS DE DADOS E INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	OPTATIVA		80
OP	COMPORTAMENTO ORG. E GESTÃO ESTRAT. DE PESSOAS	OPTATIVA		80
OP	FINANÇAS INTERNACIONAIS	OPTATIVA		80
OP	GESTÃO DE NEGÓCIOS INOVADORES	OPTATIVA		80
	Atividade Complementar		ATIVIDADE COMPLEMENTAR	160

7.8.2 Ementas e referências

UNIDADE CURRICULAR: ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO
SEMESTRE: 3º

C.H. TEÓRICA 50	C.H. PRÁTICA 00	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 30	C.H. TOTAL 80
EMENTA Administração de Recursos Materiais. Controle de estoques. Custos de estoques. Método de Avaliação de Custos pela Contabilidade (PEPS, UEPS e MPM). Métodos de Gestão de Estoques. Curva ABC: Estoque mínimo e máximo, Lote Econômico de Compra, Estoque de Segurança. Classificação de materiais. Armazenagem de produtos. Manuseio e acondicionamento de produtos. Arranjos e/ou Layouts de depósitos e centros de distribuição. Tecnologias, automação e Sistemas. Gestão patrimonial. Tombamento. Controle de bens. Inventário de material permanente.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DIAS, Marco Aurélio Pereira. Administração de materiais: uma abordagem logística. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996. 399 p. GURGEL, Floriano do Amaral. Administração da embalagem. São Paulo, SP: Thomson Learning, 2009. xiv, 358 p. ISBN 9788522103300. MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. São Paulo, SP: Saraiva, 2001. 353 p. ISBN 8502030086.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. São Paulo Saraiva 2009 1 recurso online ISBN 9788502089167. CORRÊA, Henrique Luiz. Administração de cadeias de suprimentos e logística integração na era da indústria 4.0. 2. São Paulo Atlas 2019 1 recurso online ISBN 9788597023022. FRANCISCHINI, Paulino G. Administração dos materiais e do patrimônio. 2. São Paulo Cengage Learning Brasil 2013 1 recurso online ISBN 9788522129393. GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 6. Rio de Janeiro GEN Atlas 2020 1 recurso online ISBN 9788595157132. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais uma abordagem logística. 7. São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788597004427.			

UNIDADE CURRICULAR: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA GOVERNAMENTAL			SEMESTRE: 4º
C.H. TEÓRICA 50	C.H. PRÁTICA 00	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 30	C.H. TOTAL 80
EMENTA Evolução conceitual do orçamento público. Princípios orçamentários. Legislação Sobre de Orçamento, Dispositivos Constitucionais Sobre Planejamento e Orçamento. Sistema Orçamentário Brasileiro: PPA, LDO e LOA. Execução Orçamentária: Receita Pública e Despesa Pública. Execução Financeira: Programação Financeira, Cronograma de Desembolso e Movimentação de Recursos. Responsabilidade fiscal: Lei de Responsabilidade Fiscal, Constituição Federal e Controle Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALBUQUERQUE, Claudiano. MEDEIROS, Márcio. FEIJO, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas. 2ª edição. Brasília: Editora Gestão Pública, 2008. GIACOMONI, James. Orçamento Público. 17ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2012. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Núcleo de Formação Básica da Escola. Administração Financeira e Orçamentária Governamental. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil. 4ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. DEBUS, Ilvo. Lei Complementar no. 101/2000 – Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2ª edição atualizada. Brasília. Esaf. 2002. REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001. BRASIL. Secretária de Orçamento Federal. Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão. Manual Técnico de Orçamento. Versão 2016. Brasília, 2016. JUND, Sérgio. AFO – Administração Financeira e Orçamentária. 4ª Edição. Ed Campus. 2009			

UNIDADE CURRICULAR: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			SEMESTRE: 6º
C.H. TEÓRICA 50	C.H. PRÁTICA 00	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 30	C.H. TOTAL 80
EMENTA A escrituração contábil como ponto de partida. Os Livros Diário e Razão. Os lançamentos de encerramento do período contábil. O processo de apuração de resultados. Distribuição de resultados e constituição de reservas. A preparação do balancete de verificação. O papel da conciliação contábil no processo de elaboração das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis obrigatórias: espécies, conceitos, finalidades, características, normas aplicáveis, estrutura e forma de apresentação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços: Um enfoque econômico-financeiro. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2020. PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. IUDICIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. SANTOS, Ariovaldo dos. Manual de Contabilidade Societárias Sociedades Por Ações: Aplicável a Todas as Sociedades. 3.ed. São Paulo. Atlas, 2018			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SILVA, Alexandre Alcântara da. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2017. RIBEIRO, Osni Moura. Estrutura e Análise de Balanços Fácil. 11. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica - Contabilidade Introdutória e Intermediária. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.			

UNIDADE CURRICULAR: ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA CORPORATIVA			SEMESTRE: 5º
C.H. TEÓRICA 50	C.H. PRÁTICA 00	C.H. AUTOINSTRUCIONAL L 30	C.H. TOTAL 80
EMENTA Projetos empresariais: estrutura, etapas, análise de mercado, localização, escala, quadros financeiros, critérios, princípios e indicadores de análise. Financiamento do projeto: recursos próprios e de terceiros; estrutura de capital e custo de capital; avaliação social de projetos. Análise e Viabilidade Financeira de Projetos: TMA (Taxa Mínima de Atratividade); elaboração de fluxo de caixa de projetos; avaliação de fluxos de caixa pelos métodos do Valor Presente Líquido; Taxa Interna de Retorno; Payback; IL (Índice de Lucratividade); e Análise de Sensibilidade. Avaliação econômica e seleção de projetos. Investimento fixo. Capital de giro. Orçamento de custos e receitas. Avaliação de projetos em condições de incerteza. Custo de capital. Modelo de avaliação de ativos financeiros (CAPM - capital asset pricing model). Análise do Risco Econômico-Financeiro. Análise de sensibilidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMLOFFSKI, Rodrigo. Análise de investimentos e viabilidade financeira das empresas. São Paulo Atlas 2014 1 recurso online ISBN 9788522486571. BRITO, Paulo. Análise e viabilidade de projetos de investimentos. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 100 p. ISBN 9788522444946. MATIAS, Alberto Borges. Análise financeira de empresas. Barueri Manole 2017 1 recurso online ISBN 9786555762143.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, José Maria. Elaboração e análise de viabilidade econômica de projetos tópicos práticos de finanças para gestores não financeiros. São Paulo Atlas 2013 1 recurso online ISBN 9788522479634.

HASTINGS, David F. Análise financeira de projetos de investimento de capital. São Paulo Saraiva 2013 1 recurso online ISBN 9788502205505.

SANTOS JUNIOR, Lindolfo Alves dos. Gestão de custos e análise de viabilidade financeira. São Paulo Conteúdo Saraiva 2021 1 recurso online ISBN 9786589881261.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Católica Virtual. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Elaboração e análise de projetos de viabilidade econômica. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2012. 91 p.

UNIDADE CURRICULAR: AUDITORIA CONTÁBIL			SEMESTRE: 7º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA			
Conceitos básicos de auditoria contábil. Objetivo da auditoria contábil. Independência do auditor. Diferenças entre a auditoria independente e a auditoria interna. Normas profissionais e técnicas de auditoria contábil. Avaliação do controle interno. Amostragem. Programa de auditoria contábil. Documentação de auditoria contábil. Papéis de trabalho do auditor. Procedimentos de auditoria contábil. Amostragem. Relatórios de auditoria.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOYNTON, William C. JOHNSON, Raymond N. KELL, Walter G. Auditoria. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: Abordagem Moderna e Completa. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2019.			
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA VIRTUAL. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Auditoria Contábil. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2012.			
MARION, José Carlos. REIS, Renato Maurício Porto. Normas e Práticas Contábeis: uma introdução. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
OLIVEIRA, Luiz Martins de. DINIZ FILHO, André. Curso Básico de Auditoria. 2ª ed. São Paulo: Atlas 2008.			
FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil: Normas de Auditoria, Procedimentos e Papéis de Trabalho, Programas de Auditoria, Relatórios de Auditoria. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.			
PINHO, Ruth Carvalho de Santana. Fundamentos de Auditoria: Auditoria Contábil, Outras Aplicações de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2007.			

UNIDADE CURRICULAR: CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE (Disciplina extensionista)	SEMESTRE: 1º
CH EXTENSÃO 120	C.H. TOTAL 120

EMENTA
Ciência e fundamentos do conhecimento científico. Método científico. Investigação científica baseada em evidências. Etapas de elaboração da pesquisa científica. Estudo das práticas de Comunicação, narrativas e oralidade. Aprendizagem baseada em experimentação e os conceitos de aprendizagem criativa. Cultura Maker e Design Thinking. Extensão Universitária e Intervenção Sociocultural a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, Maria Eduarda et al. Desenvolvendo competências comportamentais no meio acadêmico. ANALECTA-C Universitário Academia, v. 5, n. 5, 2020.

NUNES, Suzana Gilioli; MORAES, Nelson Russo de; SOUZA, Fernando da Cruz. As mídias digitais e a nova sociedade: um sobre as interações humanas e as relações organizacionais. 2020.

SÍVERES, Luiz. A extensão como princípio de aprendizagem. 2008. Disponível em:

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266> . Acesso em: 24 fev. 2022

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. Estudos avançados, v. 31, p. 75-87, 2017.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Disponível

http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf

LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1996. 108 p.; 18 cm. - (Série Tr

PESSOA, Luísa Martins. INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E DESIGN THINKING: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS. Universidade de Li 2018.

https://www.academia.edu/download/59205491/Inovacao_Criatividdade_DesignThinking_IntroducaoAosConceitos2019_111542-I5nuik.pdf

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. 2011. Disponível

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3185/2079> . Acesso em: 04 ago. 2021.

UNIDADE CURRICULAR: CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO			SEMESTRE: 6º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA Introdução à Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Objeto e foco da Contabilidade Pública. Patrimônio público. Classificação de bens públicos. Sistemas (enfoques) contábeis. Estrutura Conceitual de Contabilidade do Setor Público. Plano de contas único. Lançamentos contábeis. Variações Patrimoniais. Realização da receita e Execução de despesa. Balanços orçamentário e Patrimonial. Demonstração das variações patrimoniais. Demonstrações dos fluxos de caixa. Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SILVA, Valmir Leôncio da. A nova contabilidade aplicada ao setor público uma abordagem prática. 3. São Paulo: Atlas, 2014. CASTRO, Auditoria, Domingos Poubel de. Contabilidade e controle interno no setor público. 7. ed. - São Paulo : Atlas, 2018. BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público abordagem simples e objetiva. 2. São Paulo: Atlas, 2015. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Núcleo de Formação Básica da Escola. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CASTRO, D. P.. GARCIA, L. M. Contabilidade pública no governo federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do Excel. São Paulo: Atlas, 2004. KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001. MOTA, F. G. L. Contabilidade aplicada ao setor público. Brasília: Stefânia Gonçalves, 2009. PISCITELLI, R. B. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2002. SILVA, José Antônio Felgueiras da. Contabilidade pública. Rio de Janeiro: Método, 2015.			

LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, contabilidade e gestão no setor público. São Paulo: Atlas, 2018. ISBN: 978-85-97-01785-4

UNIDADE CURRICULAR: CONTABILIDADE APLICADA ÀS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR			SEMESTRE: 5º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA			
Legais Gerais Aplicados às Entidades Sem Fins Lucrativos no Brasil. Constituição e Funcionamento. Normas e Práticas Contábeis Aplicadas às Entidades Sem Fins Lucrativos. Sistema de Contabilidade por Fundos Aplicado às Entidades Sem Fins Lucrativos. Orçamento no Processo de Gerenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos. Obrigações Fiscais, Parafiscais e outros compromissos acessórios das Entidades Sem Fins Lucrativos. Contabilização de Operações Típicas de Entidades Sem Fins Lucrativos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
NASCIMENTO, Diogo Toledo. OLAK, Paulo Arnaldo. Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor). 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2005.			
YOUNG, Lúcia Helena. Entidades Sem Fins Lucrativos: Coleção Prática Contábil - Imunidade e Isenção Tributária – Resumo Prático. 5.ed. Curitiba: Juruá, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social. Brasília: CFC, 2003.			
SLOMSKI, Valmor. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2005.			
OLIVEIRA, Aristeu de. ROMÃO, Valdo. Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas: Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
TACHIZAWA, Takeshy. Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e Estratégias de Atuação. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. Entidades Beneficentes de Assistência Social: Contabilidade, Obrigações Acessórias e Principais – Atualizada pela Lei 12.101/09 e Decreto 7.237/10. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2010.			

UNIDADE CURRICULAR: CONTABILIDADE AVANÇADA			SEMESTRE: 5º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA			
Avaliação de Investimentos. Método do Custo. Método da Equivalência Patrimonial. Consolidação de Balanços. Coligadas. Equiparadas. Controladas. Investimentos Permanentes no Exterior. Transações entre Partes Relacionadas. Reestruturações Societárias. Incorporação. Fusão. Cisão. Aspectos Fiscais. Reservas e Retenções de Lucro. Ações. Debêntures. Dividendos. Ajustes de Avaliação Patrimonial. Aspectos Avançados das Demonstrações Contábeis. Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração do Valor Adicionado. EBITDA. Notas Explicativas e Outras Evidenciações.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
Almeida, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade avançada em IFRS e CPC / Marcelo Cavalcanti Almeida. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2020. ISBN 978-85-97-02394-7.			
MARTINS, Eliseu. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.			
FIPECAFI. ERNEST & YOUNG. Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras. 2.ed. São Paulo. Atlas, 2010.			
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA VIRTUAL. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Contabilidade Avançada. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			

IUDICIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. Contabilidade Comercial: Atualizado Conforme Lei n. 11.638/07 e Lei n. 11.941/09. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOOG, Alberto Zappa. Lei das Sociedades Anônimas - Inclusas as Modificações da Lei 11.638/07, da Lei 11.941/09 - Deliberações da CVM referente à Reforma na Lei 6.404/76. 2.ed. Curitiba: Juruá.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Avançada. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Luís Martins. PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. Contabilidade Avançada: Textos e Testes com as Respostas. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Contabilidade avançada: de acordo com as normas brasileiras de contabilidade (NBC) e normas internacionais de contabilidade (IFRS). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.ISBN: 978-85-97-02486-9.

UNIDADE CURRICULAR: CONTABILIDADE BÁSICA			SEMESTRE: 2º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA Noções básicas do patrimônio. Registros das operações de desembolsos. Equação fundamental do patrimônio. Escrituração contábil. Ativo. Passivo: Receitas e Despesas Antecipadas. Demonstração do Resultado do Exercício. Variações do Patrimônio Líquido. Operações com Mercadorias. Contas e Planos de Contas. Balanço Patrimonial			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MARION, José Carlos; SANTOS, Ana Carolina Marion . Contabilidade básica. – 12. ed. – São Paulo : Atlas, 2018. IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). Contabilidade Introdutória. 11. ed. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2010. xvi, 335 pt IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). Contabilidade introdutória: livro de exercícios. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA VIRTUAL. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Contabilidade básica 2. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MARION, José Carlos. Contabilidade básica atualizada conforme os pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 e ITG 1000. 11. São Paulo Atlas 2015 MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10ª. São Paulo Atlas 2013 PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica contabilidade introdutória e intermediária. 9. São Paulo Atlas 2014 RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica. 3. São Paulo Saraiva 2013 VICECONTI, Paulo. Contabilidade básica. 16. São Paulo Saraiva 2013			

UNIDADE CURRICULAR: CONTABILIDADE COMERCIAL			SEMESTRE: 3º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA Noções de comércio e instituições comerciais. Classificações de sociedades. Plano de Contas. Constituição das empresas Comerciais parte. Operações Típicas em Empresas Comerciais. Impostos e Taxas sobre vendas. Operações com Mercadorias. Apuração do resultado. Operações Financeiras. Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa. Folha de Pagamento. Ativo Fixo. Depreciação. Operações entre Matriz e Filial. Aspectos Fiscais e Legais da Contabilidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA IUDICIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. Contabilidade Comercial: 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2019. FAVERO, Hamilton Luiz, LONARDONI, Mário, SOUZA, Clóvis de, TAKAKURA, Massakazu. Contabilidade: Teoria e Prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA VIRTUAL. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Contabilidade Comercial. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FRANCO, Hilário. Contabilidade Comercial. 13.ed. São Paulo: Atlas, 1996.			

IUDICIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades Por Ações: Aplicável Também às Demais Sociedades. 7.ed. São Paulo. Atlas, 2007.
IUDICIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades Por Ações: Aplicável Também às Demais Sociedades– Complemento. 2.ed. São Paulo. Atlas, 2009.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Comercial Fácil. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
SOUZA, Acilon Batista de. Contabilidade de Empresas Comerciais. 1.ed. São Paulo:Atlas, 2002.

UNIDADE CURRICULAR: CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO			SEMESTRE: 5º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA Sistema Tributário Nacional. Livros fiscais. Escrituração fiscal. Contabilização de Impostos e Contribuições: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro. ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados. PIS/PASEP - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para Financiamento da Previdência Social. Simples Nacional. Contabilização de Folha de Pagamento. Escrituração do Livro Caixa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FABRETTI, Lúdio Camargo. Contabilidade Tributária. 16ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016 (e-book). OLIVEIRA, Luiz Martins et al. Manual de contabilidade tributaria. Textos e testes com as respostas. 14ª. Ed. São Paulo: Atlas. 2015. Atualizada pelas Leis nº 12.973/2014, 11.941/2009 e 11.638/2007. SANTOS, Mateus Alexandre Costa Dos. Contabilidade Tributária: Um Enfoque nos IFRS e na Legislação do IRPJ. 1ª. Ed. São Paulo: Atlas. 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CREPALDI, Silvio. Contabilidade fiscal e tributária teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva 2018 (e-book). FABRETTI, Lúdio Camargo. Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis. 10. São Paulo: Atlas 2014 (e-book). FERNANDES, Edison Carlos. Impacto da Lei nº 11.638/07 sobre os tributos e a contabilidade conciliando a legislação contábil (societária) com a legislação tributária. Ed 3. São Paulo: Atlas, 2015. FURLAN, Anderson. Planejamento fiscal no direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense 2011 (e-book). HIGUCHI, Hiromi. Fábio Hiroshi e Celso Hiroyuki: Impostos de Renda das Empresas – interpretação e prática. 37ª ed. São Paulo: IR publicações, 2012. PADOVEZE, Clóvis Luís et. al. CONTABILIDADE e gestão tributária teoria, prática e ensino. São Paulo: Cengage Learning Brasil 2017 (e-book). RIBEIRO, Osni Moura. Introdução à contabilidade tributária. Ed. 2. São Paulo: Saraiva, 2014. SABBAG, Eduardo. Direito tributário. 2. Rio de Janeiro: Método 2018 (e-book). SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos. Contabilidade tributária um enfoque nos IFRS e na legislação do IRPJ. Rio de Janeiro: Atlas 2015 (e-book). SILVA, Filipe Martins da. Planejamento tributário. Porto Alegre: SAGAH 2017 (e-book). VANTES, Agostinho I. Rodrigues et. al. Prática Tributária nas Empresas: Análise de questões			

UNIDADE CURRICULAR: CONTABILIDADE GERENCIAL E DE CUSTOS			SEMESTRE: 6º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Conceitos e nomenclaturas utilizados em Custos. Classificação de Custos. Contabilidade de Custos. Métodos de Custeio: apuração de custos de produção, matérias primas e mão-de-obra. Margem de contribuição. Sistema de custeio e de acumulação. Relações Custo-Volume-Lucro. Margem de Contribuição. Ponto de Equilíbrio. Custeamento da produção: Responsabilidade e Atividades. Custos para controle. Determinação do preço de Venda. Análise dos custos e relatórios. Custeio Baseado em Atividades. Gestão estratégica de custos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade de custos. 6. Rio de Janeiro Atlas 2017 (e-book).
 CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade gerencial teoria e prática. 8. Rio de Janeiro Atlas 2017 (e-book).
 GARRISON, Ray H.; BREWER, Peter C.; NOREEN, Eric W. Contabilidade Gerencial. 14ª Edição. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2012 (e-book).
 HORNGREN, Charles T., DATAR, Srikant M., FOSTER, George. Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial. v. 1. Robert Brian Taylor (trad.). 11. edição. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
 IUDÍCIBUS, Sergio de. Análise de custos uma abordagem quantitativa. São Paulo Atlas 2013 (e-book).
 IUDÍCIBUS, Sergio de. Contabilidade gerencial da teoria à prática. 7. Rio de Janeiro Atlas 2020 (e-book).
 MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. Livro de exercícios. 11.ª edição. São Paulo Atlas, 2015 (e-book).
 PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade de custos. São Paulo: Cengage Learning 2014 (e-book).
 PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial: um Enfoque em Sistema de Informação Contábil. 7.ª edição. São Paulo: Atlas, 2010 (e-book).
 RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. Ed. 5. São Paulo: Saraiva, 2017 (e-book).
 SANTOS, Joel J. Contabilidade e Análise de Custos: Modelo Contábil. Métodos de Depreciação. ABC - Custeio Baseado em Atividades. Análise Atualizada de Encargos Sociais sobre Salários. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 104 p.
 STOPATTO, Mauro. Contabilidade de custos simplificada e interativa uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro Atlas 2020 (e-book)

UNIDADE CURRICULAR: CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA			SEMESTRE: 4º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA			
Ativo circulante e não circulante. Provisões. Provisões para Despesas e Perdas. Provisões para Redução ou Retificação do Ativo. Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa. Provisões versus Reservas. Ativo Imobilizado. Depreciação. Amortização. Exaustão. Valor recuperável (impairment). Ativos Intangíveis. Operações Financeiras. Passivo. Patrimônio Líquido. Juros Sobre o Capital Próprio. Contribuição Social sobre o Lucro. Provisão para o Imposto de Renda. Aspectos Intermediários das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Demonstração do Valor Adicionado. Notas Explicativas e Outras Evidenciações. Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e correspondentes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade societária : aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. – [2. Reimpr.]. – São Paulo: Atlas, 2021. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade intermediária em IFRS e CPC. – 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2018. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade intermediária. Ed. 4. São Paulo: Saraiva, 2013. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA VIRTUAL. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Contabilidade Intermediária. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
FAVERO, Hamilton Luiz, LONARDONI, Mário, SOUZA, Clóvis de, TAKAKURA, Massakazu. Contabilidade: Teoria e Prática. Volume 1. 5.ed. São Paulo : Atlas, 2009. MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Intermediária 3. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2009. SCHMIDT, Paulo. SANTOS, José Luiz dos. Contabilidade Societária. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009. CASAGRANDE, Miguel Ângelo. Contabilidade intermediária e avançada para concursos. São Paulo: Saraiva, 2013.			

UNIDADE CURRICULAR: CONTROLADORIA			SEMESTRE: 6º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA			
Contabilidade como instrumento de apoio à tomada de decisão. O papel da controladoria. As funções e o perfil do profissional da controladoria. Sistemas, métodos e modelos aplicados pela controladoria. Planejamento Estratégico. Planejamento Operacional. Orçamento de Capital. Orçamento empresarial: elaboração, execução, acompanhamento e análise. A função controle. Integração de planejamento e controle. Contabilidade por responsabilidade. Custo padrão. Análise de desempenho. O Balanced scorecard. Decisão para a formação de preços			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FIGUEIREDO, Sandra. CAGGIANO, Paulo Cesar. Controladoria, Teoria e Prática. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
GARRISON, Ray H. NOREEN, Eric W. BREWER, Peter C. Contabilidade Gerencial [recurso eletrônico]. 14ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.			
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Núcleo de Formação Básica da Escola. Controladoria. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ANTHONY, R.N.. GOVINDARAJAN, V. Sistemas de controle gerencial. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
ATKINSON, Anthony A, BANKER, Rajiv D., KAPLAN, Robert S. YOUNG S. Mark. MATSUMURA, Ella M. Contabilidade Gerencial: informação para tomada de decisão e execução da estratégia. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
BIO, Sérgio Rodrigues. Sistemas de Informação: um enfoque gerencial. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
PADOVEZE, Clóvis Luís. Sistemas de Informações Contábeis, Fundamentos e Análises. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.			

UNIDADE CURRICULAR: COOPERAÇÃO: HUMANISMO SOLIDÁRIO, REDES E COMUNIDADES (Disciplina extensionista)		SEMESTRE: 6º
CH EXTENSÃO	C.H. TOTAL	
120	120	
EMENTA		
Programa Propósito de Vida (Atuação comunitária). Ética comunitária. Felicidade comunitária. Aprendizagem participativa. Inserção, responsabilidade e compromisso social. Ecologia Integral. Exercício da cidadania. Atuação profissional comunitária.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.		
HOYOS GUEVARA, A. J. et al. Educação para a era da sustentabilidade: Abrindo caminhos, promovendo valores, por um mundo melhor. São Paulo: Saint Paul, 2011.		
SUNG, J. M.; SILVA, J. C. Conversando sobre ética e sociedade. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
JONAS, H. O Princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.		
LEITE, M. B. A questão da dimensão ética em ser e tempo [recurso eletrônico]. 2. São Paulo: Blücher, 2017		

UNIDADE CURRICULAR: ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE			SEMESTRE: 2º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA			
Conceitos de Estatística. Coleta de dados. Técnica de Amostragem. Distribuição de Frequência. Conceitos de métodos quantitativos. Softwares de análises de dados. Instrumentos de coleta de dados. Espaço amostral. Técnicas de amostragem. Estatística descritiva. Média, Moda e Mediana. Distribuição de frequência. Medidas de posição e dispersão. Medidas de assimetria e curtose. Análise de variância. Covariância e correlação. Análise de regressão. Testes de hipóteses. Estimação de			

Parâmetros. Probabilidade. Variáveis aleatórias. Distribuições de probabilidade. Teoria da Estimação. Nível de significância do teste. Tipos de Erros. Distribuições binomial e normal. Inferências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
FREUND, John E.; SIMON, Gary A.; FARIAS, Alfredo Alves de (Trad.). Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 404 p.
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Núcleo de Formação Básica da Escola. Métodos Quantitativos e Qualitativos. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. 4. ed. São Paulo: Atual, 1987.
DIEHL, Astor A., TATIM, Denise C. Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth; PATARRA, Cyro de Carvalho (Trad.). Estatística Aplicada. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. 476 p.
WITTE, Robert S.; WITTE, John S. Estatística. 7. ed Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2005. 486 p.

UNIDADE CURRICULAR: ESTRUTURA E PROCESSOS ORGANIZACIONAIS			SEMESTRE: 1º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80

EMENTA

As organizações, o ambiente e as mudanças. Ambiente competitivo contemporâneo e análise ambiental. Processos: conceitos, elementos e identificação dos processos de negócios. A visão por departamentos X a visão por processos. Alinhamento da estrutura e processos organizacionais com estratégia e desempenho. Indicadores de desempenho como propulsores da melhoria de processos. Metodologia e ferramentas para a melhoria de processos e reestruturação organizacional. Enfoques e tendências emergentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SORDI, José Osvaldo de. Gestão por processos uma abordagem da moderna administração. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 recurso online ISBN 9788547223090.
ARAÚJO, Luis César Gonçalves de. Gestão de processos melhores resultados e excelência organizacional. 2. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 recurso online ISBN 9788597010053.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Estrutura organizacional uma abordagem para resultados e competitividade. 3. São Paulo Atlas 2014 1 recurso online ISBN 9788522485888.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GESTÃO de processos pensar, agir e aprender. Porto Alegre Bookman 2011 1 recurso online ISBN 9788577805327.
HAMEL, Gary e PRAHALAD, C. K. **Competindo pelo futuro**. São Paulo: Campus, 2002.
MINTZBERG, Henry et al. **Safari de estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 331 p.
ZACCARELLI, S.B. Estratégia e Sucesso nas Empresas. São Paulo. Saraiva, 2000.

UNIDADE CURRICULAR: FINANÇAS CORPORATIVAS I			SEMESTRE: 2º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80

EMENTA

Introdução às Finanças Corporativas. Princípios da contabilidade. Demonstrações Contábeis e Fluxo de Caixa. Relatórios Contábeis. Demonstrações Contábeis. Balanço patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Avaliação por Fluxos de Caixa Descontados. Valor Presente Líquido e Outras Regras de Análise de Investimentos. Decisões de Investimento de Capital. Análise de Riscos, Opções Reais e Orçamento de Capital. Taxas de Juros e Avaliação de Títulos de Dívida. Avaliação de Ações. Risco e Retorno: Algumas lições da história do mercado de capitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROSS, Stephen A. Administração financeira. 10. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2015.
GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson Addison Wesley, c2010.
BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. Administração financeira: teoria e prática 3 ed. São Paulo Cengage Learning, 2016. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522124008>)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522490912>)
ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira. 3ed. Rio de Janeiro Atlas 2016. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010145>)
BERK, Jonathan. Finanças empresariais essencial. Porto Alegre Bookman 2010 1 recurso online. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577806140>)

UNIDADE CURRICULAR: FINANÇAS CORPORATIVAS II

SEMESTRE: 3º

C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80

EMENTA

Risco e Retorno. Modelo de precificação de ativos financeiros (CAPM). Teoria de Precificação por Arbitragem. Risco, Custo de Capital e Avaliação. Eficiência do Mercado de Capitais. Desafios Comportamentais. Financiamento de Longo Prazo. Estrutura de Capital. Avaliação e Orçamento de Capital da Empresa Alavancada. Dividendos e Outras Formas de Distribuição de Lucros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROSS, Stephen A. Administração financeira. 10. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2015.
GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson Addison Wesley, c2010.
BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. Administração financeira: teoria e prática 3 ed. São Paulo Cengage Learning, 2016. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522124008>)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522490912>)
ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira. 3ed. Rio de Janeiro Atlas 2016. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010145>)
BERK, Jonathan. Finanças empresariais essencial. Porto Alegre Bookman 2010 1 recurso online. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577806140>)

UNIDADE CURRICULAR: FINANÇAS CORPORATIVAS III

SEMESTRE: 4º

C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80

EMENTA

: Financiamento de longo prazo. Venture Capital. Estágios de financiamento. Emissão pública. Oferta de ações. Bancos de investimento. Subprecificação. Custos de novas emissões. Abertura de capital. Direitos de subscrição. Diluição. Emissão de dívidas de longo prazo. Arrendamento mercantil (Leasing). Warrants e Títulos Conversíveis. Opções. Finanças de empresas. Derivativos. Cobertura de Riscos. Fusões e aquisições. Dificuldades financeiras. Finanças corporativas internacionais. Governança corporativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ROSS, Stephen A., Westerfield, Randolph W. e Jaffe, Jeffrey. Administração Financeira. 10ª Edição: Atlas, 2015. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580554328>)
ROSS, Stephen A. e Westerfield, Randolph W. Princípios de Administração Financeira. 9ª Edição: Atlas, 2013. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580552256>)
GITMAN, L. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Harbra, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BERK, Jonathan. DEMARZO, Peter. Finanças de Empresas. Bookman, 2008. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577804214>)
ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 14ª Edição: Atlas, 2018. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597018066>)
ASSAF NETO, Alexandre. SILVA, César A. T. Administração do Capital de Giro. Atlas, 2011. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522484751>)
MATIAS, Alberto B. Finanças Corporativas de Curto Prazo: a gestão do valor do capital de giro. Atlas, 2014. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522484652>)

UNIDADE CURRICULAR: FUNDAMENTOS DE ECONOMIA			SEMESTRE: 1º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80

EMENTA

Noções e conceitos básicos de Economia. Princípios da Teoria Microeconômica. Contabilidade Social e Princípios da Teoria Macroeconômica. Economia Monetária. Macroeconomia aberta. Demanda e Oferta Agregada e o Impacto das políticas monetária e fiscal sobre a Demanda Agregada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 4. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, c2020. xxxi, 686 p. ISBN 9788522127917.
STIGLITZ, Joseph E; WALSH, Carl E. **Introdução à microeconomia**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, 2003. xviii, 387 p, ISBN 9788535210446.
BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil INATIVO, 2013. xx, 600 p. ISBN 9788576057079.
VASCONCELOS, Marco Antônio S. Introdução a Economia. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 4. São Paulo Cengage Learning 2019 1 recurso online ISBN 9788522127924.
MCGUIGAN, James R. **Economia de empresas** aplicações, estratégia e táticas. 3. São Paulo Cengage Learning 2016 1 recurso online ISBN 9788522125395
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia** micro e macro. 6. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788597003505.
ALBERGONI, Leide. **Introdução à economia** aplicações no cotidiano. São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788522499526.
DIAS, Marcos de Carvalho. Economia fundamental guia prático. São Paulo Erica 2015 1 recurso online ISBN 9788536518695.
MOREIRA, José Octávio de Campos. **Economia** notas introdutórias. 2. São Paulo Atlas 2009 1 recurso online ISBN 9788522465286.
ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 recurso online ISBN 9788597008081.

UNIDADE CURRICULAR: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO			SEMESTRE: 1º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80

EMENTA

Gestão da Informação: principais conceitos. A informação nas organizações. Informação e tomada de decisão. Gestão do conhecimento. Dados, informação e conhecimento nos processos decisórios. Fundamentos da Gestão da Informação e do Conhecimento. Características da Gestão de Dados, da Informação e do Conhecimento. Por que e quando gerir a informação e o conhecimento. Métodos e técnicas para a Gestão da Informação e do Conhecimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROSINI, Alessandro Marco. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. [recurso online ISBN 9788522114672]

SORDI, José Osvaldo de. **Administração de sistemas de informação**. São Paulo: Saraiva, 2018. [recurso online ISBN 9788553131532]

BATISTA, Fabio Ferreira. **Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira**. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012. [em PDF]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, Fabio Ferreira (Org.). **Experiências internacionais de implementação da gestão do conhecimento no setor público**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2016. [em PDF]

SORDI, José Osvaldo de. **Administração da informação: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento**. 2. São Paulo: Saraiva, 2015. [recurso online ISBN 9788502634824]

UNIDADE CURRICULAR: : INSTITUIÇÕES DO DIREITO PÚBLICO E PRIVADO			SEMESTRE: 1º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA Noções de Direito. Estudo das normas e princípios fundamentais do direito público e do direito privado, e, dos principais institutos que compõem o ordenamento jurídico nacional. Apresentação do Estado. Noções de direito público e privado. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo. Noções de Direito Penal. Noções de Direito Civil. Noções de Direito Empresarial. Noções de Organização do Poder Judiciário.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRADE FILHO, Edmar de Oliveira. Fundamentos de direito para negócios instituições de direito público e direito privado. São Paulo Atlas 2020 1 recurso online ISBN 9788597024401. FERNANDES, Luciana Cordeiro de Souza. Instituições de direito desmistificando o direito público, privado e difuso. São Paulo Saraiva 2019 1 recurso online ISBN 9788571440791. REIS, Henrique Marcello dos. Direito para administradores, v.2 direito internacional público, econômico, comunitário e dos direitos humanos e direito internacional privado. São Paulo Cengage Learning 2012 1 recurso online ISBN 9788522108992.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de direito público e de direito privado. 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 321 p. ISBN 9788502130197 GRILLO, Marcelo Gomes Franco. Instituições de direito público e privado. São Paulo Atlas 2019 1 recurso online ISBN 9788597023527. NUCCI, Guilherme de Souza. Instituições de direito público e privado. Rio de Janeiro Forense 2019 1 recurso online ISBN 9788530984960. DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 10. ed., rev. e atual. São Paulo: Nelpa, 2001. PINHO, Rui Rebello e NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de direito público e privado: Introdução ao estudo do direito : noções de ética profissional. 24. ed. rev., e atual. São Paulo Atlas, 2003. MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2004. SILVA, Edson Jacinto da. Instituições de direito público e privado. São Paulo : LZN Editora , 2003.			

UNIDADE CURRICULAR: LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E COMERCIAL			SEMESTRE: 3º
C.H. TEÓRICA 50	C.H. PRÁTICA 00	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 30	C.H. TOTAL 80
EMENTA Direito Empresarial. Empresário individual. Empresa. Registro de empresa. Livros comerciais. Sociedades Comerciais. Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada e Sociedades Anônimas. Defesa da Concorrência. Títulos de Crédito. Contratos Mercantis. Falência e Recuperação Judicial			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Ed. 7. São Paulo: Saraiva, 2014. MARTINS, Fran. Contratos e obrigações comerciais. Ed. 16. Rio de Janeiro. Forense, 2010. REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. Ed. 27, ver e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAMPINHO, Sergio. Curso de direito comercial falência e recuperação de empresa. 11. São Paulo Saraiva 2020 (e-book). COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. FAZZIO JUNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2020 (e-book). FERNANDES, Edison Carlos. Direito e contabilidade fundamentos do direito contábil. São Paulo Trevisan 2015 (e-book). MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro, direito societário: sociedades simples e empresárias. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015 MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito, V. 3. 7. ed. São Paulo Atlas, 2012. NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial e de empresa, v. 1 teoria geral da empresa e direito societário. 16. ed. São Paulo: Saraiva 2019 (e-book). NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial e de empresa, v. 2 títulos de crédito e contratos empresariais. 10. ed. São Paulo: Saraiva 2021 (e-book).			

UNIDADE CURRICULAR: : LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA			SEMESTRE: 3º
C.H. TEÓRICA 50	C.H. PRÁTICA 00	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 30	C.H. TOTAL 80
EMENTA Os princípios constitucionais tributários. O sistema tributário nacional. Legislação tributária. Interpretação da legislação tributária. Obrigação tributária. Fato gerador. Sujeito ativo e sujeito passivo. Crédito tributário. Administração tributária. Imposto sobre o patrimônio e a renda. Imposto sobre produtos industrializados. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. Iof. pis-pasep. FGTS.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de Contabilidade Tributária. 9ª Edição. São Paulo, Atlas, 2017. CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade Fiscal e Tributária: Teoria e prática. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2019. RIBEIRO, Ricardo Lodi. Tributos. Teoria Geral e Espécies. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Código Tributário Nacional. 7. São Paulo Atlas 2018 1 recurso online ISBN 9788597015720. SABBAG, Eduardo. Código Tributário Nacional comentado. 2. Rio de Janeiro Método 2018 1 recurso online ISBN 9788530980214. HARADA, Kiyoshi. Contribuições sociais: doutrina e prática. São Paulo: Atlas, 2015. PAULSEN, Leandro; VELOSO, Andrei Pitten. Contribuições no Sistema Tributário Brasileiro. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2019. PESSOA, Carlos. Encargos sociais e trabalhistas no Brasil. Manual de cálculos e legislação aplicada. Rio de Janeiro: QualityMark, 2011.			

UNIDADE CURRICULAR: MÉTODOS QUANTITATIVOS BÁSICOS			SEMESTRE: 2º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
<p>EMENTA Limites. Derivadas. Regras de derivação. Aplicações de derivada. Crescimento e decrescimento. Concavidades. Pontos Críticos. Máximos e mínimos. Introdução à Álgebra linear. Matrizes. Rank de Matriz. Determinantes. Derivadas parciais. Autovetores. Autovalores. Funções de várias variáveis. Vetor gradiente. Matriz Hessiana. Otimização sem restrições. Otimização com restrições.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHIANG, A. C. e WAINWRIGHT, K. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. LEITHOLD, L.; PATARRA, C. C. (Trad.); SALIM, J. J. (Rev. Técnica). Matemática aplicada à economia e administração. São Paulo: Harbra, 2001. SIMON, C. P. e BLUME, L. Matemática para economistas. São Paulo: Bookman, 2004. VERAS, Lília Ladeira. Matemática aplicada à economia: sínteses da teoria: mais de 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas, 3ª edição. Editora Atlas. São Paulo: 1999. WEBER, J. E. Matemática para economia e administração. São Paulo: Harbra, 1986.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I; Asmar, Nakhle H. Matemática Aplicada, 12ª edição. Editora Grupo A, 2012. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788540700970) HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L.; SOBECKI, Dave; PRICE, Michael. CÁLCULO um curso moderno e suas aplicações. 11. Rio de Janeiro LTC 2015. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2909-2) MORETTIN, Pedro A. Cálculo funções de uma e várias variáveis. 3. São Paulo Saraiva 2016. (https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547201128)</p>			

UNIDADE CURRICULAR: NOÇÕES DE ATUARIAS E PREVIDENCIÁRIA			SEMESTRE: 5º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
<p>EMENTA Introdução à Ciência Atuarial. Apresentação dos Produtos: Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização: Resseguro, Cosseguro. Necessidade de Capital. A Estatística na Ciência Atuarial. Principais conceitos atuariais. Risco. Matemática Atuarial: Introdução ao cálculo atuarial para previdência complementar. Fatores de acumulação. Anuidades de rendas certas. Funções biométricas sobre uma vida. Anuidades de rendas aleatórias. Comutações. Regime de Repartição e de Capitalização. Provisões Técnicas. Normas e Procedimentos Contábeis. Contabilidade das entidades de previdência e das empresas Seguradoras: plano de contas, constituição das provisões, passivo atuarial e contabilização. Elaboração das Demonstrações Contábeis.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHAN, Betty Lilian. Fundamentos de Previdência Complementar: da atuária à contabilidade. São Paulo: Atlas, 2006. SOUZA, Silney de. Seguros: Contabilidade, atuária e auditoria. São Paulo. Saraiva, 2014. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA VIRTUAL. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Contabilidade Previdenciária e Atuaria. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2016.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR RODRIGUES, José Ângelo. Gestão de Risco Atuarial. São Paulo. Saraiva, 2014. AZEVEDO, Gustavo Henrique Wanderley de. Matemática financeira e atuarial: noções aplicadas ao seguro. Rio de Janeiro: FENENSEG, 2005. BRASIL, Gilberto. O ABC da matemática atuarial e princípios gerais de seguros. Porto Alegre: Sulina, 1985. VILANOVA, Wilson. Matemática Atuarial. São Paulo. Pioneira, 1969. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Núcleo de Formação Básica da Escola. Matemática Atuarial. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2017.</p>			

UNIDADE CURRICULAR: PERÍCIA CONTÁBIL, ARBITRAGEM E AVALIAÇÃO			SEMESTRE: 8º
C.H. TEÓRICA 50	C.H. PRÁTICA 00	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 30	C.H. TOTAL 80
EMENTA Compreensão do rito jurídico processual. Aspectos jurídicos, conceituais e práticos sobre arbitragem e mediação. Responsabilidade civil, criminal e social de peritos contadores. Prova Pericial: Noções Introdutórias de Perícia Contábil. Perícia Contábil. Exercício da Função Pericial Contábil. Perícia no Código de Processo Civil. Técnicas do Trabalho Pericial Judicial. Quesitos. Relatórios Periciais Contábeis: Laudo e Parecer. Remuneração do Trabalho Pericial.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HOOG, Wilson Alberto Zappa Hoog. Prova Pericial Contábil - Aspectos Práticos & Fundamentais. 7.ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009. ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. Avaliação de Sociedades. 2ed. São Paulo: Atlas, 2003. SÁ, Antônio Lopes de. Perícia Contábil. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009 (e-book).			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia Contábil. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007. ALVES, Aline et al. PERÍCIA contábil 1. Porto Alegre: SAGAH 2017 (e-book). HOOG, Wilson Alberto Zappa Hoog. Perícia Contábil: Normas Brasileiras Interpretadas e Comentadas à Luz dos Códigos Civil, Processo Civil e Penal. 3.ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009. MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias e outros. Perícia Contábil. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001. MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias. Perícia contábil uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. 8. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. MÜLLER, Aderbal Nicolas. Perícia contábil. São Paulo Saraiva 2017 (e-book).			

UNIDADE CURRICULAR: PROFISSÃO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			SEMESTRE: 4º
C.H. TEÓRICA 50	C.H. PRÁTICA 00	C.H. AUTOINSTRUCIONAL 30	C.H. TOTAL 80
EMENTA Programa Propósito de Vida (Proposições). Qualificação profissional. Ética profissional. Felicidade do bem viver e bem-estar. Espiritualidade profissional. Hard and Soft Skills. Criatividade. Inovação. Empreendedorismo. Liderança.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARBIERI, J. C; CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. BRUM TORRES, J. C. (org.) Manual de ética - questões de ética teórica e prática. Petrópolis: Vozes, 2014. DUTRA, Joel Souza; FLEURY, Maria Tereza Leme; RUAS, Roberto L. (Coord.). Competências: conceitos, métodos e experiências. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 303 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PERRENOUD, P. Desenvolver competências ou ensinar saberes?: a escola que prepara para a vida [recurso eletrônico]. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. SÁ, A. L. Ética profissional [recurso eletrônico]. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. TUCHERMAN, Sonia Eva. Autoestima. São Paulo Blucher 2019 1 recurso online BERGAMINI, Cecília Whitaker. Competência a chave do desempenho. São Paulo: Atlas, 2012. recurso online CODA, Roberto. Competências comportamentais. Rio de Janeiro: Atlas. 2016. recurso online			

UNIDADE CURRICULAR: PROJETO DE EXTENSÃO – PRÁTICAS CONTÁBEIS, FISCAIS E PERICIAIS (Disciplina extensionista)		SEMESTRE: 7º
CH EXTENSÃO	C.H. TOTAL	
120	120	
EMENTA		
Extensão Universitária e Projetos de Extensão na UCB. Práticas interdisciplinares, educativas, culturais, científicas e ambientais em comunidades e em organizações, orientadas a práticas contábeis, fiscais e periciais. Diagnóstico e soluções sociais e organizacionais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CALDERON, Adolfo Ignacio (Coord.). Ação comunitária: uma outra face do ensino superior brasileiro . São Paulo, SP: Olho D'água, 2004. 176 p. (Coleção socializando experiências)		
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 189 p.		
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação . 15. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 132 p		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
COIMBRA, Renata Maria. A resiliência em questão perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção. Porto Alegre ArtMed 2015 1 recurso online		
EGGER-MOELLWALD, Lícia Arena. Competência social mais que etiqueta, uma questão de atitude. 2. São Paulo Cengage Learning 2018 1 recurso online		
MARCÍLIO, Maria Luiza; PUSSOLI, Lafaiete (Coord.). Cultura dos direitos humanos . São Paulo: LTr, 1998. 231 p.		
SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo Cengage Learning 2016		
SÍVERES, Luiz (Org.). A extensão universitária como princípio de aprendizagem . Brasília, DF: Liber Livro, 2013. ISBN 9788579630897. Disponível em: < https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232083/PDF/232083por.pdf.multi >. Acesso em: 14 maio 2019.		

UNIDADE CURRICULAR: RELAÇÃO: PRINCÍPIOS E VALORES			SEMESTRE: 2º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA			
Programa Propósito de Vida (Inspirações). Projeto de vida. Relacionamento do eu, outro, planeta e transcendente. História de vida. Fundamentos da ética. Felicidade. Espiritualidade Existencial. Consciência da Educação Superior. Competências acadêmicas. Habilidades educacionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOFF, L. Ética e moral . A busca dos fundamentos. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.			
FREIRE, P. Pedagogia da esperança . Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.			
ROHR, F. Educação e espiritualidade . Contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BOFF, L. Espiritualidade: um caminho de transformação . Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2001 recurso online.			
BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J.A.; GUIMARÃES, S.E.R. Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, recurso online.			
DWIGHT, F. Ética . Porto Alegre: Artmed, 2017 recurso online.			
GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar . 27. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2018 recurso online.			
PEGORAGO, O. Ética dos maiores mestres através da história . 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 recurso online.			

UNIDADE CURRICULAR: TEORIAS E NORMAS DA CONTABILIDADE			SEMESTRE: 8º
C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. AUTOINSTRUCIONAL	C.H. TOTAL
50	00	30	80
EMENTA Introdução à Teoria da Contabilidade. Contabilidade enquanto Ciência. Evolução histórica da Teoria Contábil. Escolas e Doutrinas da Contabilidade. Organismos internacionais de Contabilidade. Discussão sobre os objetivos da Contabilidade. Metodologias de Pesquisa na Contabilidade. Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamentos. O Ativo e sua mensuração: definições de ativo, avaliação de ativos a valores de entrada e de saída. Ativo Intangível. Depreciação. Receitas, Despesas, Ganhos e Perdas. O Passivo e sua mensuração. Patrimônio Líquido. Evidenciação. Teoria Positiva. Contabilidade e Mercado de Capitais. A Contabilidade e o Problema de Agência. Processo de Normatização. Normas Contábeis: IFRS, NBC, CPC.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HENDRIKSEN, Eldon S. & VAN BREDA, Michael. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA VIRTUAL. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Teoria da Contabilidade. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FIPECAFI. Avaliação de Empresas: Da Mensuração Contábil à Econômica. São Paulo: Atlas, 2001. IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. Introdução à Teoria da Contabilidade: Para o Nível de Graduação. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009. IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades Por Ações: Aplicável Também às Demais Sociedades. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. SCHMIDT, Paulo. SANTOS, José Luiz. FERNANDES, Luciane Alves. MACHADO, Nelson Perinazzo. Teoria da Contabilidade: Introdutória, Intermediária, Avançada. São Paulo: Atlas, 2007. IUDÍCIBUS, Sergio de. Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação. Ed. 5. São Paulo: Atlas, 2012			

7.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A implementação das atividades complementares (AC) no curso tem como objetivo enriquecer o processo formativo do estudante por meio da diversificação de experiências, dentro e fora do ambiente universitário, propiciando o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades presenciais ou a distância.

Consideram-se como Atividades Complementares aquelas que tenham cunho acadêmico e que propiciem ao estudante as condições para o desenvolvimento de competências que contribuam para o aprimoramento da formação básica e específica do futuro profissional, bem como a integração com a sociedade e a capacidade de desenvolver ações sociais.

A partir de 2021, a AC buscou evocar os acadêmicos para as Trilhas de Desenvolvimento do Programa Propósito de Vida (PPV) da UCB, por meio de ambiente educativo que estimule atitudes de confiança, liberdade interior, alegria e

responsabilidade social, promovendo competências socioemocionais e acadêmicas relevantes para construir o futuro que almeja. Visa também integrar o desenvolvimento regional, nacional e internacional, atuando como agente transformador.

Além disto, desde 2022, foram adotados como canais de solicitações para o cômputo das horas de AC o Portal do Estudante (GOL) e/ou a central de atendimento ao estudante, o ATENDE. Além disso, foi habilitado no Sistema Acadêmico (RM) o recurso para registro e acompanhamento de eventos acadêmicos internos, sendo que estes poderão ser previamente cadastrados e validados pelos organizadores, cujo lançamento da categoria e carga horária será realizada automaticamente.

Para regulamentar a realização, o registro e a validação das ACs no curso foi construído e aprovado em Conselho o regulamento para o cômputo das horas de Atividades Complementares nos cursos de graduação presencial da UCB.

Resumidamente as AC dividem-se em categorias, conforme descrição a seguir:

a) Atividades internas:

- Atividades desenvolvidas pela UCB no âmbito das Trilhas de Desenvolvimento do PPV, aplicáveis aos estudantes que ingressaram a partir do ano de 2021;
- Outras atividades acadêmicas promovidas pela UCB (iniciação científica, atuação no Projeto Ser+, participação em grupos de estudo/ligas acadêmicas, atuação no Programa de Monitoria, participação em atividades de representação estudantil – CAs, Atléticas, DCE, participação em eventos acadêmicos – palestras, oficinas, cursos, minicursos, seminários, congressos entre outros);

b) Atividade externas: atividades externas que contribuam para a formação acadêmica (apresentação de trabalhos, publicação científica, exposição em Mostras, cursos de atualização, estágio não-obrigatório, viagem de estudo, atuação voluntária, representação esportiva, capacitação em instituições conveniadas, cursos de línguas estrangeiras, participações em intercâmbio, entre outros).

7.9.2 Premissas das atividades complementares

Com vistas a otimizar o fluxo do processo, sugere-se a adoção das seguintes premissas:

- a) A carga horária total de ACs a ser cumprida pelo estudante é variável, a depender do curso de graduação no qual ele está matriculado e deve estar em consonância com o estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – **Anexo 1**;
- b) Na UCB, a realização e comprovação das AC como componente curricular obrigatório deve acontecer ao longo do curso, até que se alcance a carga horária prevista na Matriz Curricular, atendendo aos seguintes critérios:
 - Ao menos 60% da carga horária total do componente curricular AC deve ser cumprida em Atividades Internas, isto é, atividades promovidas pela UCB (Trilhas de Desenvolvimento do PPV ou outras atividades acadêmicas);
 - Desenvolver atividades em pelo menos 2 Trilhas ou categorias, dentre as atividades realizadas na UCB;
 - Indica-se que, para a inserção nas atividades das Trilhas, o estudante tenha cursado ou esteja cursando a primeira Unidade Curricular (UC) do Núcleo de Formação Geral e Humanística (NFGH);
 - Realizar atividades em no mínimo 02 categorias diferentes mais 01 Trilhas de Desenvolvimento do PPV;
- c) Para a categoria de Extensão, serão validadas apenas as atividades realizadas fora do escopo da Extensão Curricularizada;
- d) Só serão reconhecidas atividades relacionadas a área de conhecimento e/ou em áreas correlatas do curso de graduação do estudante;
- e) Não serão aproveitadas atividades complementares realizadas em período distinto daquele em que o estudante estiver regulamente matriculado no curso;
- f) Certificados/declarações sem discriminação de carga horária serão indeferidos para o cômputo de Atividades Complementares;
- g) Em casos de transferência externa, o estudante ingressante que não obtiver aproveitamento de alguma disciplina será analisada a possibilidade de utilizar para AC, em caso positivo, será sinalizado no próprio aproveitamento de estudos;

- h) Ao atingir a carga horária total exigida pelo curso, o sistema automaticamente fará o bloqueio de novas inserções;
- i) As solicitações devem ser registradas via Portal do Estudante ou presencialmente no ATENDE, apresentando as devidas documentações (declarações/certificados) no último ano do curso;
- j) Em casos de transferência externa, o estudante ingressante que possua certificados de eventos realizados durante a permanência na instituição de origem, poderá registrar tais certificados no último ano letivo do curso;
- k) Os certificados das atividades complementares realizadas durante o período de integralização do curso deverão ser registrados entregues para cômputo de AC no último ano letivo do curso;
- l) O prazo estipulado para a abertura da solicitação é de fevereiro a maio no primeiro semestre letivo do ano corrente e de julho a outubro para o segundo semestre letivo do ano vigente. O prazo para análise e lançamento das horas é de até 20 (vinte) dias úteis, após o registro dos certificados no sistema.

O lançamento da carga horária ocorrerá por áreas de conhecimento, conforme Quadro 05.

QUADRO 05 – Atividades Complementares – carga horária por área de conhecimento

Área	Cursos
Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde	Biomedicina, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Educação Física - Licenciatura e Bacharelado, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Gastronomia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Zootecnia, Gerontologia e Psicologia
	Medicina
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Direito
	Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Cinema e Mídias Digitais, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Design Visual, Design de Produtos, Filosofia, Fotografia, Gestão de Recursos Humanos, Jornalismo, Letras Português/Inglês, Pedagogia, Relações Internacionais e Serviço Social.
Ciências Exatas, Engenharias, Arquitetura e Tecnologia	Agronomia, Redes de Computadores, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência de Dados, Design de Interiores, Sistemas de Informação, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Software, Física, Matemática e Química.

Fonte: UCB

Apresenta-se a seguir, no Quadro 06, uma síntese das categorias das atividades complementares e sua respectiva carga horária, para cômputo e registro.

QUADRO 06 – Síntese de categorias

Categorias/Trilhas	Atividades	Horas
Apoio ao Ensino	Programa de Monitoria	Carga horária total da monitoria*
	Atividades de representação discente (Ligas Acadêmicas, CAs, Atléticas, DCE, representante de turma)	Até 50 horas
Pesquisa	Programas de Iniciação Científica	60 horas
	Atividades em Grupos de Estudos	
Extensão	Projetos de Extensão	60 horas
	Trabalho Voluntário Continuado	60 horas
	Ser+	Carga Horária total do projeto
	Participação em Empresa Júnior	100 horas
	Ação Social	10 horas de atividades por evento ou as horas do certificado
	Estágios não obrigatórios (fora do componente curricular)	100 horas
	Atividades realizadas na UCB (Semanas temáticas / Semana universitária / Jornadas Acadêmicas / Congressos/ Seminários /Simpósios / Palestras, Conferências, Aulas Magnas / Oficinas, cursos de atualização	Até 60 horas
Eventos e cursos	Atividades realizadas fora da UCB (Semanas temáticas / Semana universitária / Jornadas Acadêmicas / Congressos/ Seminários /Simpósios / Palestras, Conferências, Aulas Magnas / Oficinas, cursos de atualização	Até 60 horas
	Participação em Audiências, Julgamentos	
	Eventos culturais	
	Aprovação em disciplinas eletivas, escolhidas dentre as disciplinas oferecidas nos diversos cursos	
Trilhas de Desenvolvimento do Programa Propósito de Vida (PPV)	Liderança	Horas do certificado, com limite de 40 horas total
	Pesquisa	
	Esporte	
	Cultura	
	Espiritualidade	
	Empreendedorismo	

Fonte: UCB

7.10 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

O estágio não obrigatório é desenvolvido pelo estudante como atividade opcional, visando ao aperfeiçoamento profissional na área de conhecimento de seu curso. É considerado como atividade riquíssima sob a perspectiva de agregar conhecimento prático ao conteúdo trabalhado em sala de aula, contribuindo efetivamente para a formação profissional do estudante para o mercado de trabalho. É normatizado nas instituições cedentes pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008 que, em seu Art. 2º estabelece que:

Art. 2º. O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (BRASIL, 2008)

A UCB conta com um setor específico para tratar dos Estágios não obrigatórios, o UCB Integra, que busca ajudar o estudante na escolha de campos de estágios condizentes com seus interesses de aprofundamento e prática profissionais. Nesse sentido, o UCB Integra fomenta parcerias com empresas públicas e privadas, bem como com agentes de integração com o mercado de trabalho. As vagas de estágios e empregos são divulgadas no OL) e nos canais oficiais de comunicação com os estudantes.

A Universidade Católica de Brasília implantou um novo projeto na Instituição: a Plataforma de Carreira, cujo objetivo é oferecer aos estudantes desenvolvimento profissional totalmente integrado às melhores oportunidades de ingresso no mundo do trabalho.

A Plataforma de Carreira da UCB é um espaço exclusivo e dedicado ao estudante que busca se destacar no mundo do trabalho. Nela, é possível criar o currículo do futuro, de acordo com as competências de cada curso e fazer a orientação de carreira de maneira on-line, considerando os conhecimentos, habilidades, atitudes e potencial de empregabilidade de cada candidato.

No Curso de Ciências Contábeis o estágio não é obrigatório e é desenvolvido pelo estudante como atividade opcional, visando ao aperfeiçoamento profissional na área de conhecimento de seu curso. É considerado como atividade riquíssima sob a perspectiva de agregar conhecimento prático ao conteúdo trabalhado em sala de aula, contribuindo efetivamente para a formação profissional do estudante para o mercado de trabalho.

7.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

De acordo com as orientações das Diretrizes Curriculares Resolução CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, que norteiam a construção deste PPC, confere o Art. 2º item VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição.

Assim, não está previsto o TCC no curso, mas as práticas de elaboração de pesquisa e iniciação científica e outros que validem as atividades de aprendizagem que assegure o desenvolvimento das competências estabelecidas no perfil do egresso.

7.12 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os fundamentos das Metodologias de Aprendizagem Ativa e do uso de tecnologias educacionais com intencionalidade pedagógica são elementos importantes da filosofia educacional da UCB e figuram há muito tempo em seus documentos institucionais. Tais fundamentos consideram o estudante protagonista no processo de aprendizagem, no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco simultâneo no “conteúdo do sujeito” e no “conteúdo da matéria”. Propõe-se, assim, uma prática educativa calcada na cooperação, interatividade, e no olhar crítico, reflexivo e criativo, comprometido com a pesquisa orientada para o desenvolvimento sustentável.

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem são caracterizadas pelo protagonismo discente, com autonomia na construção de seu conhecimento e pela integração entre teoria/prática e ensino/serviço.

O estudante é estimulado a estabelecer relações entre suas experiências e os novos conceitos, com o objetivo de construir novos significados e novas relações. Estimular a autoaprendizagem reaviva a atenção do estudante, valorizando o que faz sentido real em sua vida profissional, inter-relacionando-a a diversos aspectos, como intelectual e social, por exemplo. Neste sentido, o professor atua como facilitador do processo, objetivando a aprendizagem do estudante.

Desta maneira, evidencia-se o compromisso da Universidade Católica com a dimensão humana, científica, ética, técnica e social da formação dos estudantes, desde a perspectiva de desenvolvimento de competências e habilidades, organização e planejamento da estrutura curricular, programação das atividades didáticas e da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

A concepção pedagógica fundamenta-se: no espírito crítico; na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras; na inovação; na inserção do estudante na realidade local e no seu papel como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem, que se dará em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais e práticas metodológicas inovadoras.

A integração dos saberes, a centralidade na aprendizagem, a pesquisa como eixo da estruturação curricular, a extensão como partícipe do processo de construção do conhecimento e do compromisso social e a avaliação como reflexão do ensinar e do aprender são os pontos norteadores da concepção didático-pedagógica da UCB, que se assenta no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Pretende-se, assim, oportunizar ao estudante a compreensão da sua responsabilidade pela aprendizagem no processo de ensino organizado pelo professor. Parte importante da estratégia metodológica é a adoção da concepção de aprendizagem híbrida.

A aprendizagem híbrida, ou *blended learning*, associa metodologias de aprendizagem ativa ao uso de tecnologias e estratégias da Educação a distância, alternando encontros presenciais e trabalho/estudo discente desenvolvido de forma autônoma. Um aspecto importante a se destacar é a utilização de metodologias e atividades que promovam o trabalho coletivo e colaborativo. A troca de ideias, experiências e conhecimentos qualificam o processo de ensino e ampliam o potencial de aprendizagem, além de possibilitar o desenvolvimento de importantes competências socioemocionais (trabalho em equipe, resolução de problemas,

colaboração, comunicação interpessoal, mediação de conflitos, resiliência, liderança, entre outras).

Na UCB, consideramos componentes curriculares híbridos todos aqueles cuja carga horária total seja realizada em encontros semanais de 3h/a (ou 2h/a, no caso das UC de extensão). Isto implica dizer que, para além da carga horária desenvolvida em sala de aula com o docente, o estudante deve dedicar horas de estudo e desenvolver atividades orientadas pelo docente no Plano de Ensino (nos itens pré e pós aula), a fim de cumprir a carga horária total prevista para o componente curricular. Assim, cabe ao docente a orientação para o desenvolvimento das atividades de estudo autônomo, e ao estudante a sua realização. As atividades desenvolvidas pelos estudantes de forma autônoma, por sua vez, devem ser retomadas pelo docente nas aulas presenciais, de forma a demonstrar sua integração e importância para a aprendizagem dos estudantes na disciplina.

O acompanhamento e a validação da proposta para as horas de trabalho efetivo, bem como seu registro no Plano de Ensino e no diário de classe, serão realizados no âmbito da gestão acadêmica institucional, garantindo a comprovação da integralização da carga horária da unidade curricular.

Em cada unidade curricular o docente deve, no processo de planejamento do componente curricular, o realizar a curadoria de materiais e objetos de aprendizagens disponíveis que sejam significativos para a aprendizagem discente (artigos, textos diversos, podcasts, vídeos, dentre outros recursos), e disponibilizá-los no ambiente virtual de aprendizagem. Importante considerar que estes conteúdos e atividades são complementares ao trabalho docente, e não esgotam os objetivos de aprendizagem previstos para o componente curricular.

A aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes são o foco do trabalho docente. O professor deve ter atenção especial no planejamento e na realização das práticas pedagógicas previstas a fim de que estas possam promover a aprendizagem ativa e ajudar os estudantes a desenvolver estratégias de estudo autônomo. As tecnologias educativas, o protagonismo estudantil, a aprendizagem “mão na massa”, a autoria, o engajamento, a colaboração, a criticidade e a autonomia são elementos chave do processo.

Essa iniciativa traz inúmeras vantagens. Dentre elas, possibilita:

- a. o melhor aproveitamento do tempo em sala de aula;

- b. a proposição de atividades práticas e reflexivas que conduzem à melhoria na formação dos estudantes, favorecendo a aplicação de metodologias ativas;
- c. a construção de um portfólio de atividades realizadas no semestre e organizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, propiciando a ampliação do uso das TIC.

O fundamental dessa proposta é a percepção de que se trata de uma metodologia que valoriza a autonomia e a proatividade do estudante, em sua relação com o conhecimento, com a mediação do professor que orienta e acompanha as atividades.

Dentre as Metodologias Ativas e estratégias de ensino utilizadas na Universidade destacam-se:

- Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL - *Team Based Learning*): método de aprendizagem ativo centrado no aluno, conduzido por instrutor especialista na área, utilizado para grandes classes que são divididas em grupos menores referidos como equipes. O primeiro pilar da metodologia é a formação das equipes que objetivam a maior diversidade possível e relativa uniformidade entre as equipes. As formações serão mantidas durante cada conteúdo disciplinar;
- Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL - *Problem Based Learning*): utilizada como elemento motivador para o estudo e momento de integração dos diferentes conteúdos curriculares. As áreas temáticas dos eixos apresentam abordagem interdisciplinar cujo conteúdo é organizado em situações problemas significantes, contextualizadas e do mundo real e fornecedora de fontes, guias e instruções para os aprendizes.
- Gamificação: tem como base a ação de se pensar como em um jogo, utilizando as sistemáticas e mecânicas do ato de jogar em um contexto fora de jogo. A gamificação abrange a utilização de mecanismos de jogos para a resolução de problemas e para motivação, explorando os níveis de engajamento do indivíduo para a resolução de problemas. A gamificação traz os feedbacks constantes, recompensas e a evolução relacionados aos níveis. Entre os benefícios estão o estímulo ao protagonismo, maior absorção de conteúdo e melhoria de desempenho

- Curricularização da extensão (*Service Learning*): metodologia ativa que coloca ensino e aprendizagem à serviço da comunidade, a fim de proporcionar experiências de aprendizado pragmáticas e progressivas, ao mesmo tempo que atende às necessidades da sociedade. Esta metodologia integra a vivência do ensino com atividades de extensão através da elaboração de projetos pelos alunos, promovendo o desenvolvimento dos acadêmicos por meio da aplicação prática dos conhecimentos.

Estratégias educacionais complementares podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento das competências, propostas no currículo. Exemplos de métodos complementares são Treinamentos de Habilidades (TH), Estudos de Caso (EC), Estudos Dirigidos (ED), Práticas na Comunidade (PC), Projetos em Equipe (PE), Ensino-Aprendizagem autodirigido (EAAD) e Ensino-aprendizagem em Ambientes de Trabalho (EAAT). Podem, ainda, ser utilizadas ferramentas de Educação a Distância (EaD), como fóruns virtuais e chats, disponibilizados em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Nos componentes curriculares ocorrem propostas de atividades pelos docentes aos estudantes no formato de supervisão. Ou seja, atividades práticas pelos estudantes sob a supervisão dos professores com registro obrigatório pelo professor no Plano de Ensino (atividades, critérios de avaliação e prazos de entrega) e pelo estudante no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

O fundamental dessa proposta é a percepção de que se trata de uma metodologia que valoriza a autonomia e a proatividade do estudante em sua relação com o conhecimento, com a mediação do professor que orienta e acompanha as atividades. Dentre as atividades que podem ser realizadas, citam-se: fóruns, wikis, produção de textos (resumos, resenhas, relatórios, entre outros), vídeos, experimentos em laboratórios, visitas técnicas, observação guiada, pesquisas, organização e participação de eventos, além de produtos específicos de cada uma das áreas de conhecimento dos cursos. Essas atividades privilegiam a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade uma vez que os conceitos trabalhados extrapolam os componentes curriculares e, ao mesmo tempo, fazem interconexões entre eles. O estudante aprende de forma sistêmica e não compartimentalizada.

7.13 PROGRAMA DE MONITORIA

Outra significativa estratégia de apoio aos processos de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação é a consecução do Programa de Monitoria, instituído pela Portaria nº127/99, em conformidade com o proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 em que se prevê que os “discentes da Educação superior poderão ser aproveitados nas tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.” (BRASIL, 1996).

As atividades de monitoria foram estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nas Normas e Procedimentos Acadêmicos, para os Cursos de Graduação, e consubstanciadas na Resolução 65/2007, regulamentando, norteando e assegurando as bases de execução do Programa de Monitoria, reafirmando ainda sua relevância como espaço efetivo de ensino e de aprendizagem.

O referido programa é gerido pela Coordenação Acadêmica de Graduação Presencial da UCB, onde semestralmente são publicados editais de seleção dos monitores, bem como a Portaria Institucional formalizando tal atividade.

7.14 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) representam um conjunto de recursos tecnológicos auxiliares aos processos educacionais, aos informacionais e aos comunicativos visando maior qualidade do ensino, do planejamento e da gestão. Neste contexto, o ambiente tecnológico se torna um espaço privilegiado de pesquisa, de interação e de compartilhamento, abrindo ricas possibilidades de produção de conhecimento estimulando uma postura diferenciada de professores e estudantes acarretando mudanças significativas nos processos educacionais.

Para usufruir destes benefícios professores e a estudantes devem adquirir novas habilidades, que se convergem no cotidiano das salas de aula, visando o avanço e a compreensão da importância da participação de ambos no processo de

aula-pesquisa-intervenção e na utilização das tecnologias como suporte à aprendizagem.

Aos professores é necessário demonstrar aos estudantes a relevância de aprender a aprender, incentivando-os a gerenciar o volume de informações disponíveis, principalmente avaliando sua qualidade; a trabalhar em equipe; a gerenciar o tempo e; a compreender e interpretar mensagens diversas. As aulas se transformam em processos contínuos de pesquisa e de comunicação, nos quais se dá a construção do conhecimento em um equilíbrio dinâmico entre o individual e o grupal, entre o professor-mediador e estudantes-participantes-ativos. Nessa perspectiva, o papel do professor é o de facilitador do processo de aprendizagem. Cabe a ele adotar abordagens diferenciadas que não se limitem à exposição teórica e que permitam aos estudantes migrarem do status de consumidores de conhecimento para produtores de conhecimento.

Vislumbramos uma Educação cada vez mais voltada para a pesquisa, para processos abertos de gerenciamento e soluções de problemas educacionais, no qual o grupo cooperativo cumpre um papel central, para que a autonomia e a autoria dos estudantes sejam a principal meta na aprendizagem.

Como estratégia de suporte, registro e consolidação das aprendizagens, a União Brasileira de Educação Católica (Grupo UBEC) migrou de uma plataforma AVA gratuita para o D2L *Brightspace*, um sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS, na sigla em inglês) de uma multinacional canadense presente no Brasil desde 1999. A plataforma proporciona maior previsibilidade em relação à tecnologia, maior escalabilidade e estabilidade, além da possibilidade de oferecer melhor experiência para alunos e professores com uma plataforma responsiva.

Por meio do AVA o aluno pode acessar materiais interativos, como web aulas e livros digitais, interagir com professores e demais estudantes por meio recursos de interação, que permitem a rápida localização dos agentes envolvidos no processo de formação do estudante, além de realizar avaliativas e colaborativas. Tem à disposição documentos relativos ao seu curso e às disciplinas, tais como manuais com regras avaliativas, cronogramas de interações e, principalmente, o plano de ensino da disciplina. Além disso, o aplicativo *Brightspace* Pulse permite o acesso em outros dispositivos, como smartphones e tablets.

Também é disponibilizado recursos de contas Microsoft para todos os docentes e estudantes. Esta estratégia viabiliza a continuidade, a qualificação e a

validação das aprendizagens que ocorrem na Universidade e fora dela, explorando diferentes recursos para o desenvolvimento e o engajamento do corpo discente.

Outro importante recurso disponível para os estudantes é o acesso à Minha Biblioteca, uma base de livros eletrônicos em português que oferece acesso a milhares de livros técnicos, científicos e profissionais de qualidade das principais editoras acadêmicas do país. Além das TICs que potencializam e enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, existem ferramentas que contribuem para facilitar a jornada acadêmica, oferecendo, tudo que o aluno precisa, ajudando a comunicar a este os principais marcos e acontecimentos do semestre e do seu curso. Destacamos o Portal do Aluno, por meio do software Educonnect e a Plataforma de Trabalhabilidade e Carreiras, a *Workalove*.

Em vistas a gerir as ferramentas tecnológicas e a mantê-las sempre alinhadas a eficientes preceitos metodológicos, a UBEC criou o Núcleo de Inovação e Tecnologia Educacional - NITE, para garantir à oferta de um modelo acadêmico isento de qualquer obstáculo quanto à acessibilidade tecnológica, promovendo o desenvolvimento de métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem que acolhem e incluem seus alunos nas mais diferentes necessidades.

O NITE trata-se de um ambiente voltado a criação e manutenção de tecnologias a partir de uma equipe multidisciplinar, composta por especialistas e docentes, tendo como principais atribuições: incentivar e colaborar com a inserção da tecnologia de informação e comunicação no seu Projeto Político Pedagógico; promover ações de formação continuada de professores e estudantes para uso dos recursos de forma autônoma e independente; acompanhar e avaliar os processos relacionados à inserção e inclusão das TICs; dentre outras ações.

Dessa forma, promovemos a todos as ferramentas, mas também formas de as utilizar com eficiência, garantindo um ambiente confortável e inspirador para crescimento contínuo do uso das TICs.

7.15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo educativo promovido pela UCB considera que, do ponto de vista pedagógico, cada estudante traz consigo conhecimentos prévios, concepções e percepções que devem ser consideradas no processo de aprendizagem, a qual não

pode ser vista como um produto, mas como um processo que requer e estimula competências, como as de refletir, analisar, interpretar, comparar, criar, argumentar, concluir, processar, questionar, solucionar. Nesse sentido, a avaliação deve ser aplicada como prática de retorno, de revisão de conteúdos, de visualização do erro no processo, momento especial de retomada do aprendizado e de redirecionamento da atuação de professores e estudantes.

Ao longo do curso, os mecanismos de avaliação, em coerência com as metodologias ativas utilizadas ao longo dos componentes curriculares, são dispostos na forma de avaliações teóricas e práticas, estudos de casos clínicos interdisciplinares, seminários, relatórios, outras modalidades de avaliação. A participação do estudante nas atividades também é considerada no momento da construção do seu conceito final. Além da avaliação de conteúdos específicos a cada semestre, a integração entre estes também é avaliada, visando à valorização de uma visão crítica do conhecimento.

Dessa forma, a avaliação da aprendizagem do estudante se constituirá de testes, avaliações escritas individuais teóricas ou práticas, seminários, trabalhos, projetos, desenvolvimento de produtos e outros meios que possibilitem a verificação de seu progresso ao longo de cada componente curricular. Todos os resultados parciais serão comunicados aos estudantes por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), obedecendo ao prazo máximo de até 15 dias após sua realização para que possa acompanhar seu próprio progresso ao longo do semestre.

A nota mínima para aprovação é 7,0, associada ao requisito mínimo de 75% de frequência do estudante, resguardadas as especificidades de componentes curriculares que podem ampliar tais exigências, como TCC e Estágios Supervisionados. A avaliação é descrita em notas de 0 a 10, fracionada em múltiplos de 0,1. São realizadas, no mínimo, duas avaliações diferentes ao longo do semestre, sendo uma delas avaliação individual. O peso das avaliações individuais deve representar o mínimo de 60% da nota de cada componente curricular.

No caso de componentes curriculares com conteúdo gamificado, para valorizar o engajamento dos estudantes nas atividades no AVA, os docentes devem seguir a orientação de atribuir de 10 a 30% da nota final do estudante ao seu desempenho na plataforma.

8 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO CURSO: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DO CURSO E AVALIAÇÕES EXTERNAS

Os cursos da UCB são submetidos à autoavaliação desde os anos de 1996. Ao longo de todo esse tempo, a Universidade vem desenvolvendo melhorias no processo e cuidando da relação com a comunidade interna e externa, para que melhor subsidie suas decisões estratégicas.

Com a lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), publicada em 2004, as Comissões Próprias de Avaliação (CPA) passaram a ser uma determinação e a UCB reestruturou o processo instituindo sua CPA de acordo com as determinações da regulação.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA/UCB) foi criada pela Portaria/Reitor UCB nº 154/04, de 27/5/2004 e revisada pela Resolução CONSUN nº 15/2010, de 25/6/2010. Em cumprimento ao que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a comissão é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Universidade. É integrada por profissionais e cidadãos com reconhecida capacidade e idoneidade para colaborar com a Universidade, representando os seguintes segmentos: I - Corpo Docente, II - Corpo Discente, III - Corpo Técnico-administrativo (Comunidade Universitária UCB) e IV - Sociedade Civil Organizada, sendo composta por:

- 3 representantes do Corpo Docente;
- 2 representantes do Corpo Discente;
- 3 representantes do Corpo técnico-administrativo;
- 2 representantes da Sociedade Civil Organizada.

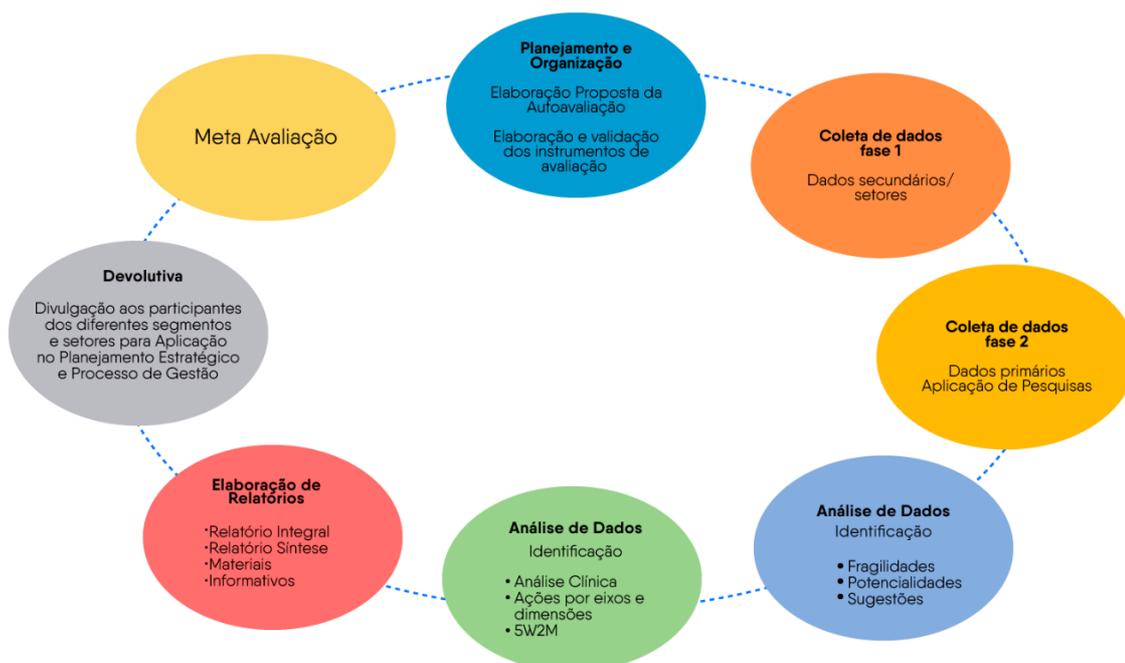
A CPA estruturou instrumentos de autoavaliação para que fossem aplicados semestralmente. Os instrumentos avaliam: os serviços terceirizados; a estrutura de apoio ao ensino (englobando infraestrutura e biblioteca) e o ensino/aprendizagem, utilizando-se de 3 modelos, um para o docente, outro para o discente e outro para técnicos administrativos. Os instrumentos vêm sendo melhorados ao longo do tempo e do desenvolvimento dos trabalhos, com reuniões da CPA e outros eventos relativos. Assim, além de atender às normas federais, orienta-se pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Planejamento Estratégico (PE) e Instrumentos Avaliativos externos, articulando aspectos políticos, estratégicos e operacionais da evolução Institucional.

A autoavaliação da UCB, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, constitui um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os sujeitos que atuam na Instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas.

Neste sentido, a autoavaliação se constitui como um processo de indução de qualidade da Instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela Instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

A Comissão Própria de Avaliação da UCB utiliza uma metodologia processual, contínua e cíclica de Autoavaliação, que busca atender às perspectivas da Universidade, ao mesmo tempo em que se mantém focada nas orientações do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES). Tal metodologia apoia-se no envolvimento de toda a comunidade, que participa fornecendo dados, recebendo a devolutiva das informações geradas pela CPA e auxiliando na análise destas, a fim de que sejam evidenciadas as potencialidades e fragilidades de cada dimensão.

FLUXOGRAMA 01 – Avaliações institucionais



Fonte: UCB

Os períodos de aplicação são amplamente divulgados para a comunidade acadêmica, por meio das redes sociais, intranet, e-mail marketing, cartazes etc., visando à participação de todos.

Após o período de aplicação, a CPA prepara o relatório e as devolutivas pelos para a comunidade interna e externa pelos mesmos canais de divulgação, além do CPA Day, momento voltado para que os setores da instituição conversem com os estudantes sobre os resultados. A CPA também se utiliza da ferramenta 5W2H, definindo as tarefas e os responsáveis por elas, de maneira seja evidenciado com clareza a necessidade, ou não, de uma mudança, e formular um plano para alcançar esse objetivo.

Outra avaliação Institucional de grande importância para os cursos de Graduação é o Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE), que tem como objetivo avaliar o desempenho do estudante em formação nos Cursos de Graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos). O SIAE está ancorado na proposta geral do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), art. 5º da lei nº10.861 de 14/04/2004, qual seja a de avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, bem como as habilidades e competências para a atualização permanente e os conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento (Portaria nº 211, art. 1º. de 22/06/2012).

Com o intuito de alcançar o melhor acompanhamento dos estudantes, o SIAE se fundamenta na proposta de uma avaliação interna, diagnóstica e integrada ao processo de ensino e de aprendizagem, numa perspectiva projetiva. É um instrumento direcionado à avaliação do desenvolvimento das competências dos estudantes em suas áreas específicas de formação, por meio da aplicação do exame para aqueles que já possuem 50% ou mais de carga horária concluída. Os resultados possibilitam a revisão da formação dos estudantes em um movimento permanente de melhoria do processo educativo.

Os cursos participam do Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE) conforme o calendário do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Como regra geral, essa avaliação deve ser priorizada em relação a outras formas de avaliação realizadas por iniciativa dos cursos.

A análise da participação dos estudantes na prova SIAE gera relatórios, entregues às Coordenações de Curso, com resultados do desempenho dos

estudantes. Esses resultados servem de apoio à gestão e visam à implementação de ações para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

Ainda é o estudante, indicado ao exame de suficiência para a prática profissional, atendendo ao Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, o CFC possui estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC nº 1.612, de 11 de fevereiro de 2021, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, e pela Resolução CFC nº 1.616, de 18 de março de 2021, que aprova seu Regimento Interno. Ressalta-se, ainda, a Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, que instituiu a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil.

9.1 FORMAS DE INGRESSO

O ingresso ao Curso, conforme consta nas Normas e Procedimentos Acadêmicos e nos Editais dos processos seletivos, poderá ocorrer por diversas formas a saber:

- Processo seletivo para acesso ao Ensino Superior: vestibular ou nota do ENEM;
- Programa Universidade para Todos (ProUni, Lei nº 11.096, 13 de janeiro de 2005);
- transferência;
- transferência *ex-officio*;
- portador de Diploma.

9.2 REGISTRO ACADÊMICO

A comunidade acadêmica, para acesso aos registros acadêmicos, está organizada em grupos/perfis, identificados por código de acesso único (RA/ID).

Os estudantes possuem acesso exclusivamente via Portal do Estudante, para informações relativas à sua Vida Acadêmica (Histórico Escolar, Declarações, Renovação de Matrícula, Dados Cadastrais etc.). Fisicamente, a documentação do estudante está arquivada em pastas suspensas, ordenadas cronologicamente pelo “Registro Acadêmico do Estudante” (RAA) regularmente matriculado ou ainda vinculado ao Curso, além de compor o acervo digital da Secretaria Acadêmica. A Documentação dos Estudantes Formados, Desligados e ou Cancelados, estão armazenadas em envelopes numerados e caixas do tipo “Box”. O acesso a este acervo é restrito.

Os professores contam com os recursos do Portal Institucional para o relacionamento com as suas turmas durante o período letivo e realização dos registros de acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem. Pelo Portal o docente registra a frequência, as atividades realizadas com as turmas, e lança os

resultados finais. No AVA e por meio de outros recursos tecnológicos os professores podem entrar em contato com a turma e enviar material de apoio à aprendizagem.

Os gestores (Coordenadores) acessam o sistema e possuem permissões para consulta às informações acadêmicas do Curso para análise e validação de diferentes processos acadêmicos como o aproveitamento de disciplinas, análise de proficiência, revisão de notas, entre outros.

Funcionários administrativos lotados na Secretaria Acadêmica, no Atende ou áreas estratégicas da instituição também têm acesso às ferramentas e relatórios do Sistema, conforme perfil, para consulta de dados, orientação aos discentes e andamento de processos acadêmicos, sempre orientados pelas diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

9.3 APOIO E ATENÇÃO AO DISCENTE

A proposta Institucional da Universidade Católica de Brasília visa proporcionar ao discente a atenção e o apoio necessários ao acesso a uma trajetória acadêmica de aprendizado representada numa formação profissional integral e ética. Para tanto reforça seu compromisso com práticas educacionais e assistenciais que fomentam o acolhimento, a inclusão, o cuidado e o humanismo solidário. As atividades configuradas para promoção da inclusão e atenção aos discentes visam ainda o fortalecimento de redes, pessoais e institucionais, de forma a fomentar a qualidade das relações interpessoais e coletivas para além do espaço universitário.

Para isso a UCB investe na configuração e funcionamento do Núcleo de Inclusão e Orientação Psicopedagógica (NIOP), estruturado para oferecer a experiência da vivência acadêmica de forma produtiva e interativa, proporcionando a formação integral dos estudantes.

O Núcleo está estruturado para a oferta de ações de acolhimento e acompanhamento de estudantes que identificam desafios de natureza psicopedagógica, proporcionando espaços coletivos e/ou individuais para atividades de orientação pedagógica e reorientação profissional, que visam contribuir para um melhor aproveitamento acadêmico.

As atividades do Núcleo estão organizadas e direcionadas de forma a proporcionar uma rotina de avaliação, acompanhamento e enfrentamento de

possíveis dificuldades que se apresentem ao processo de ensino-aprendizagem, em especial ocorrências que comprometam ou inviabilizem a aquisição de novos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências a serem desenvolvidas na formação discente.

O Núcleo oferece ainda uma atenção diferenciada e proporcional aos estudantes que, em situação de deficiência e/ou vulnerabilidade necessitam de estratégias específicas de acessibilidade, seja esta de natureza comunicacional, metodológica, digital, instrumental etc.

O Núcleo conta com uma equipe multidisciplinar e qualificada, e visa com isso ofertar atividades e serviços de atenção e acompanhamento de discentes, com o objetivo de avaliar conjuntamente suas dificuldades, em especial as de natureza acadêmica. A partir da identificação e mapeamento de situações que podem comprometer e/ou impossibilitar o processo de ensino-aprendizagem é possível traçar estratégias de intervenção e acompanhamento que possam assegurar o desenvolvimento profissional e pessoal discente, assim como qualificar as práticas docentes.

As ações executadas no contexto do NIOP podem se configurar em atividades individuais ou coletivas de apoio e orientação psicopedagógicas, assim como atividades de promoção de saúde e de fortalecimento das práticas educacionais, como a realização de oficinas pedagógicas, rodas de conversa, intervenções psicossociais, dentre outros. Tais atividades têm por objetivo a melhoria do desempenho acadêmico, social e emocional da comunidade acadêmica em geral, podendo contar para isso com membros da comunidade acadêmica mediante articulações institucionais assim como com parcerias externas.

Considerando ainda que o apoio discente, no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, exige a articulação com os docentes responsáveis pelo acolhimento a tais estudantes, o NIOP tem ainda como finalidade a oferta de suporte e assessoria ao corpo docente em práticas pedagógicas inclusivas. Esse suporte pode ser ofertado por meio de orientações e sugestões de estratégias de adequações pedagógicas, com a finalidade de acompanhar a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais diferenciadas.

A Universidade Católica de Brasília reforça seu compromisso com a implementação de políticas de inclusão e acessibilidade ao estabelecer, conforme previsto na Lei 13.146/2015, que os projetos pedagógicos dos diversos cursos

contemplem de forma Institucional a garantia do acesso ao atendimento educacional especializado. Esse atendimento, representado nos diferentes serviços ofertados pelo Núcleo de Inclusão e Orientação Psicopedagógica, visa organizar e proporcionar as adaptações necessárias para atendimento dos discentes com algum tipo de deficiência ou necessidade educacional diferenciada, de forma a garantir “o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia” (BRASIL, 2015).

Cumprir registrar que as estratégias de acessibilidade implementadas pelo Núcleo junto aos diferentes setores da Universidade são configuradas a partir do entendimento e definição da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que assegura que “pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Sendo assim, toda a proposta de acompanhamento e adaptações razoáveis e necessárias é configurada pela equipe do Núcleo, em parceria com os respectivos discentes, de forma a assegurar sua participação ativa em todo o processo, reforçando com isso a necessidade do fomento a sua autonomia e participação ativa. Nesse sentido, o Núcleo trabalha em prol das necessidades e recursos identificados pela equipe multidisciplinar juntamente com o discente, sendo as estratégias periodicamente reavaliadas a partir dos resultados, assim como desafios encontrados.

O objetivo inicial do Núcleo é o de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos em todas as atividades que compõem o seu processo de ensino aprendizagem. É imprescindível como estratégia de fomento à autonomia que a própria pessoa com deficiência, neste caso o discente, indique o que é relevante para a acessibilidade com base em sua experiência. A razoabilidade das adaptações necessárias deve estar diretamente vinculada ao atendimento das necessidades específicas da pessoa com deficiência.

Em linhas gerais, é importante que as ações do NIOP visem assegurar estratégias e serviços que ofereçam condições de acessibilidade considerando o princípio da acessibilidade como as ações que garantam a igualdade de direitos e a

equidade de oportunidade às pessoas com deficiência. Para tanto é fundamental que as ações de acessibilidade contemplem os seguintes aspectos:

- acessibilidade instrumental: tem por objetivo assegurar o acesso aos diferentes recursos de tecnologia assistiva considerando a avaliação prévia das necessidades de cada discente acompanhado pelo Núcleo. A utilização de tais recursos assistivos, assim como das adaptações necessárias visam tão somente reduzir ao máximo as dificuldades de acesso a ferramentas e instrumentos de estudo, trabalho e interação sociocultural para o discente no contexto da rotina acadêmica;
- acessibilidade metodológica: as intervenções e o suporte ofertados aos docentes em suas respectivas práticas pedagógicas visam garantir esse tipo de acessibilidade aos discentes, considerando a necessidade de adaptação de metodologias de ensino, práticas laborais e atividades comunitárias, de forma a assegurar a participação ativa e formativa de todos os discentes envolvidos em cada componente curricular;
- acessibilidade digital: sempre que necessário e conforme o princípio da razoabilidade, a instituição têm por responsabilidade viabilizar o acesso dos discentes aos recursos e ferramentas tecnológicas e físicas e que envolvam o uso de equipamentos, seja proporcionando as adaptações necessárias e/ou oferecendo alternativas compatíveis;
- acessibilidade atitudinal: inclui ações de fomento à diversidade e à inclusão como estratégias de enfrentamento de atitudes estereotipadas e preconceituosas que possam comprometer a qualidade das interações interpessoais e institucionais no contexto da vida acadêmica dos discentes em geral. A qualidade da vida acadêmica está diretamente relacionada a um ambiente Institucional que fomente a solidariedade, a fraternidade e a comunhão entre os diferentes;
- acessibilidade comunicacional: apoio à implementação de ações que utilizem e reforcem diferentes estratégias de fomento à comunicação, com o uso de linguagens diversificadas, claras e acessíveis. Tais ações favorecem o acesso às informações compartilhadas, assim como a interação com as mesmas e a devida contribuição para a formação integral de todos os membros da comunidade acadêmica;

- acessibilidade arquitetônica: Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos;
- acessibilidade pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Dentre as várias ações de acessibilidade desenvolvidas no âmbito do NIOP é possível identificar: a organização e preparação da infraestrutura logística e física junto aos demais setores e serviços da Universidade, de forma a assegurar e disponibilizar o apoio necessário quando de ações específicas, bem como promover conhecimentos sobre acessibilidade.

A adequação curricular deverá ser produzida de forma individual a partir da configuração e avaliação das necessidades educacionais diferenciadas, apresentadas pelo estudante e em consonância com a avaliação da equipe técnica do NIOP, da participação de docentes e Coordenação do respectivo Curso ao qual o estudante esteja vinculado, e dos recursos institucionais disponíveis.

Em linhas gerais, a adequação a ser proposta e organizada pelo NIOP com os estudantes com necessidades educacionais diferenciadas deverá contemplar duas grandes referências, entendendo que as adequações se caracterizam como respostas educacionais de enfrentamento às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes. Podem ser caracterizadas com adequações pontuais e transitórias aplicadas a situações cotidianas do cenário universitário, ou exigir recursos diferenciados e/ou de longo alcance frente a dificuldades mais intensas e persistentes.

Em linhas gerais os objetivos da adequação curricular devem compreender um processo de “planificação pedagógica” (BRASIL, 2003) a partir da avaliação conjunta da equipe técnica com os estudantes e os respectivos docentes e coordenações de curso de forma a conjuntamente definirem claramente:

- o que o aluno deve aprender;
- como e quando aprender;
- a identificação das formas de organização de ensino mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- como e quando avaliar o estudante.

Os pontos de partida para essa avaliação e conseqüente proposição das adequações curriculares necessárias serão: o Projeto Pedagógico do respectivo curso ao qual o estudante está vinculado, assim como as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação profissional correspondente. As adequações curriculares deverão ser propostas e operacionalizadas a partir da interação entre as necessidades do estudante e os recursos e possibilidades institucionais disponíveis e indicadas pela equipe técnica do NIOP. Essa adequação pode ser progressiva e regular tendo como finalidade o favorecimento da promoção de autonomia e independência do estudante frente ao seu processo de aprendizagem e a sua formação profissional.

Cumprido destacar que as ações de inclusão e atenção ao discente realizadas pelo Núcleo visam contemplar os discentes durante toda a sua trajetória acadêmica. O acompanhamento deve ser feito durante todo curso, mediante a formalização do cadastro discente junto ao NIOP e a apresentação de laudo/relatório médico atualizado (com validade de 1 ano, exceto em casos de deficiências sensoriais e físicas).

A partir do cadastro formal do discente junto ao Núcleo os respectivos Coordenadores(as) e docentes que acompanham semestralmente os discentes em seus cursos e disciplinas são informados sobre as necessidades educacionais desses estudantes. O informe visa orientar e acompanhar os docentes na necessidade de adequação e adaptação de suas respectivas práticas pedagógicas de tal forma a assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

É fundamental que estratégias de acompanhamento e avaliação da implementação e fomento às diferentes ações de acessibilidade citadas sejam realizadas com a regularidade necessária para garantir a qualidade nos serviços prestados, e/ou os ajustes necessários. Reforçando sempre que possível a necessidade do desenvolvimento da consciência inclusiva na Universidade e para além dela.

Além do NIOP, a UCB disponibiliza para a comunidade acadêmica outros serviços que visam acolher, e dar apoio e atenção ao discente de maneira a viabilizar uma vida acadêmica que lhe permita explorar todo seu potencial, e cujo foco seja de fato a formação integral desse estudante.

A própria concepção pedagógica dos cursos contribui para que o estudante receba toda a atenção de que necessita logo ao chegar à Universidade. Os componentes curriculares nos primeiros semestres trazem em sua gênese a proposta de que o estudante será acolhido em um contexto diferenciado de estudo, que é a Educação Superior e, dessa forma, terá uma visão do que é Universidade e condições de compreender os sentidos da formação acadêmica, ambientando no espaço da Universidade e conhecendo as melhores práticas de comunicação no meio acadêmico.

O estudante é, ainda, estimulado a participar de eventos internos e externos e de projetos de pesquisa e/ou extensão que irão compor sua formação acadêmica como componente curricular, tendo carga horária reconhecida para a integralização de seu curso. Eventos e atividades acadêmicas de relevância são divulgados pelos cursos a seus estudantes, bem como as possibilidades de intercâmbio.

No que tange ao processo de intercâmbio, os cursos contam com o apoio da Assessoria de Desenvolvimento Institucional, que tem como missão estimular o processo de internacionalização da Universidade Católica de Brasília. O estudante participante de tais programas é beneficiado com a isenção de taxas escolares durante sua permanência no exterior. Outro instrumento de estímulo para a participação dos estudantes em ações de mobilidade internacional é a oferta de bolsas de estudo em parceria com instituições conveniadas à UCB.

A UCB conta também com o Projeto de Relacionamento Estudantil (PRELEST) tem por objetivo contribuir para a articulação e formação política e cidadã dos estudantes, em uma perspectiva de fortalecer o movimento estudantil na UCB, através de projetos de formação, de espaço de diálogo e reflexão sobre as questões fundamentais que envolvem a Educação Superior e a Universidade, tendo em vista uma Educação de qualidade e o protagonismo juvenil. O PRELEST apoia e acompanha as ações das entidades estudantis: Centros e Diretórios Acadêmicos, Ligas Acadêmicas e Associações Atléticas. A Pró-Reitoria Acadêmica e os cursos são responsáveis pelo suporte às ações de mobilização e representação estudantil.

Os Centros e Diretórios Acadêmicos tratam dos interesses; apresentam e discutem ideias; reúnem os estudantes; solucionam problemas; reivindicam direitos, realizam acolhimentos aos calouros e podem promover eventos em parceria com a coordenação dos cursos.

As Ligas Acadêmicas são constituídas por meio de grupos de estudantes com interesse acadêmico comum que se reúnem para realizar atividades práticas e teóricas sobre um Tema ou Unidade Curricular do curso de origem, sob supervisão de um ou mais docentes da UCB. As ações consistem em criar grupos de estudos; organizar e ofertar palestras, minicursos e ações solidárias, em consonância com a coordenação dos cursos.

Outra modalidade de agremiações são as Associações Esportivas, conhecidas como Atléticas, formadas por grupos de estudantes atletas, organizadas por curso ou universidade, sob a liderança da Liga Geral da UCB. A Liga Geral tem o objetivo de acompanhar, orientar e apoiar às associações atléticas da UCB nas atividades esportivas e encaminhamentos às autoridades. Já as Atléticas fomentam o esporte no âmbito dos cursos e da Universidade, promovem a participação dos estudantes em jogos universitários e selecionam equipes de diversas modalidades.

Todos os cursos de Graduação da UCB elegem representantes de semestre, buscando promover a escuta ativa dos seus estudantes. A representação de semestre é exercida, única e exclusivamente, em ambientes acadêmicos da UCB. A UCB destaca de modo específico, as seguintes contribuições da função de representante de semestre:

- a) permitir a participação do corpo discente, de maneira mais intensa, no processo acadêmico;
- b) viabilizar a representação os alunos junto à Coordenação de Curso e aos outros setores da UCB, por delegação do coordenador;
- c) ampliar e facilitar a comunicação entre o corpo discente e os docentes, coordenação e direção.

Em relação ao acompanhamento de egressos, a Universidade Católica de Brasília segue os princípios de relacionamento continuado e de parceria pedagógica estratégica. O princípio de relacionamento continuado (PRC) refere-se ao postulado de que o acompanhamento dos egressos é apenas uma das etapas de um processo ou sistema de relacionamentos da Instituição. Esse processo ou sistema inicia-se ainda antes da entrada do estudante na UCB, na parceria entre Escolas de Educação Básica e os Cursos. A segunda etapa dá-se quando da passagem do estudante pela instituição. A terceira consiste na oferta de serviço de apoio dado especificamente aos estudantes da Graduação, atendendo às especificidades de cada um deles. Por fim, a última etapa do processo de relacionamento continuado consiste no

acompanhamento dos egressos, por meio da manutenção de vínculo com a Universidade.

O princípio de Parceria Pedagógica Estratégica (PPE) é referente ao postulado de que o protagonismo do estudante (preconizado pelos fundamentos das metodologias de aprendizagem ativa) não é interrompido ou finalizado com a cerimônia de colação de grau. Na UCB, os egressos são concebidos e tratados como um rico cabedal de conhecimentos sobre a Universidade e seus cursos, sobre o mercado de trabalho e as demandas da sociedade, e sobre os diferentes setores da economia nos quais os egressos estão diretamente inseridos e atuando.

Pelas razões acima, o capital de conhecimento dos egressos é tido na UCB como insumo fundamental para retroalimentar o seu sistema de ensino e de aprendizagem e para o repensar de suas práticas didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão. Desse modo, os egressos são vistos não como “ex-estudantes”. Para muito além disso, são tidos como “parceiros” privilegiados da Instituição, a qual beneficiam e por meio da qual são beneficiados.

A operacionalização da política de acompanhamento de egressos dos cursos de Graduação da UCB se dá por meio de quatro canais ou ferramentas:

a) Encontros e participações de egressos e concluintes em atividades dos Cursos – estimulados Institucionalmente, promovendo entre os estudantes do curso a divulgação e a troca de experiência com profissionais egressos de destaque no mercado de trabalho, por um lado, e fortalecendo o vínculo e favorecendo a formação continuada, por outro;

b) A Universidade Católica de Brasília objetiva formar um profissional capaz de organizar e dirigir o conjunto de atividades relativo à Contabilidade de quaisquer tipos de entidades, ou seja, privadas, governamentais ou não governamentais. Para tanto, o perfil profissional almejado contempla conhecimentos, interdisciplinares, multidisciplinares, transdisciplinares, e vivência das rotinas do mercado local, regional, nacional e internacional.

O egresso deve ser capaz de planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as funções contábeis, orientando suas ações segundo as exigências legais e éticas. Deve estar familiarizado com as modernas práticas contábeis relacionadas com o mercado de trabalho, atuando na função de gerenciador de sistemas de suporte ao processo de tomada de decisão dos usuários, sejam internos ou externos à organização. Para tanto, será necessário possuir o domínio da tecnologia de informação aplicada à área contábil.

Deverá ser capaz de fornecer informações de natureza econômica, financeira, patrimonial, física e de produtividade, e participar do processo de gestão das entidades, públicas ou privadas, avaliando e comparando os resultados reais com os planejados, de forma a possibilitar a correção de erros, distorções ou desvios, por meio do estudo, registro, análise e controle do patrimônio e suas variações, e do acompanhamento das execuções operacionais.

Para atender a esses requisitos básicos, o Curso de Ciências Contábeis apresenta uma estrutura curricular que objetiva garantir um atualizado e eficiente embasamento teórico, científico e prático, aliado à utilização de tecnologias avançadas e ao desenvolvimento de metodologias inovadoras para dotar o profissional de uma visão sistêmica empresarial e de conhecimento sobre os principais enfoques necessários para uma atuação eficiente e eficaz das organizações.

O egresso poderá atuar como profissional liberal nas áreas de consultoria gerencial e tributária, execução contábil, auditoria e planejamento financeiro, perícia contábil, para organizações privadas ou públicas. Poderá exercer cargos afetos a área de contabilidade em organizações públicas, tais como, contador público, fiscal de rendas estadual ou federal, auditor fiscal federal. Também, poderá lecionar em instituições que requeiram o domínio e experiência na área.

Verifica-se, pois, que a Contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades de atuação profissional para o egresso. O estudante de Contabilidade, ao se formar, terá inúmeras alternativas, entre as quais podemos citar, resumidamente, as seguintes:

1) Na empresa:

- Planejador Tributário: orientador dos processos tributários/ICMS/IR e outros, bem como o especialista nas fusões, incorporações e cisões.

- Analista: de crédito, desempenho, mercado de capitais, investimentos, custos.

- Contador Geral: poderá especializar-se em Contabilidade Rural, de Hospitais, Fiscal, Imobiliária, Hoteleira, Industrial, Securitária, de Condomínio, Comercial, de Empresas Transportadoras, Bancária, Pública, de Entidades sem Fins Lucrativos, de Empresas de Turismo, de Empresas Mineradoras, de Cooperativas.

- Cargos Administrativos: área financeira, comércio exterior, CIO (Chief Information Officer), executivo, logística.

- Auditoria de Sistema, Auditoria de Gestão, Controle Interno.

- Contador de Custo: custos de empresas prestadoras de serviços, custos industriais, análise de custos, orçamentos, custos do serviço público.

- Contador Gerencial: Controladoria, Contabilidade Internacional, Contabilidade Ambiental, Contabilidade Estratégica, Controladoria Estratégica, Balanço Social, Accountability.

- Atuário: Contador que se especializa em Previdência Privada, Pública e de Seguros.

2) Independente (autônomo):

- Auditor Independente: Especialização em Sistemas, Tributos e Custos.

- Consultor: Expert em avaliação de empresas, tributos, comércio exterior, informática, sistemas de custos, controladoria, qualidade total, planejamento estratégico, orçamento.

- Escritório de contabilidade, serviços fiscais, departamento pessoal, centro de treinamento.

- Perito Contábil: perícia contábil, judicial, fiscal e extrajudicial.

- Investigador de Fraude: detectar fraudes em empresas privadas.

3) No ensino:

- Professor: cursos técnicos, cursos especiais *in company*, concursos públicos, carreira acadêmica (mestre e doutor).

- Pesquisador: pesquisa autônoma (recursos FAPESP, CNPq, empresas), Fundações de Pesquisa (FAPESP, FIA, FINEP), pesquisa para sindicatos, instituições de ensino, órgãos de classe.

- Escritor: há revistas, boletins que remuneram os escassos escritores contábeis, livros didáticos e técnicos, articulista contábil, financeiro, tributário para jornais, revisão de livros;

- Parecerista: docente e pesquisador com currículo notável. Parecer sobre laudo pericial, causa judicial envolvendo empresas, avaliação de empresas, questões contábeis de diversas ordens.

- Conferencista: palestra em instituições de ensino superior ou não, empresas, convenções, seminários e congressos.

d) Órgão Público:

- Contador Público: gerenciar as finanças dos órgãos públicos.

- Agente Fiscal de Rendas: Agente Fiscal de Municípios, Estado e União.

- Diversos Concursos de Contabilidade: Controlador de Arrecadação, Contador do Ministério Público da União, Fiscal do Ministério do Trabalho, INSS, Banco Central, Analista de Finanças e Controle (carreira de orçamento), Perito da Polícia Federal.

- Tribunais de Contas (Federal e Estaduais): Controladoria, Fiscalização, Parecerista, Analista Contábil, Auditoria Pública, Contabilidade Orçamentária;

- Oficial Contador: Policial Militar, Oficial das Forças Armadas (Contador e Auditor com patente de Oficial).

Deve possuir qualidades necessárias para saber lidar com pessoas, ter poder de síntese, habilidade gerencial, senso de observação, visão filosófica e estratégica da organização, superando os desafios e adquirindo competências para o exercício profissional, aplicando os conhecimentos específicos.

O egresso deverá ser prático, conciso, dinâmico, inovador, criativo, informante, crítico, aberto para a aprendizagem contínua, inter e multidisciplinar, agindo em consonância com os processos de transformações pelos quais passam as organizações sociais modernas.

Finalmente, atualizar-se continuamente de forma a acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas, de forma a poder prever, planejar, executar, controlar e oferecer a resposta adequada a cada nova situação.

O Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília, por ter o seu eixo epistemológico definido como generalista, evidentemente, não prepara o estudante para atuar em cada uma das possibilidades elencadas em linhas volvidas. Aliás, nenhum curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do país tem condições para isso. Porém, o curso é conduzido de maneira conscientizar o aluno sobre a necessidade de aprender autonomamente, para que possa adaptar-se às necessidades que se apresentarem em sua vida. A percepção do conhecimento que perpassa o eixo epistemológico do curso é a de que a autonomia do estudante advém de sua habilidade de pesquisa. A preparação do estudante para a pesquisa é um forte componente metodológico presente no curso, desde o primeiro semestre.

c) A Agremiação de Egressos e Concluintes dá-se no âmbito do Curso. A agremiação tem estatuto próprio. Cada agremiação tem por objetivo principal congregar estudantes concluintes, egressos e apoiadores do Curso.

9.4 OUVIDORIA

Outro serviço de apoio que merece destaque é a Ouvidoria, uma instância de constante diálogo com a comunidade acadêmica, recebendo e encaminhando para

soluções as manifestações desta. Cabe à Ouvidoria administrar com independência, imparcialidade e autonomia toda a demanda do setor, dialogando constantemente com os demais gestores, tanto da área acadêmica quanto da administrativa e outros agentes externos na busca de respostas e soluções às questões que lhe são formuladas.

9.5 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Segundo a legislação brasileira, o termo acessibilidade é definido como “possibilidade e condição de alcance para utilização, como segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência” (BRASIL, 1994).

A partir dessa definição, pode-se considerar que um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a seus usuários. Sabe-se que a dificuldade de acesso não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas, pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual, mas também àqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como idade, gravidez e lactantes.

Semestralmente, são verificadas as condições de acessibilidade dos espaços de uso e passagens de áreas livres da UCB, seguindo orientações das normas de acessibilidade NBR 90/50. Isso contribui para que os setores específicos que cuidam da infraestrutura façam a manutenção adequada das rotas de passagens da pessoa com deficiência física, por exemplo, ou para a verificação e ajuste de qualquer barreira nas edificações e mobiliário.

A Universidade Católica de Brasília atende aos critérios de acessibilidade especificados na Portaria Federal Nº 3.284/2003 e do Decreto 6581/08, possibilitando ao estudante, ao colaborador e ao público com deficiência, autonomia nos espaços de aprendizagem, de atendimento ao público e nas demais áreas do espaço acadêmico.

Em atendimento a essa demanda por inclusão e permanência de seus estudantes, a UCB oferece inúmeras ações, criando as condições para que todos usufruam em plenitude de todas as oportunidades de aprendizagem e formação. Os “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação *in loco* do

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (BRASIL, 2013, p. 36-39) apresentam um quadro síntese com o espectro de acessibilidade, sua definição e prática/exemplos relacionados às IES, o qual reproduzimos abaixo, indicando as ações realizadas Institucionalmente para atender aos requisitos legais previstos no documento em epígrafe:

QUADRO 07 – Acessibilidade

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
Acessibilidade atitudinal	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.	<p>A UCB investe constantemente em sua infraestrutura para o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, em campanhas que tratam da diversidade, e em programas e projetos de extensão que atendam à comunidade interna e externa, promovendo, dessa forma, uma convivência saudável e respeitosa entre seus diversos atores sociais.</p> <p>Há uma evidente preocupação Institucional com a formação de valores em seus estudantes. O cuidado e o acolhimento com vistas à inclusão antecedem à chegada do estudante à instituição que recebe tratamento diferenciado desde o processo seletivo seja na oferta de ambiente adequado, no acompanhamento profissional quando da realização da prova, nos recursos físicos para acesso à avaliação até a correção das provas.</p> <p>Toda a comunicação com a sociedade, por meio de seu portal, oferece condições de acessibilidade visual. Em as palestras abertas ao público interno e externo contam com intérpretes de LIBRAS e acessibilidade física em seus ambientes.</p>

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		A UCB também atende à legislação no que diz respeito à contratação de profissionais com deficiência.
Acessibilidade arquitetônica	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.	O espaço físico da UCB foi projetado para atender a diferentes necessidades de sua comunidade acadêmica, contando com: <ul style="list-style-type: none"> - rampas de acesso em vários pontos da área externa da Universidade e, na área interna dos edifícios, rampas ou elevadores, possibilitando a circulação; - vagas nos estacionamentos próximas às rampas e porta de acesso aos blocos, que permitem o embarque e desembarque de pessoas em condição de mobilidade reduzida; - adaptações dos banheiros estão de acordo com as exigências arquitetônicas de acessibilidade. Há adaptações nas bancadas (lavabos), algumas portas são de estilo sanfonadas (PVC), o que permite o acesso de cadeiras de rodas; as barras de apoio encontram-se fixadas à parede; o vaso sanitário é de modelo comum com altura adaptada; e há espaço condizente para locomoção das cadeiras de rodas; - existem bebedouros adaptados na área de circulação interna e telefones públicos em todos os blocos e uma unidade de telefone público próprio para deficientes auditivos (TDD); - há também mobiliário adaptado nas salas de aula.
Acessibilidade pedagógica	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à	Os estudantes da UCB com deficiências são encaminhados atendidos e recebem a apoio e

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
	concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.	orientação inclusiva realizada por profissionais, contando com tratamento acolhedor e especializado. A eles são disponibilizados: acesso a <i>Softwares</i> que facilitam o acesso à informação; intérpretes de LIBRAS; leitores e transcritores; entre serviços e apoios outros. Os professores e coordenadores de curso são orientados sobre o atendimento a ser dado ao estudante, criando uma rede de atendimento de qualidade que contribua efetivamente para a sua aprendizagem. O atendimento inclusivo na UCB desenvolveu materiais informativos e orientações específicas ao docente que recebe em sua turma o estudante com deficiência, além de desenvolver oficinas e atividades formativas que são realizadas nas semanas e jornadas pedagógicas realizadas semestralmente. Com isso, pretende-se ampliar os conhecimentos do docente acerca do processo de adaptação curricular e do atendimento aos estudantes com deficiência e distúrbios de aprendizagem.
Acessibilidade Programática	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).	A UCB promove processos de sensibilização como a inclusão componentes curriculares específicos institucionais para a formação dos estudantes, como: LIBRAS e outras unidades curriculares de formação geral e humanística, além de diferentes ações que tratam do respeito à

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		diversidade, às relações étnico-raciais e de gênero, etc. Ademais, promove recorrentemente eventos de conscientização e informação sobre as temáticas da inclusão e os direitos que vão sendo paulatinamente agregados a essa população. Cuida ainda dos estudantes que chegam com dificuldades advindas da formação precária ao ofertar como mecanismos de nivelamento, e monitorias.
Acessibilidade nas comunicações	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).	A UCB conta com a presença de intérpretes e letores na sala de aula, em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade. Investe na acessibilidade às formas digitais de comunicação com a comunidade interna e externa.
Acessibilidade digital	Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.	A UCB promove todas as condições para que os recursos digitais para facilitar a aprendizagem do estudante sejam disponibilizados de forma fácil e rápida. No portal da UCB, evidenciam-se as condições de acessibilidade visual, como aumento de fonte, alteração de cor. Os estudantes também recebem suporte técnico para utilização plena dos recursos digitais no AVA, os quais são adaptados de acordo com a necessidade e realidade do estudante. Para os estudantes com deficiência visual, os recursos oferecidos são: <i>scanner</i> acoplado ao computador, régua de leitura, kit de escrita Braille com prancheta, reglete, punção e

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		folhas Braille; digitalização de textos; leitor e transcritor; impressão em Braille em parceria com a Biblioteca Braille de Taguatinga – Dorina Nowill. Está ainda disponível, no Sistema de Biblioteca da UCB, o total geral de 203 exemplares em Braille (coleções de livros, periódicos e folhetos). Em audiolivros, são 144 gerais de títulos e 198 exemplares.

Fonte: UCB

Como se pode constatar, a UCB, em conformidade com os “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (2013, p. 5), contribui efetivamente para “materializar os princípios da inclusão educacional que implicam assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes”.

10 GESTÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

10.1 PERFIL DA COORDENAÇÃO DE CURSO

O delineamento atual do PPI da UCB conduz a um perfil de gestor que, para além de acompanhar, possa atuar de modo crítico e proativo na condução do grupo de pessoas, no processo de formação e na busca de soluções para os desafios que se apresentam. A gestão dos cursos é realizada pelo coordenador do curso com apoio de assessores pedagógicos cujas atribuições estão descritas no Regulamento Geral da Graduação.

A coordenação do Curso Superior de Administração possui a responsabilidade de gerenciar as principais atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito de seu curso, de acordo com as diretrizes emanadas do Colegiado de Curso, do Núcleo Docente Estruturante e dos Colegiados Superiores. Suas principais atribuições estão determinadas regimentalmente, conforme descrito no Art. 25 do Regimento Geral, do qual se destacam:

- I - gerenciar o planejamento das atividades acadêmicas e administrativas do curso ou programa em acordo com as orientações da Escola na qual está inserido e executá-las com a colaboração dos professores;
- II - elaborar o plano de atividades do Curso ou Programa e encaminhá-lo ao respectivo Colegiado;
- III - elaborar, com o apoio dos órgãos de suporte, nos casos dos cursos o PPC e no caso dos Programas as linhas de Pesquisa com ênfase na Excelência Acadêmica segundo os critérios do SINAES e da CAPES;
- IV - zelar pela necessidade de suporte associada à qualidade do processo de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento da pesquisa e extensão;
- V - controlar a execução das ordenações do regime escolar acadêmico bem como dos registros de desempenho discentes;
- VI - acompanhar o desenvolvimento integral discente;

VII - implantar medidas corretivas e demandas identificadas nas avaliações externas e internas;

VIII - coordenar a execução orçamentária propondo melhorias e ajustes, se for o caso;

IX - analisar e emitir parecer sobre a situação econômico-financeira do curso ou programa e propor melhorias;

X - identificar e propor convênios ou acordos com instituições públicas e/ou privadas com vistas a parcerias institucionais estratégicas para o desenvolvimento do Curso ou Programa;

XI - empenhar-se no processo de admissão e retenção de professores e pesquisadores, no âmbito do curso ou programa, para que sejam capacitados e identificados com a missão institucional;

XII - desenvolver no Curso ou Programa um clima de aprendizagem dinâmica e de harmonia e integração entre ensino, pesquisa e extensão em consonância com as orientações da Escola e da Universidade;

XIII - convocar e presidir as reuniões do Conselho do Curso e NDE, ou Colegiado do Programa, com direito a voto, inclusive o de qualidade;

XIV - exercer a ação disciplinar no âmbito do Curso ou Programa e responder por abuso ou omissão;

XV - representar o Curso ou Programa do âmbito de suas atribuições.

O coordenador do curso, no uso de suas atribuições, realizará a sua gestão por meio de um plano de ação no qual contemplará todo o processo de integração e melhoria das atividades docentes e atividades referentes ao curso. O coordenador também passará por avaliações de desempenho, a fim de assegurar a qualidade da gestão dele.

Considerando a qualidade do trabalho do coordenador de curso, em uma Análise sistêmica e global, bem como os aspectos da gestão do curso, relação com os docentes, discentes, equipe multidisciplinar e representatividade nos colegiados superiores, o regime de trabalho da Coordenação de Curso é integral.

Atualmente, a coordenação do curso é exercida pela professora M.Sc. Ana Cristina Coelho Barroso Fernandes, bacharel em Ciências Econômicas e Administração, Pós-graduada em Marketing Empresarial, Mestre em Administração com foco em Gestão do Conhecimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR.

10.2 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Programa de Avaliação Institucional, a avaliação do curso de Ciências Contábeis da UCB é periódica e continuamente avaliado por meio dos instrumentos internos (avaliações realizadas pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA e Sistema Interno de Avaliação do Estudante - SIAE) e pelas avaliações externas (avaliações do MEC).

A Avaliação Institucional na UCB realiza-se mediante a articulação dos seguintes processos:

- a) avaliação externa: compreende as avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ou outros órgãos e contempla, entre outras, a avaliação da Instituição, as avaliações de curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);
- b) autoavaliação: compreende os processos avaliativos realizados pela própria UCB e inclui a análise dos relatórios gerados pelas avaliações externas. É coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, que define a metodologia, os procedimentos e os objetivos dos processos avaliativos, bem como constrói e avalia a proposta da autoavaliação.

A autoavaliação dos cursos de graduação presenciais é realizada semestralmente via processo eletrônico e aberta aos estudantes e docentes dos cursos.

O objetivo é subsidiar a melhoria contínua dos processos de ensino e de aprendizagem e dos recursos e métodos didático- pedagógicos. Os instrumentos de

autoavaliação são analisados e organizados pela CPA e avaliam as seguintes dimensões: o componente curricular; as estratégias de ensino; as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a atuação da coordenação de curso. Os instrumentos são elaborados de forma que o preenchimento seja facilmente realizado e possibilite resposta rápida.

Também compõem a autoavaliação dos cursos de graduação:

- os aspectos relacionados à Instituição, como a infraestrutura física, os serviços oferecidos e prestados, a comunicação Institucional, entre outros. Eles são analisados permanentemente por meio do formulário da Avaliação de Serviços e Infraestrutura no site da UCB, possibilitando aos estudantes, professores e técnico-administrativos o envio de sugestões, elogios e críticas durante todo o ano, agilizando a resolução de eventuais problemas identificados;
- a Pesquisa de Satisfação, aplicada a cada dois anos e que verifica a satisfação dos estudantes;
- a Pesquisa de Empregabilidade dos Egressos no curso verifica a contribuição da UCB na formação e trajetória profissional dos diplomados.

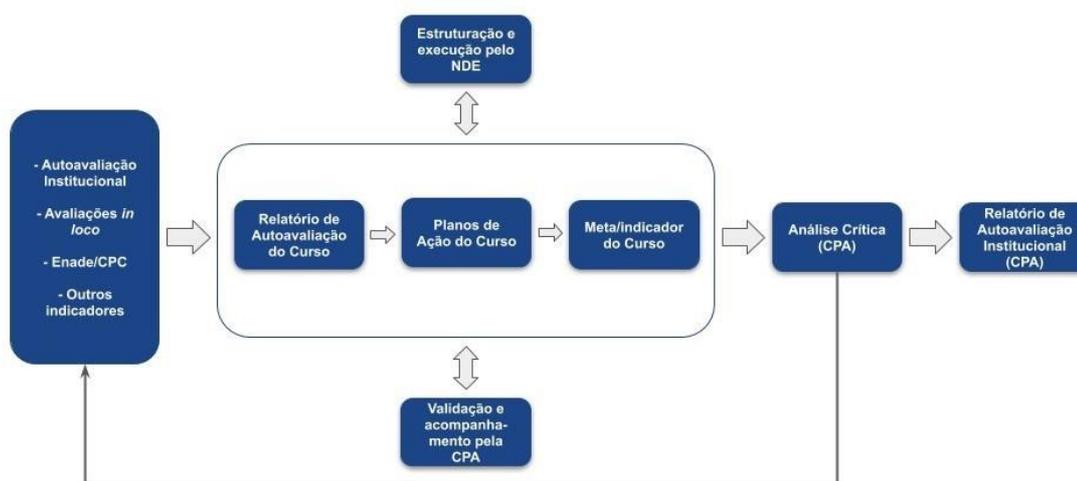
Os instrumentos de avaliação são aplicados com o apoio técnico-operacional do setor de Avaliação e Regulação, com acompanhamento da CPA. Os estudantes são estimulados a participar e são informados sobre os períodos de avaliação por meio de campanhas. A participação no processo é democrática e voluntária.

A partir do resultado dessas avaliações a coordenação do curso decide que ações promover, juntamente com o NDE, de modo a resolver todas as necessidades apontadas. Além disso, o coordenador do curso mantém abertos diversos canais que possibilitam o diálogo com os estudantes, professores e funcionários administrativos. Em cada turma são apontados dois representantes discentes que se comunicam diretamente com a coordenação do curso e o NDE. Entre os professores, é escolhido também aquele que representará duas turmas, para que faça a interlocução dos demais professores daquelas turmas com a coordenação. Em acréscimo, reuniões periódicas com o NDE, Colegiado e Centro Acadêmico balizam a relação dialógica que a coordenação do curso tanto preza. Finalmente, há a opção de contato direto dos estudantes e professores– seja pessoalmente ou por meio virtual – com o coordenador do curso ou a assessoria pedagógica.

Como resultado dos processos de avaliação externa e da autoavaliação são elaborados planos de ação a serem implementados visando à qualificação e ao aperfeiçoamento contínuo do curso e da qualidade dos serviços prestados pela UCB. Nas reuniões do Conselho de Curso em que estão presentes representantes dos discentes é apresentado o planejamento para atendimento das sugestões ou demandas oriundas dos processos avaliativos.

Da autoavaliação dos cursos resulta o Relatório de Autoavaliação Institucional, redigido pela CPA e enviado eletronicamente ao Ministério da Educação de acordo com as regulamentações vigentes. A figura 10 demonstra o fluxo de análise dos resultados das avaliações.

FUGURA 10 – Fluxo de análise dos resultados das avaliações



Fonte: UCB

A divulgação dos resultados dos processos de avaliação é realizada por meio da página da Avaliação Institucional no *site* da UCB; em notícias no *site* da UCB e nas redes sociais; em reuniões periódicas entre a Reitoria e a comunidade discente; e em reuniões semestrais da Reitoria com representantes de turma; entre outros.

11.1 COLEGIADO DO CURSO E PERFIL DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Colegiado de Curso corresponde a um fórum que tem por finalidade promover a racionalização e a otimização dos procedimentos pedagógicos e administrativos, por meio da discussão e deliberação sobre assuntos referentes ao cumprimento da missão, visão de futuro e valores da UCB, bem como do cumprimento das propostas constantes no PPC.

O Colegiado do Curso de Ciências Contábeis é um órgão representativo de caráter consultivo cuja composição e critérios de representatividade são definidos por cada curso.

No Curso de Ciências Contábeis, o Colegiado de Curso é formado por:

- docentes vinculados ao curso;
- representantes do corpo discente;
- representante do corpo técnico-administrativo.

Compete ao Colegiado de Curso assessorar a Coordenação do curso na administração dos assuntos acadêmicos, bem como encaminhar à Coordenação do curso assuntos de ordem ética e disciplinar no âmbito do curso. O Colegiado do curso se reúne, ordinariamente semestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Coordenação do curso ou por solicitação de, no mínimo, um terço dos seus membros.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de Graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. (Resolução CONAES n. 01/2010, art.1).

O PPC passa por avaliações do NDE, tendo como ponto de partida os relatórios anuais da Comissão Própria de Avaliação, que contempla os resultados da avaliação Institucional, os relatórios do Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE), do último ENADE e das visitas in loco de avaliadores do INEP. Estas informações e dados subsidiam as reuniões do NDE para reavaliação do Projeto e de sua aderência com o mercado de trabalho e o marco legal vigente.

Os critérios para a constituição do NDE, seu papel, função e atuação estão descritos no Regulamento Geral da Graduação.

11.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente da UCB é formado por especialistas, mestres e doutores, em regime de trabalho de tempo parcial, integral ou horista, experientes no magistério superior. A proposta Institucional de formação integral da pessoa humana reveste o papel do docente de fundamental importância. Assim, espera-se um perfil de educador que expresse os seguintes compromissos:

- conhecer e tomar para si o Projeto Pedagógico do Curso, de modo que sua práxis docente esteja articulada com todo o processo de formação e objetivos do curso, assim como com os diferentes atores envolvidos;
- estender a sua ação docente para além da sala de aula, compreendendo que as atividades de pesquisa e extensão são também espaços de aprendizagem interdependentes, que existem diferentes formas de aprender e que a perspectiva esperada é a de foco na aprendizagem, e não na transmissão ou na instrução;
- valorizar e apropriar-se de estratégias formativas bem-sucedidas, com o foco no processo de aprendizagem e não na instrução, pesquisando a própria atividade docente e, a partir disso, desenvolver e validar diferentes estratégias formativas;
- manter relações construtivas e éticas com os estudantes de modo a promover autonomia, comprometimento e desenvolvimento de estratégias efetivas de estudo e aprendizagem;
- utilizar metodologias de ensino e avaliação coerentes com a proposta de formação integral da pessoa, de modo que estes processos contemplem habilidades teóricas, técnicas e de cidadania;
- dispor-se e comprometer-se com a produção de conhecimento e com a preparação das novas gerações;
- dominar e desenvolver as competências pretendidas para o perfil dos egressos.

O perfil docente descrito confere homogeneidade e identidade ao curso, mantendo-se coerente com o perfil do educador descrito no PPI. Homogeneidade, contudo, não implica ausência de diversidade. Nesse sentido, o corpo docente deve constituir-se de profissionais de formação acadêmica consistente, com diferentes experiências profissionais e acadêmicas. Essas características podem garantir formação de alto nível e generalista. Além disso, a perspectiva de diversidade propicia melhor adequação da formação docente às diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão.

11.3 FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE

A formação continuada docente na UCB tem privilegiado a reflexão e a problematização da prática docente a partir de sua articulação com o PPI e com o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs), fomentando o planejamento do ensino com foco na aprendizagem ativa e no protagonismo do estudante. Assim, convidamos nossos professores a assumirem a prática docente como objeto de sua curiosidade, questionando-a e reelaborando-a permanentemente na busca de sua qualificação. Este movimento de ação-reflexão-ação, por sua vez, se dá tanto no âmbito individual, da prática de cada professor, quanto no âmbito coletivo, através da promoção de espaços de colaboração e socialização de boas práticas e de experiências exitosas.

11.3.1 Objetivo geral

Realizar um processo formativo que valorize a atualização e o aprimoramento contínuo da prática docente, buscando garantir a qualidade e a inovação dos métodos e práticas pedagógicas, de modo a contribuir para a consolidação coletiva do perfil docente desejado pela UCB.

11.3.2 Objetivos específicos

Para a formação continuada do corpo docente são determinados os seguintes objetivos específicos:

- a. Promover a articulação do planejamento docente com o PPI e com o PPC, compatibilizando as concepções de aprendizagem no desenvolvimento do perfil de egresso;
- b. Fomentar os professores ao desenvolvimento e aprimoramento de suas práticas docentes, tendo a aprendizagem ativa como foco do planejamento das atividades de ensino;
- c. Estimular os professores ao questionamento e à elaboração do fazer docente;
- d. Incentivar o uso de tecnologias educativas como facilitadoras do processo de aprendizagem;
- e. Estimular a interação entre professores, a partir da reflexão, discussão e socialização das práticas docentes;
- f. Promover a reflexão sobre a prática docente, reconhecendo os desafios da Educação superior, e a realidade como complexa e marcada pela diversidade;
- g. Favorecer a articulação entre o contexto pedagógico e a avaliação contínua do desempenho discente e docente;
- h. Estimular os professores no engajamento pela transformação da sociedade, por meio de suas práticas educativas.

O Plano de Formação Continuada Docente se organiza a partir de 03 (três) eixos:

- Reflexão sobre a prática: a partir do fazer concreto dos professores nos diferentes espaços de aprendizagem, refletir sobre como percebem a própria atuação e promover a busca por diferentes soluções para os desafios do cotidiano educativo.
- Atualização, qualificação e aperfeiçoamento: realização de estudos, discussão e vivências que promovam a adoção de novas práticas, por meio da socialização de conhecimentos e experiências positivas, inspirando novas reflexões e práticas que respondam de forma mais efetiva aos

desafios enfrentados pelos docentes nos diferentes espaços de aprendizagem.

- Elaboração e reelaboração das práticas docentes: adoção efetiva de novas práticas alinhadas ao perfil docente delineado no PPI, e que promovam a autoria, a autonomia e o protagonismo discente na construção da aprendizagem ativa e significativa.

Para efetivação e articulação desses eixos são desenvolvidas diferentes ações:

- a. Acolhida docente: realizada no início de cada semestre e que tem como propósito mobilizar, despertar a reflexão e inspirar novas práticas aos professores;
- b. Reuniões docentes: realizadas ao longo do semestre e que objetivam o debate e a troca de experiências entre os docentes;
- c. Oficinas e formações: realizadas principalmente no início e final de cada semestre, tem como propósito a atualização, a qualificação e o aprofundamento de conhecimentos didático-pedagógicos;
- d. Orientações e debate em espaço virtual docente, disponível permanentemente, onde podem ser acessados documentos institucionais, como o Guia de Orientação para a Docência Centrada na Aprendizagem Ativa e a utilização de ferramentas de tecnologia para a facilitação da aprendizagem.

As atividades de formação continuada são realizadas especialmente nos períodos destinados às atividades pedagógicas e de formação docentes, previstas no Calendário Acadêmico. Ao longo de todo ano ainda são organizadas e ofertadas atividades de formação continuada de acordo com as demandas e necessidades identificadas juntos aos Cursos, considerando o interesse, as necessidades e a disponibilidade dos docentes.

11.3.3 Resultados esperados

Espera-se que sejam alcançados os seguintes resultados:

- Reflexão crítica contínua acerca da prática docente frente aos desafios da Educação Superior no Brasil;

- Percepção da prática docente como fundamento essencial do processo de construção do perfil de egresso do curso e da UCB;
- Articulação e alinhamento entre as práticas docentes, o PPI e o PPC;
- Utilização crítica e consciente de metodologias de aprendizagem ativa;
- Difusão e uso de tecnologias educativas por professores e estudantes;
- Melhoria das práticas docentes, verificadas pela avaliação Institucional, e da aprendizagem discente, observada nas avaliações internas e externas.

A formação docente também participa do processo de acolhida e adaptação do docente recém-contratado. A Coordenação Acadêmica disponibiliza aos docentes um espaço de interação, troca de experiências e formação on-line no ambiente virtual de aprendizagem.

Além das Oficinas e Formações já realizadas para o público docente, com foco nas atividades de ensino, são ofertadas ainda formações específicas para docentes em funções de Gestão (Coordenadores de Curso e Assessores) e NDEs. Estas formações têm como temáticas especiais: Planejamento Estratégico, Planejamento e Acompanhamento do trabalho docente (PPC e Plano de Ensino); Acompanhamento e Avaliação de Cursos (Avaliações internas e externas), Avaliação da aprendizagem e relatórios ENADE e Tecnologias aplicadas à Gestão Acadêmica.

12 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Entende-se que o corpo técnico e administrativo da UCB é parte integrante e fundamental na consolidação dos objetivos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UCB. Assim, o perfil desse funcionário relaciona-se com:

- criação de uma responsabilidade coletiva, partilhada com todos os atores do processo de formação, por meio da colaboração;
- compromisso com o desenvolvimento profissional para o bom desempenho das suas atividades na UCB;
- compromisso com a sustentabilidade e conservação do patrimônio da UCB e dos recursos físicos sob sua responsabilidade;
- cuidado no trato e encaminhamento dos processos e trâmites documentais, fornecendo e divulgando informações pertinentes, com respeito ao sigilo e privacidade exigidos.
- A UCB oferece regularmente cursos que visam à contínua formação de seus funcionários.

13 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO CORPO DOCENTE E AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O cuidado, o respeito, a valorização e o acolhimento são aspectos centrais nas relações humanas, pessoais, profissionais e acadêmicas no âmbito da Universidade. A comunidade acadêmica, de forma geral, e seus educadores - docentes e técnico-administrativos, de forma especial, zelam pela construção e manutenção de um ambiente amistoso e acolhedor, onde as relações se estabeleçam de forma afetuosa. Esta perspectiva deve inspirar todos os processos, os procedimentos e as comunicações que se estabelecem e se desenvolvem na UCB.

Neste sentido, diferentes espaços de acolhimento, escuta e apoio foram instituídos na universidade e servem para a melhoria permanente do clima organizacional, bem como da promoção e qualificação dos processos educativos que se realizam na UCB. No que diz respeito ao corpo docente, a Pró-Reitoria Acadêmica é o eixo deste processo, zelando pelas políticas de atenção e valorização do corpo docente. Já o corpo técnico-administrativo encontra na Pró-Reitoria Administrativa as diretrizes e ações de promoção do cuidado e da melhoria do ambiente de trabalho e de valorização das pessoas.

São instâncias importantes neste processo: os gestores em seus diferentes níveis, a Coordenação de Pastoral, a Ouvidoria, a Comissão Disciplinar, os serviços de atendimento e apoio à comunidade acadêmica e a Coordenação de Recursos Humanos, como articuladora das políticas institucionais voltadas para os educadores (docentes e administrativos).

Em nível macro, todos os educadores da UCB são assistidos e orientados pelas políticas institucionais da Mantenedora que, amparadas nos valores cristãos e nos carismas de seus santos fundadores, apresentam à comunidade acadêmica os parâmetros que regem suas relações e seus processos. Exemplos importantes destes parâmetros podem ser encontrados na política de contratação e dispensa de colaboradores, no código de conduta ética, na política de segurança da informação e na política de incentivo à qualificação.

13.1 POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO E DISPENSA DOS COLABORADORES

Incentivar processos e soluções justos, eficientes e equitativos, de acordo com a legislação vigente para os conflitos decorrentes de relações de trabalho relacionadas com a contratação e dispensa de colaboradores; apoiar os gestores para uma abordagem transparente, justa, coerente e eficaz para a contratação e dispensa de colaboradores; assegurar que as atividades de contratação e dispensa de colaboradores sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente e com as convenções sindicais que regulam esse tema; definir as diretrizes para a realização de contratação e dispensa de colaboradores; assegurar que as atividades de contratação e dispensa sejam realizadas de forma transparente, ética, justa, segura, eficiente, eficaz e em conformidade com a lei.

13.2 CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA

Fortalecer a cultura ética da Organização, elevando o nível de confiança, respeito e solidariedade em todas as suas relações internas e externas; administrar, prevenindo, reduzindo ou eliminando conflitos de interesse entre pessoas e grupos ou áreas da instituição; servir de referência na avaliação de eventuais violações das Normas do Código de Conduta Ética; preservar a imagem e a reputação da instituição ante as comunidades na quais atua.

13.3 POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Assegurar a proteção de nossas informações e nossos sistemas de informação incluindo-se, mas não se limitando a: computadores, dispositivos móveis, equipamentos de rede, software e dados; e a mitigação de riscos associados com o roubo, perda, mau uso ou dado aos nossos sistemas; fornecer um ambiente de trabalho e sistemas de informação protegidos e seguros para colaboradores, alunos e quaisquer outros usuários autorizados; assegurar que todos os nossos usuários autorizados compreendam e cumpram esta política e quaisquer outras políticas, normas, procedimentos relacionados, e também trabalhem de acordo as melhores

práticas; certificar que todos os usuários compreendam suas próprias responsabilidades para proteger a confidencialidade e a integridade dos dados que eles acessam; proteger nossa organização de uma eventual responsabilização ou de eventuais danos sobre o uso indevido de suas informações, sistemas de informação e recursos de TI; responder às demandas legais e institucionais sobre o assunto e iniciar um ciclo de melhoria contínua dos mecanismos de governança.

13.4 POLÍTICA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO

Manter elevados padrões de desempenho no trabalho; melhorar a compreensão dos fatores que afetam o desempenho no trabalho; compartilhar ideias e divulgar boas práticas; melhorar a efetividade da gestão e a implementação de mudanças efetivas; construir equipes capazes e eficazes; aumentar a motivação e a satisfação dos colaboradores para o trabalho; facilitar o desenvolvimento profissional dos colaboradores; apoiar gestores para uma abordagem transparente, justa, coerente e eficaz para o incentivo à qualificação dos colaboradores; assegurar que cada indivíduo seja encorajado a desenvolver seu potencial pessoal e profissional; assegurar que a aprendizagem ao longo da vida seja apoiada e incentivada para todos os colaboradores; proteger a instituição de eventuais litígios, sanções, responsabilizações ou eventuais inconformidades, ilegalidades decorrentes de eventuais incentivos à qualificação de colaboradores sem a observação da legislação e das normas em vigor; definir as diretrizes para a realização de incentivo à qualificação; assegurar que os incentivos à qualificação sejam realizados de forma transparente, ética, justa, eficiente, eficaz e em conformidade com a lei.

13.5 POLÍTICAS DE ATENÇÃO

Todos estes documentos se fundamentam numa perspectiva qualificada e humanizadora, atenta aos aspectos individuais e coletivos na defesa dos valores cristãos e na consecução de uma gestão acadêmica justa, transparente, coerente e eficaz.

A Coordenação de Recursos Humanos, em consonância com os princípios institucionais, tem como principal objetivo oferecer atendimento e encaminhamento de cunho trabalhista aos colaboradores do corpo técnico-administrativo e corpo docente, assim bem como, no desenvolvimento profissional.

Releva notar a obtenção do selo Great Place to Work (traduzido como Melhores Lugares para Trabalhar), um indicador de gestão de pessoas em uma dada organização, obtido a partir de uma pesquisa com os colaboradores, para avaliar uma série de critérios relacionados ao ambiente de trabalho, clima organizacional e gestão de pessoas.

Em 2022 as Unidades de Missão da UBEC participaram da pesquisa, onde foram avaliadas as seguintes dimensões:

FIGURA 11 – X

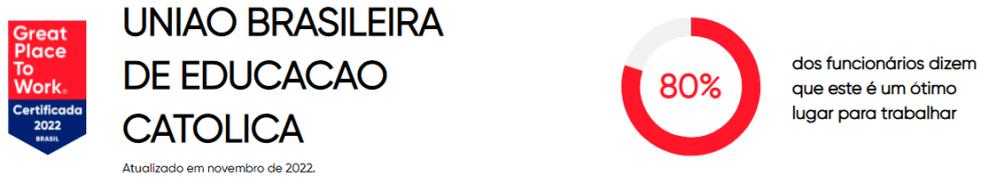
Dimensões	Como elas atuam no ambiente de trabalho
Credibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação informativa e acessível • Competência na condução de pessoas e negócios • Integridade e consistência na condução da visão
Respeito 	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento em decisões relevantes • Reconhecimento • Apoio para desenvolvimento profissional
Imparcialidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Equidade e equilíbrio no reconhecimento • Ausência de favoritismo • Justiça no tratamento
Orgulho 	<ul style="list-style-type: none"> • Orgulho do trabalho realizado individualmente • Orgulho do trabalho realizado coletivamente • Orgulho da imagem e atuação da empresa na comunidade e mercado
Camaradagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço para ser espontâneo • Ambiente amigável e hospitaleiro • Sentimento de "família" ou "equipe"

Fonte: UCB

Cada dimensão foi avaliada a partir das visões da empresa e de área. A Visão da Empresa (VE) representa a percepção dos colaboradores em relação à empresa como um todo. Já a Visão da Área (VA) corresponde à área de trabalho e ao gestor imediato.

Os resultados da pesquisa apontam que 80% (oitenta por cento) dos funcionários reconhecem o Grupo UBEC como um ótimo lugar para trabalhar.

FIGURA 12 – x



Fonte: UCB

14.1 INSTALAÇÕES GERAIS

A instituição reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes espaços acadêmicos e extrapola o ambiente da sala de aula tradicional. Entretanto, não há como negar que, na atualidade, a sala de aula ainda se revela um espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Para atender a comunidade universitária, a sala de aula dos tempos modernos precisa incorporar elementos de conforto ambiental e de modernização, a exemplo de equipamentos e ferramentas tecnológicas tais como recursos audiovisuais, internet, entre outros. Esses elementos viabilizam a utilização de novas metodologias de ensino e imprimem uma nova dinâmica às aulas, motivam estudantes e professores e elevam a qualidade do ensino.

A UCB tem 18 blocos de edifícios, 5 auditórios, 2 ginásios, 2 bibliotecas e espaços que permitem a formação integral de acordo com o perfil do egresso de seus cursos, conta com 160 laboratórios, sendo que destes, 61 são de uso comum e 99 de uso específico e continua o seu projeto de expansão, inovação, alta tecnologia agregada ao ensino de qualidade com os novos espaços:

- - Laboratório Colaborativo de Ideias (Colabid), em que parte do conceito co-working para se situar como um ambiente voltado para o desenvolvimento de processos criativos;
- - Startup Católica, uma sala que acolhe empresas selecionadas pelo programa de pré-aceleração que ajuda no amadurecimento dos projetos e na sua transformação em negócios;
- - Laboratório de Empreendedorismo, novo espaço de conhecimento, ensino e pesquisa da Universidade em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- - Laboratório de Nanobiotecnologia, um dos mais importantes e completos do Brasil (em construção).

A Seção de Laboratórios de Informática (SLAB) oferece aos alunos e professores os recursos de informática necessários para o desenvolvimento da formação acadêmica disponibilizando uma estrutura de 21 Laboratórios de

Informática, instalados nos Câmpus Taguatinga. Dentre estes, 04 são salas públicas, que têm por finalidade:

- disponibilizar aos usuários os recursos necessários às suas atividades extraclasse para a elaboração e impressão de monografias, trabalhos acadêmicos e pesquisas na Internet;
- apoiar a condução dos componentes curriculares de todos os cursos da UCB que necessitam pedagogicamente de recursos computacionais;
- oferecer suporte para treinamentos e capacitação de Docentes e Discentes.

Das 04 salas públicas, uma é preparada e equipada exclusivamente para os estudantes dos cursos de Tecnologia de Informação que encontram neste espaço todas as características e *softwares* específicos do seu curso.

Os outros 17 laboratórios são destinados ao desenvolvimento das aulas, utilizados pelos mais diversos cursos, conforme descrição a seguir:

QUADRO 10 – XXXX

LABORATÓRIOS	ESPECÍFICO			LOCALI- ZAÇÃO	ÁREA (M ²)	CAPACI- DADE
	FG/B	FP/E	PP/PSC			
Laboratório de rede de computadores		X		C103	77	30
Laboratório de Informática – Perícia Digital		x		B007	74	35
Laboratório de Informática	X	X		A013	52	27
Laboratório de Informática	X	X		B106	78	35
Laboratório de Informática	X	X		B107	78	34
Laboratório de Informática	X	X		C102	77	35
Laboratório de Informática	X	X		R01A	80	40
Laboratório de Informática	x	x		R01B	80	36
Laboratório de Informática	x	x		K033	40	21
Laboratório de Informática	x	x		K134	54	27
Laboratório de Informática	x	x		K261	54	21
Laboratório de Informática	x	x		M107	93	54
Laboratório de Informática	x	x		M108	80	44
Laboratório de Informática	x	x		M109	61	34
Laboratório de Informática	x	x		M110	61	34
Laboratório de Informática	x	x		M111	80	48
Laboratório de Informática	x	x		M113	80	48
Laboratório de Informática	x	x		M114	80	44

Fonte: UCB

A integração entre ensino, pesquisa e extensão, também demanda laboratórios bem equipados que respondam à pluralidade e às especificidades dos cursos oferecidos pela instituição no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação, bem como a implantação de ações de inovação técnico-científica.

A Universidade, a partir de uma perspectiva de crescimento e atualização constantes, exige um contínuo redimensionamento da sua estrutura física, particularmente dos espaços de aprendizagem, de investigação e de cultura. Nesse sentido, a reorganização e a ampliação de espaços obedecem necessariamente a um projeto arquitetônico Institucional, respeitando as diretrizes de mobilidade e acessibilidade, a harmonia das suas edificações, a criação de espaços acolhedores, as finalidades acadêmicas, e de conservação. Entre as inovações presentes, destacamos as salas de aula inovativas.

14.2 RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

A Universidade dispõe de equipamentos audiovisuais tais como projetores, tela interativa, máquina fotográfica, filmadora, DVD e equipamentos de som para atender a demanda de professores e estudantes da instituição.

14.3 ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CURSO

A Universidade Católica de Brasília conta com ampla estrutura física. Neste contexto, o curso dispõe de salas de aula com microcomputadores ligados à internet, recursos multimídia como data show e caixas de som, além de quadro branco.

Os estudantes também contam com auditórios nos quais são realizadas atividades das disciplinas e eventos científicos, que vão desde palestras com profissionais convidados externos à instituição a eventos científicos, amplamente incentivados pela instituição.

Além destes, o curso usufrui dos seguintes espaços:

- a) Sala de professores e sala de reuniões – A Universidade Católica de Brasília dispõe de quatro salas de professores, uma em cada um dos blocos: Prédio São João Batista de La Salle – Bloco Central (sala B108); Prédio São Gaspar Bertoni – Bloco M (sala M112); Prédio São Marcelino Champagnat – Bloco K (sala K241); Prédio Papa Francisco – Bloco S (sala S212). Atendem adequadamente aos requisitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação, acessibilidade,

instalações sanitárias e comodidades necessárias às atividades desenvolvidas;

- b) Gabinetes de trabalho para docentes – Em todas as salas de professores, existem gabinetes de trabalho para uso dos professores, com computadores e recursos de *software* e internet, além de espaços propícios a pequenas reuniões;
- c) Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos – O curso possui um espaço físico destinado a coordenação do curso. Neste espaço há mobiliários para organização e disposição dos documentos do curso e para atender o estudante individualmente, além de computador recursos de *software*, internet e impressora;
- d) Salas de aula – A UCB dispõe atualmente de 129 salas de aula, equipadas com projetor, equipamento de som, computador com monitor e acesso à internet, 04 destas salas possuem projetor com tela interativa, e todas possuem mesas para os professores, cadeiras estofadas e sistema de ventilação ou ar-condicionado. A quantidade de salas atende a demanda de oferta dos componentes curriculares dos cursos;
- e) Salas inovativas – Referência de utilização nas melhores universidades do mundo, as salas inovativas são sinônimo de modernização do ensino em sala de aula. Com uma nova proposta de aprendizagem e uma resposta à mudança de paradigma em que vivemos no mundo, na tecnologia e em especial, na Educação, as Salas possuem um papel fundamental: serem um elo facilitador aos estudantes, como um modelo inovador de ensino. Neste sentido, além de permitir várias configurações de ambiente, que possibilitam a utilização de estratégias e metodologias dinâmicas com foco na aprendizagem ativa e colaborativa, também disponibiliza *chromebooks* para uso individual dos estudantes.

14.4 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E AMBIENTES DE FORMAÇÃO BÁSICA E ESPECÍFICA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Para os componentes curriculares da formação básica e específicos, o curso de Ciências Contábeis conta com laboratórios que são compartilhados com outros cursos da UCB. Estes laboratórios prezam pela excelência e são adequados às demandas desses cursos. Em cada laboratório, técnicos especializados organizam as atividades conforme os planos de ensino e os roteiros de aulas práticas de cada professor.

Todos os ambientes e laboratórios possuem quantidade satisfatória de material (permanente e de consumo) de qualidade. A aquisição desses materiais e produtos é programada a partir do planejamento orçamentário anual, realizado pelo gestor do Centro de Custos ao qual o laboratório ou setor está subordinado. Os processos de planejamento e aquisição dos materiais contam com o apoio do curso, da supervisão dos Espaços de apoio Pedagógico (EAPs), do Setor de Compras e do Almoxarifado Central da UCB.

O Curso de Ciências Contábeis respeita a capacidade de cada laboratório em relação ao número de alunos nas aulas práticas, uma vez que, nessas, os professores prestam um atendimento mais individualizado aos estudantes, facilitado pela participação de estudantes monitores.

A UCB preocupa-se em garantir a segurança das pessoas que constituem a comunidade interna e externa à Universidade, cumprindo os preceitos legais sobre o tema, bem como a segurança e proteção ambiental no espaço interno e externo à Instituição. Assim, foram regulados os procedimentos de segurança na utilização dos Espaços de Aprendizagem Prático-Profissionais (EAPs). Todos os usuários dos laboratórios (professores, técnicos e alunos) utilizam obrigatoriamente os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) de acordo com a especificidade do Laboratório. Os extintores de incêndio são conferidos e recarregados (se necessário) a cada semestre, de acordo com as normas técnicas correspondentes. Chuveiros e lava-olhos são averiguados e sua água é trocada semanalmente. Todas as capelas e bancadas são limpas, os lixeiros conferidos quanto a inexistência de luvas, rejeitos de reações ou vidraria quebrada após o término de cada aula prática.

Da mesma forma, a Instituição conta com procedimento referente ao gerenciamento de resíduos conforme Resolução específica da Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (ANVISA). A UCB também possui o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de saúde (PGRSS), que objetiva minimizar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover a proteção da saúde do trabalhador e população em geral; estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e processos por alternativas de menos risco. Em consonância com o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão de Biossegurança, o gerenciamento da totalidade dos resíduos gerados na UCB é realizado por uma equipe multidisciplinar.

Outra preocupação da UCB refere-se à comodidade e acessibilidade para seus usuários, com especial atenção para as pessoas com deficiência. Todos os prédios da Instituição dispõem de acesso específico, seja por rampas ou elevadores, desde a via pública à sala de aula. Os prédios possuem também banheiros adaptados, vagas específicas nos estacionamentos e sinalização de acordo com a NBR9050. A Universidade prima pela atualização dos equipamentos a fim de garantir a quantidade, tipos de equipamentos; as condições de uso são adequadas e atendem às exigências de formação da área básica. As atualizações e aquisições de novos equipamentos, vidrarias e reagentes, bem como qualquer outra melhoria no espaço físico (consertos, ampliações, reformas, etc.) ocorrem em conformidade com o planejamento anual da instituição (orçamento). Este planejamento vem ocorrendo há vários anos e nele são contemplados todos os gastos necessários para atender a demanda do curso de Ciências Contábeis e dos demais cursos que utilizam os laboratórios. Com o objetivo de fortalecer tal processo, a UCB trabalha de forma colegiada entre a coordenação do curso, Gerências e Pró-Reitorias Acadêmica e de Administração com vista a priorizar os melhores investimentos para seus cursos.

14.5 BIBLIOTECA

Desde que foi instituído, o Sistema de Bibliotecas (SIBI) disponibiliza mecanismos de apoio ao processo pedagógico, implementando ferramentas utilizadas nas melhores bibliotecas universitárias do Brasil e exterior de modo a fornecer aos seus usuários subsídios para o desenvolvimento dos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão. O SIBI também é responsável por reunir, organizar,

preservar e disseminar o conhecimento produzido pela comunidade acadêmica da UCB.

O SIBI participa de redes de cooperação com instituições que produzem e oferecem acesso à informação especializada. Entre seus principais parceiros estão: ABEC Brasil, CAPES; CBBU; IBICT; OPAS/BIREME; ReBAP e Rede Pergamum.

O SIBI é constituído pela Biblioteca Central e pelos Polos de Atendimento de Ceilândia e Sobradinho. A Biblioteca Central executa de forma centralizada, para todo o Sistema de Bibliotecas, as atividades técnicas e administrativas para formação, desenvolvimento e manutenção do acervo bibliográfico. O atendimento aos usuários é oferecido pelas três unidades

A Biblioteca Central, localizada no Campus de Taguatinga, ocupa uma área de 4.197m², distribuídos em andar térreo e pavimento superior, e dispõe dos seguintes espaços:

- Sala Google: com capacidade para 50 pessoas, é destinada à realização de treinamentos, aulas, palestras e seminários, dispondo de um espaço inovador com 40 *chromebooks* e 1 retroprojeto;
- Sala Interativa *e. e. cummings*: com capacidade para 30 pessoas, foi criada em parceria com o Curso de Letras e a Embaixada dos Estados Unidos. Dispõe de lousa interativa e retroprojeto para apresentação de treinamentos, aulas, palestras e seminários;
- Sala Docente Prof. Nazareth: sala de uso exclusivo dos docentes da instituição, dispõe de uma mesa com capacidade para 12 pessoas.
- Cabines de Estudo em Grupo: são 25 cabines de estudo para uso exclusivo dos docentes e alunos regularmente matriculados;
- Áreas de Estudo Individual: diversas mesas de estudo individual estão distribuídas nos dois pisos da Biblioteca;
- Sala Audiovisual: sala destinada exclusivamente à reprodução de materiais da Coleção Multimeios, podendo ser usada em grupo ou individualmente, por docentes e alunos regularmente matriculados;
- Esquina da Ciência: espaço americano criado para divulgar e promover as ciências. Única no Brasil, ela é aberta a qualquer pessoa que tenha interesse em obter mais informações sobre meio ambiente, tecnologia, saúde e muitos outros temas. Dispõe de materiais de apoio para ensino e

aprendizado da língua inglesa, programas culturais e estudo nos Estados Unidos;

- Memorial Prof. Nazareth: espaço destinado à organização e registro dos fatos históricos da UCB. Tem como objetivo manter e preservar o patrimônio, material e imaterial, relacionado à instituição, e os bens a ela historicamente vinculados;

O acervo do SIBI é composto por aproximadamente 300 mil volumes, sendo eles: livros, folhetos, teses, dissertações, DVD, Blu-ray, CD-ROM, audiolivros, jornais, revistas científicas e documentos eletrônicos. Além disso, o SIBI assina as seguintes bases de dados:

- ABNT Coleção: plataforma eletrônica que oferece acesso a várias normas técnicas nacionais e internacionais;
- Minha Biblioteca: plataforma que reúne mais de 10 mil livros eletrônicos publicados pelas principais editoras acadêmicas do Brasil. O acervo, em português, atende às bibliografias de mais de 250 cursos de Graduação;
- Portal de Periódicos da Capes: plataforma que reúne e disponibiliza o melhor da produção científica internacional. Oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 45 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento.

O SIBI também é responsável pela administração e alimentação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, do Repositório Institucional e do Portal de Revistas Eletrônicas da UCB, sistemas responsáveis por reunir, organizar e disseminar a produção acadêmica da UCB.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 15/06/2023.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 de ago. 2015.

BRASIL. INEP/MEC. Censo Escolar da Educação Básica 2013 Resumo Técnico. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012. Julho de 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

Constituição Apostólica do Sumo Pontífice Francisco Veritatis gaudium sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas. – Brasília, DF: CNBB, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Indicadores de acesso e participação 2014: rede pública estadual DF. 2014. Disponível em:

<http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/lei4850_dados_indicadores_educacionais/ii_c_taxa_escolarizacao_totaldf_2014.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. Síntese Histórica UCB - 39 Anos de Educação Superior, 18 Anos de Universidade. Página UCB, Out, 2013.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Carta de Princípios da Universidade Católica de Brasília. Brasília:UCB,1998. 15p.

_____. Estatuto. Série UCB Legislação e Normas. Brasília, DF. 2010. Disponível em<<http://portal.ucb.br/docs/estatuto2010.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

_____. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA. Portaria UCB nº 154 de 27/05/2004. BRASÍLIA, 2010.

_____. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução CONSEPE, 63/2009. BRASÍLIA: UCB, 2009.

_____. NORMAS E PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO. BRASÍLIA: UCB, 2007.

_____. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE. Parecer CONSEPE n.º 91 de 24 de agosto de 2010. BRASÍLIA, 2010.

_____. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL. BRASÍLIA: UCB, 2008.

_____. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. BRASÍLIA: UCB, 2013.

_____. Regimento Interno da UCB. Brasília, DF. 2010. Disponível em:<<http://www.ucb.br/textos/2/1358/UniversidadeCatolicaDeBrasilia/?sIT=1>>. Acesso em: 03 fev. 2014.